

A circular graphic divided into two halves. The left half shows a river flowing through a lush green landscape. The right half shows a large-scale irrigation system with multiple wheels and pipes, spraying water over a field of crops. The background of the entire graphic is a solid blue color.

caiba 35 ANOS

**MEMÓRIAS DE UMA
ASSOCIAÇÃO E DE UMA
REGIÃO EM MOVIMENTO**

CATARINA GUEDES



**AIBA 35 ANOS:
MEMÓRIAS DE UMA ASSOCIAÇÃO
E DE UMA REGIÃO EM MOVIMENTO**

AUTORA
Catarina Guedes

COMITÊ EDITORIAL
Moisés Schmidt, Lizane Ferreira, Karen Machado,
Veridiane Carvalho e Alan Malinski

CURADORIA DE IMAGENS
Ana Lúcia Souza, Veridiane Carvalho, Alex Marques,
Izabel Guerreiro e Monise Centurion

EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO
Eduardo Nóbrega - Agencis Comunicação

COMITÊ TÉCNICO
Aloísio Júnior - Gerente de Agronegócios
Alan Malinski - Gerente da Bahia Farm Show
Eneas Porto - Gerente de Sustentabilidade
Luiz Stahlke - Gerente de Infraestrutura
Sunny Aaron - Gerente do Instituto Aiba
Rosberg Flores - Coord. de TI
Vanderleia Griebler - Coord. de Relacionamento com Associado
William Busatte - Coord. de Inteligência de Mercado

IMAGENS
Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia - Aiba
Acervos pessoais de: Ignez Pitta, Raul Botelho, José Cláudio de
Oliveira, Ezelino Carvalho e das famílias Jacobsen, Ranzi, Schmidt,
Zanotto, Gatto, Casali, Breda e Horita. Mila Cordeiro, Rui Rezende,
Leu Cesar, Detalhe Filmes e Marca Studio.

COLABORARAM
Ana Lívia Lopes
Ivana Ramacioti

APROVAÇÃO FINAL
Lizane Ferreira

Revisão: Julian Cunha - MTb 54.433
Impressão: Gráfica Irmãos Ribeiro
1ª tiragem: 1.000 exemplares



ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA (Aiba)

Avenida Ahylon Macêdo, 919 - Morada Nobre - Barreiras (BA) | CEP: 47.810-035 | Tel: +55 (77) 3613-8000

DIRETORIA AIBA - BIÊNIO 2025/2026

PRESIDENTE:	Moisés Almeida Schmidt
1º VICE-PRESIDENTE:	Luiz Carlos Bergamaschi
2º VICE-PRESIDENTE:	Willian Seiji Mizote
DIRETOR ADMINISTRATIVO:	André Schwaab - SLC Agrícola
VICE-DIRETOR ADMINISTRATIVO:	Valter Gatto
DIRETORA FINANCEIRA:	Cristina Gross
VICE-DIRETOR FINANCEIRO:	Marcelo Sader

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Ivanir Schallenberger Pradella
João Carlos Jacobsen Rodrigues Filho
Anna Maria Zancanaro Zanella

CONSELHO FISCAL SUPLENTES

Caracol Agropecuária Ltda
Patricia Kyoko Portolese Morinaga
Rafael Martelli D'Agostini

CONSELHO TÉCNICO

Orestes Mandelli
Antônio Grespan
José Cláudio de Oliveira
Pedro Matana
Raimundo Santos

CONSELHO CONSULTIVO

Humberto Santa Cruz Filho
João Carlos Jacobsen Rodrigues
Walter Yukio Horita
Júlio César Busato
Celestino Zanella
Odacil Ranzi



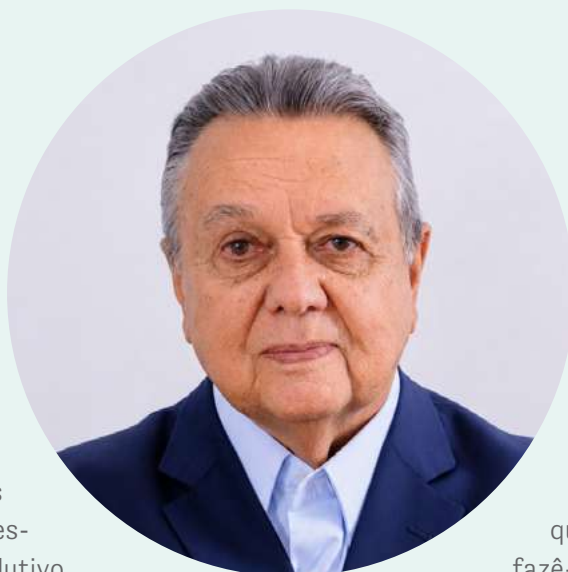


Este livro resgata uma pequena parte da trajetória da Aiba, impossível de ser desvinculada da história da região Oeste da Bahia. Foi escrito, principalmente, a partir da escuta de alguns poucos de seus muitos personagens e descendentes, que dia e noite continuam a escrever esta obra sempre inacabada. Também é resultado do retorno aos arquivos da instituição, memória preciosa que merece ser preservada, honrada e revisitada, como bússola, para o futuro que se almeja. Que seja o primeiro de muitos outros que virão.

PREFÁCIO

PRODUTORES ORGANIZADOS, AGRICULTURA FORTE

Por Roberto Rodrigues*



Para minha sorte, recebi muitas vezes as lideranças da Aiba em meu escritório, ou fui recebido por elas. Estivemos juntos em momentos inesquecíveis para o setor produtivo em nosso país. Um que guardo especialmente na memória foi a 2ª Conferência Mundial do Café, realizada em 2005, em Salvador, graças à coragem da Aiba de encampá-lo. Não era pouca coisa, principalmente se pensarmos que a Aiba, pouco mais de 20 anos atrás, era uma associação jovem, que falava por uma região que começava a despontar aos olhos do mundo: o Oeste da Bahia.

A conferência reuniu mais de mil e duzentos cafeicultores do Brasil e do exterior, representantes dos governos de 65 países, do setor privado e de agências internacionais. Foi aberta pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na presença do presidente da Colômbia, Álvaro

Uribe. Pontuo tudo isso para dar uma ideia da aparente assimetria entre a magnitude do evento e a de seus organizadores, que não se intimidaram para fazê-lo acontecer. Naquela época, discutíamos novos caminhos para o setor cafeeiro, sob diversos prismas, inclusive o da sustentabilidade. Para mim, sustentabilidade, em regiões como o Cerrado baiano, passa pela irrigação.

A tecnologia da irrigação sempre me pareceu uma das expressões mais avançadas da ciência agrônoma. Ao longo das décadas, a agricultura evoluiu enormemente em genética, mecanização, fertilidade, biotecnologia e manejo. Mas a irrigação trouxe, como dimensões adicionais, a estabilidade produtiva, a eficiência e a racionalidade no uso dos recursos naturais. Ela permite produzir mais na mesma área, com mais previsibilidade e segurança.

O Brasil ainda irriga pouco diante do potencial que possui, e o debate sobre água precisa ser tratado com maturidade técnica e equilíbrio. A agricultura não desperdiça água, ela a utiliza dentro de um ciclo permanente da natureza e devolve boa parte dela em alimento, fibra, energia e desenvolvimento. Isso exige responsabilidade, monitoramento, conhecimento científico e regras claras.

Por isso, considero tão importante a atuação da Aiba na defesa de uma lógica justa para o uso da água, tecnicamente fundamentada e ambientalmente necessária, mas sem exageros de qualquer lado. O Brasil precisa aprender a construir o equilíbrio, sem a permissividade irresponsável e sem obstáculos criados sem base científica.

Em 35 anos, a Aiba cresceu e ampliou o espectro de atuação para abarcar não apenas os irrigantes, mas também, os agricultores da região, do estado e, cada vez mais, do Matopiba. Sua consolidação confirma minha crença pessoal de que agricultura forte só se faz com agricultores organizados, trabalhando juntos pelo bem comum. Ao longo dessas três décadas e meia, a entidade ajudou a dar forma a um modelo de associativismo

moderno, respeitado e propositivo, capaz de defender o produtor rural sem perder a habilidade de dialogar. Muito importante porque reconhece que o agro brasileiro não pode se afastar da ciência, da tecnologia e da sociedade.

O Brasil ocupa hoje uma posição singular no mundo. Somos o único país que desenvolveu uma agricultura tropical sustentável, competitiva e em larga escala, capaz de produzir duas ou mais safras no mesmo ano e na mesma área. E tem condições reais de expandir a produção preservando recursos naturais. Isso representa uma enorme responsabilidade histórica.

O mundo vive um tempo de tensões geopolíticas e incertezas, e a agricultura tropical terá papel decisivo no equilíbrio global das próximas décadas. Sem alimento não há paz. Sem energia renovável não existe futuro sustentável. O Brasil tem tudo para liderar esse processo, com base no que aprendemos a duras custas.

E uma entidade como a Aiba, com sua experiência real, tem importância fundamental nessa construção.

* **Roberto Rodrigues** - Engenheiro Agrônomo e Agricultor, ministro da Agricultura, entre 2003 e 2006, embaixador especial da FAO para o Cooperativismo e professor emérito da FGV



Luiz Suplicy Hafers, Humberto Santa Cruz, Ernesto Illy, Roberto Rodrigues, Nelson Carvalhaes e Lineu Costa Lima na 2ª Conferência Mundial do Café

PALAVRA

AIBA: PONTE ENTRE O PASSADO QUE VALIDA O PRESENTE E O FUTURO EM CONSTRUÇÃO

Por Moisés Schmidt*



Quando se pensa em construir qualquer coisa, desde uma caixa de madeira até uma casa ou uma ponte, a receita é quase sempre a mesma. Juntamos a matéria-prima, as ferramentas e somamos a isso a habilidade do construtor. Mas quando a região Oeste da Bahia e a Aiba começaram a ser “construídas”, nos anos 80 e 90 do século passado, a matéria-prima eram o sonho e a coragem. Não havia quase nenhuma ferramenta e a habilidade do “construtor”, o agricultor pioneiro, ainda estava em formação, numa nova área, sem manual de instruções.

Foi preciso fazer tudo do princípio, inclusive as ferramentas: crédito, leis, estradas, energia, comunicações, técnica, tecnologia e um instrumento fundamental, as instituições. Tudo isso tem um preço, que, na maioria das vezes, é pago em

moeda, mas, acima de tudo, com ativos valiosos e nem sempre abundantes: tempo, relacionamento e suor.

Para um produtor sozinho, bancar este custo seria simplesmente impossível. Mas quando ele se junta com os vizinhos e com outros de fazendas mais distantes, até milagres acontecem.

Em 2025, a AIBA completou 35 anos, de uma história que é, ao mesmo tempo, a trajetória de uma entidade e a síntese das muitas sagas de famílias que ajudaram a transformar o Oeste da Bahia em um dos maiores polos agrícolas do Brasil. Desde então, a associação vem acumulando experiência, sucessos e aprendizagens, consolidando-se como uma referência para além das divisas da região Oeste, do Matopiba e mesmo do país.

Trata-se de uma história bonita, rica em acontecimentos, grandes viradas, e, sobretudo, capaz de emocionar e inspirar. Até então, esta história prevaleceu no tempo, sendo contada de boca em boca. Mas, se entre a primeira e a segunda geração, ou entre a primeira e a mais recente gestão, as narrativas sobreviveram, não há qualquer garantia de que elas não serão esquecidas no decorrer do tempo.

A memória de uma entidade como a Aiba não pode ficar só na cabeça das pessoas. Ela precisa estar registrada e acessível. Cada presidente que passou por aqui deixou uma marca. Cada produtor que apostou nesta terra ajudou a escrever uma história que hoje é referência nacional e internacional de agricultura sustentável. Uma agricultura que se sustenta porque funciona nos três eixos: o ambiental, o social e o econômico. Porque quando a atividade não remunera, os outros pilares não se mantêm de pé.

Desde que assumi a presidência da Aiba, como o primeiro presidente da segunda geração dos pioneiros do Oeste da Bahia, entendo o peso desta responsabilidade assim como a honra que ela representa para mim. O foco da nossa gestão, da qual participam outros diretores filhos de pioneiros, tem sido fazer a ponte entre o conhecimento do produtor que desbravou e do jovem que chega

com drone, inteligência artificial e uma visão de agricultura mais moderna. Um salutar acúmulo de estilos e referências que só fortalece a nossa associação e o agro brasileiro.

O passado valida o presente, e o presente é quem abre o futuro. Por isso, decidimos escrever este livro comemorativo dos 35 anos da Aiba, para que sirva de ponto de partida para muitos outros que ainda necessitam ser escritos.

A Aiba começou representando os irrigantes do Oeste baiano e, ao longo do tempo, expandiu sua atuação. Hoje, é cada vez mais reconhecida no Poder Executivo, nos ministérios e secretarias, na Casa Civil, em órgãos governamentais de comércio exterior, como a Apex, e em organismos internacionais. Sua voz reverbera em discussões que vão muito além das nossas fronteiras. Isso não aconteceu do dia para a noite, mas porque cada geração fez a sua parte.

Este livro é uma tentativa de registrar, ainda que uma pequena parte, de uma memória viva de 35 anos de uma entidade que não parou nem se acomodou. Que sempre manteve a régua alta em todas as suas ações, na defesa dos seus associados e da agricultura brasileira. Mas, atenção: esta é, também, uma narrativa sem final, porque estamos escrevendo um novo capítulo.

ÍNDICE

*Do “Além São
Francisco”
ao Coração do
Cerrado*

17



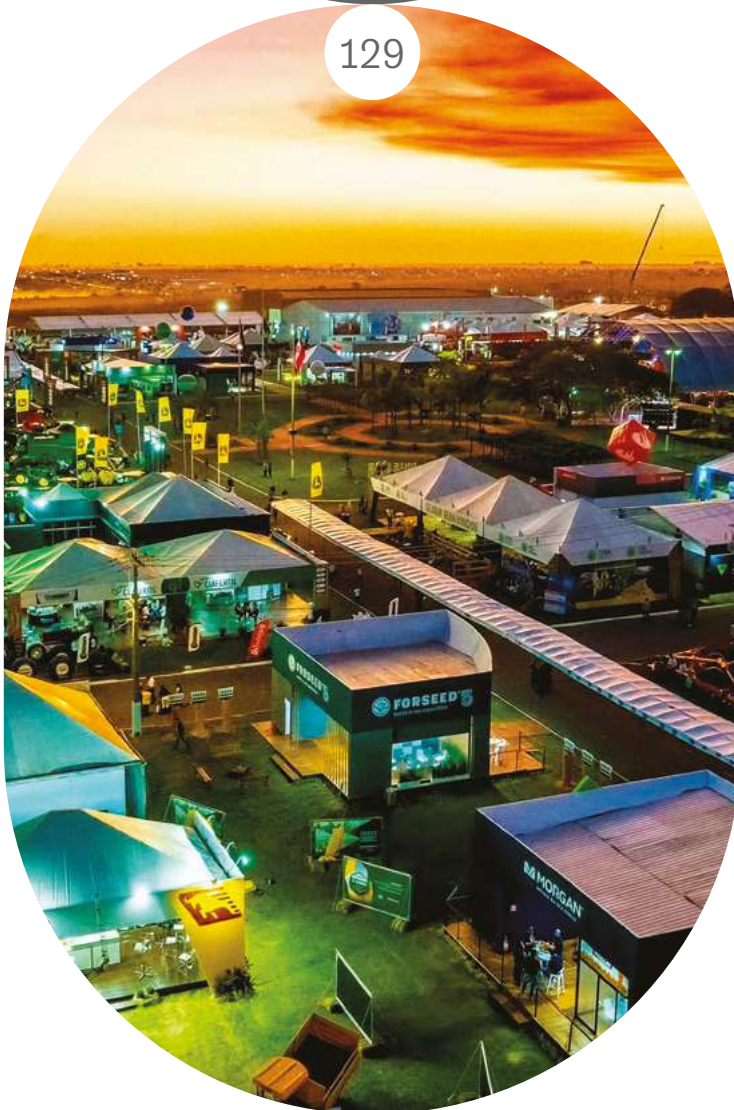
69

*A Aiba
Somos Nós*



*Bahia Farm Show:
Duas Décadas
de Sucesso*

129







DO “ALÉM SÃO FRANCISCO” AO CORAÇÃO DO CERRADO

DO “ALÉM SÃO FRANCISCO” AO CORAÇÃO DO CERRADO

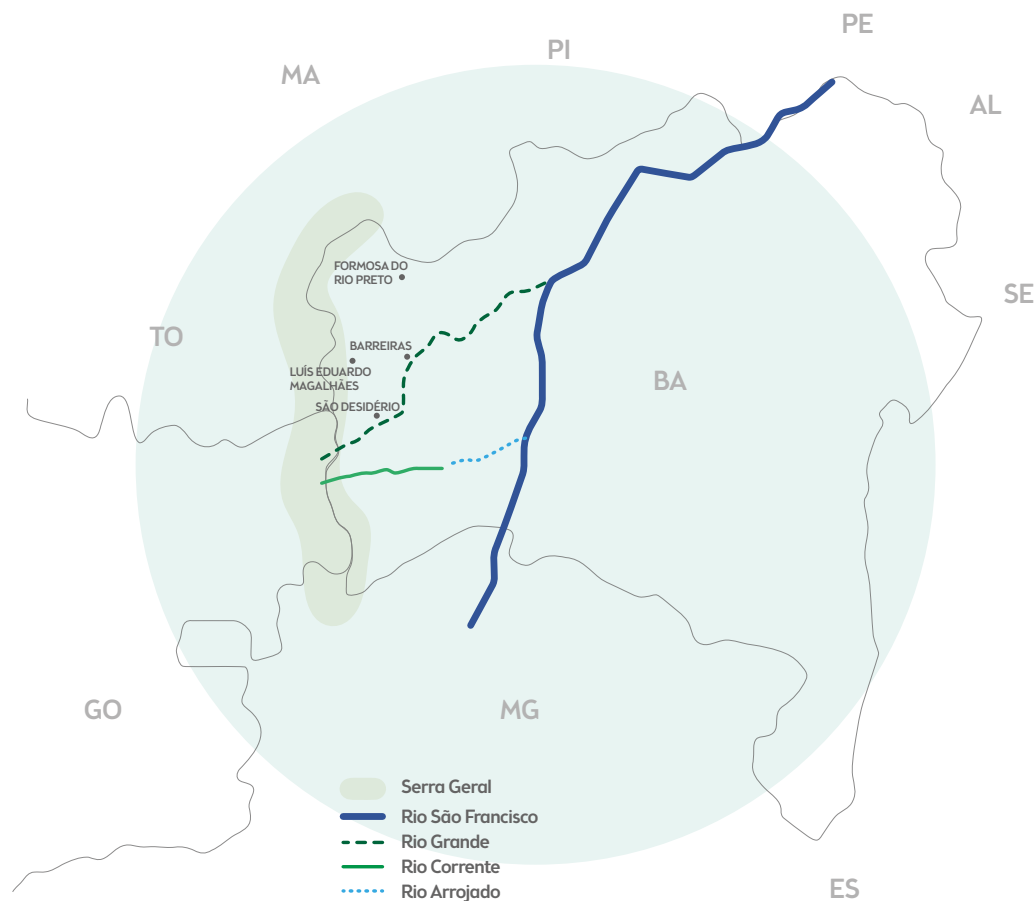
A trajetória de um território que deixou o isolamento para se afirmar como uma das mais importantes regiões agrícolas do Brasil na atualidade.

Não se faz um solo em um dia. Cada superfície sob nossos pés tem uma história para contar, que atravessou eras geológicas de frio, de calor, de águas e secas, de rastros de diferentes seres, de movimentos e impactos que moldaram a terra para chegar ao substrato que nos serve de estrada, despenha e casa. Se alguns solos são rasos e pobres e outros, profundos e ricos, é o engenho humano, aliado à observação, ao conhecimento e ao trabalho, que os transforma em fonte de vida, ano a ano, safra a safra.

Também a história de uma associação não se ergue de repente. É preciso tempo, visão e perseverança para que, camada sobre camada, uma instituição se consolide. A Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia, a Aiba, chegou em 2025, aos 35 anos, como resultado desse acúmulo: um organismo vivo, nutrido pela experiência, fortalecido pela ciência e sustentado pelo esforço coletivo dos produtores do Oeste da Bahia. Mas para entender como tudo se deu, antes dos produtores, é preciso falar sobre a região.



Rio São Francisco



Pela geografia física pura e simples, é fácil e visual delimitar o Oeste da Bahia: 36 municípios separados do restante do estado pelo Rio São Francisco em sua margem ocidental e abrigados pela Serra Geral, nas divisas com Tocantins e Goiás. Mas isso diz pouco da região, que no curso de quatro décadas, saiu da condição de uma imensidão de terra remota, tão distante da capital Salvador que era chamada desde os tempos imperiais de “Além São Francisco”, para se tornar o berço de um dos mais produtivos e vibrantes polos de produção agropecuária do Brasil, notável mesmo para além das fronteiras.

A partir de 2007, o Governo da Bahia reconfigurou a divisão territorial do estado para fins administrativos, criando os Territórios de Identidade (TI), que, além das características econômicas, passaram a considerar critérios ambientais, culturais e sociais. Essa divisão foi legitimada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), após estudos iniciados em 2003. Para tanto, incorporou-se também o conceito das Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (RPGA), criadas pelo CONERH/BA para a gestão hídrica.



Foto aérea dos "Gerais", Região da Garganta

Na margem esquerda do Rio São Francisco, os municípios foram agrupados em quatro Territórios de Identidade: TI Bacia do Rio Grande, com 14 municípios (Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley); TI Bacia do Rio Corrente, com 11 (Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho); TI Velho Chico, com cinco (Barra, Carinhanha, Muquém do São Francisco, Sítio do Mato e Serra do Ramalho); e TI Sertão do São Francisco, com quatro (Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Pilão Arcado e Remanso).

Fora desses territórios, mas ainda na margem esquerda, mesmo que parcialmente, estão Ibotirama e Paratinga, polos intermediários que, em alguns recortes, aparecem vinculados ao Médio São Francisco.

Isto posto, a narrativa deste livro concentra-se, sobretudo, nos 25 municípios dos Territórios da **Bacia do Rio Grande** e da **Bacia do Rio Corrente**, que formam o que se entende atualmente por **Região Oeste da Bahia**. Como traço em comum, eles estão quase integralmente inseridos no bioma Cerrado, fator decisivo para explicar o grande salto para o sucesso.

QUANDO O OESTE VIROU BAIANO: UMA NOVA REGIÃO NO MAPA DO ESTADO

Antes de prosseguirmos, vale voltar no tempo e pontuar brevemente alguns dos processos mais antigos que moldaram esta região, desde o período colonial, quando Portugal dividiu o território em capitanias hereditárias, e expedições oficiais chamadas Entradas, além de iniciativas particulares conhecidas como Bandeiras, avançaram pelo interior, transformando a paisagem e promovendo trocas culturais e econômicas.

Mais adiante, já no Império do Brasil, um marco decisivo ocorreu em 1827, quando o Governo Imperial anexou à Bahia o vasto território da Comarca do São Francisco, até então pertencente a Pernambuco. Esse ato contribuiu para a melhoria da administração, trouxe maior estabilidade política e redesenhou de forma definitiva o mapa do estado.

O tempo passou lentamente e pouco ou nada acontecia na região, desde o II Império, até as últimas duas décadas do século XIX. A atividade agropecuária era basicamente de subsistência, com um pouquinho de tudo: gado, feijão, algodão, fumo, pesca e basicamente extrativismo. A comercialização inter-regional e de exportação era aquém de incipiente. Mas o quadro começa a mudar quando, em 1865, tem início a navegação a vapor no São Francisco e, em 1896, já tendo sido proclamada a República no país (1889), entra em funcionamento a ferrovia Salvador-Juazeiro. Estes fatos deram um grande impulso ao comércio.

Um ano antes (1888), o Brasil aboliu a escravidão, mas a região não sentiu tanto o impacto, ao contrário do Recôncavo Baiano. Na política regional, as novas práticas republicanas deram poder aos coronéis, em geral, oligarcas rurais. No Oeste, eram eles que, muito mais que a igreja, influenciavam as decisões, definiam as eleições e, ao seu modo, garantiam a ordem em suas jurisdições, como um feudalismo à brasileira. Já na primeira metade do século XX, a 1ª Guerra Mundial e a Crise de 1929 também foram pouco sentidas no “Além São Francisco”.

Se os macros acontecimentos causavam pouco impacto localmente, a mesma coisa não se pode dizer dos eventos internos. Em 1928, um grande empreendimento agropecuário foi inaugurado em Barreiras, fruto da inventividade e coragem de dois empreendedores importantes na história do Oeste, **Antônio Geraldo Rocha** e **Antônio Balbino de Carvalho**, batizado de **Companhia Sertaneja**. Anos mais tarde, em 1941, a dupla de visionários inaugurou um matadouro com instalações frigoríficas e capacidade de abater 135 reses por dia, movimentando e aquecendo a economia regional.

Segundo contam Cristiane Elizabeth Alvarenga Carneiro e David Marcelino Almeida Schmidt, em seu *Epopéia do Agro – As memórias, o desenvolvimento e a inovação*, Geraldo Rocha, natural de Barra, que passou a morar em Barreiras a partir dos sete anos de idade, foi um engenheiro civil e político. Após longa carreira entre Brasil e exterior, voltara a Barreiras com planos de desenvolver a cidade e a região, e fez uma série de empreendimentos muito avançados para o seu tempo, como obras fluviais de canalização e geração de energia.

Já o icônico Antônio Balbino, seu cunhado, tornou-se patriarca de uma família que, desde então, se destacaria na política, na agropecuária, e na sociedade baiana e regional. Seu filho, Antônio Balbino de Carvalho Filho, foi governador da Bahia entre 1955 e 1959, além de ter exercido os cargos de senador, ministro da Indústria e Comércio e advogado, entre outras funções de relevo na vida pública brasileira.

LONGE DO *FRONT*, MAS ESTRATÉGICO

Em 1940, foi inaugurado o **aeroporto de Barreiras**, que veio a figurar como coadjuvante estratégico na Segunda Grande Guerra. Foi quando os Estados Unidos, além de incorporá-lo como base de apoio logístico e ponto de escala dos aviões norte-americanos, integrando o corredor aéreo que cruzava o interior do Brasil, aproveitaram a estrutura para escoar um insumo muito importante para os fins bélicos, e que estava em falta na Europa: o látex. A região de Barreiras já tinha história no extrativismo e comercialização do produto desde o século anterior, na década de 1870.

O látex da mangabeira (*Hancornia speciosa*) é extraído de árvores nativas da fruta, e coagulado para a comercialização. Os ciclos da borracha da mangabeira em Barreiras e entorno dinamizaram o comércio, e levaram desenvolvimento relevante à região.



Vista aérea do
aeroporto de
Barreiras



O local serviu de base americana para a Segunda Guerra Mundial

PAVIMENTANDO UMA NOVA HISTÓRIA

A partir da segunda metade do século XX, grandes projetos nacionais começaram a mudar o destino do Oeste da Bahia. Não apenas dando visibilidade a uma região longínqua e desconhecida, como, literalmente, encurtando a distância para a capital: não do estado, afinal, Salvador continuaria no mesmo lugar, desde que Tomé de Souza a fundou, mas da nova Capital Federal, **Brasília**, vanguardista e planejada: o sonho do presidente Juscelino Kubitschek, que fez o país voltar os olhos para o interior.

Mais adiante, com o Brasil já sob o regime militar, era desejo do governo integrar o país ao Distrito Federal, avançando para o interior com rodovias, colonização dirigida e a consolidação de uma infraestrutura de peso. Como parte deste objetivo é que as obras da BR-020 e da BR-242 foram executadas, com a participação

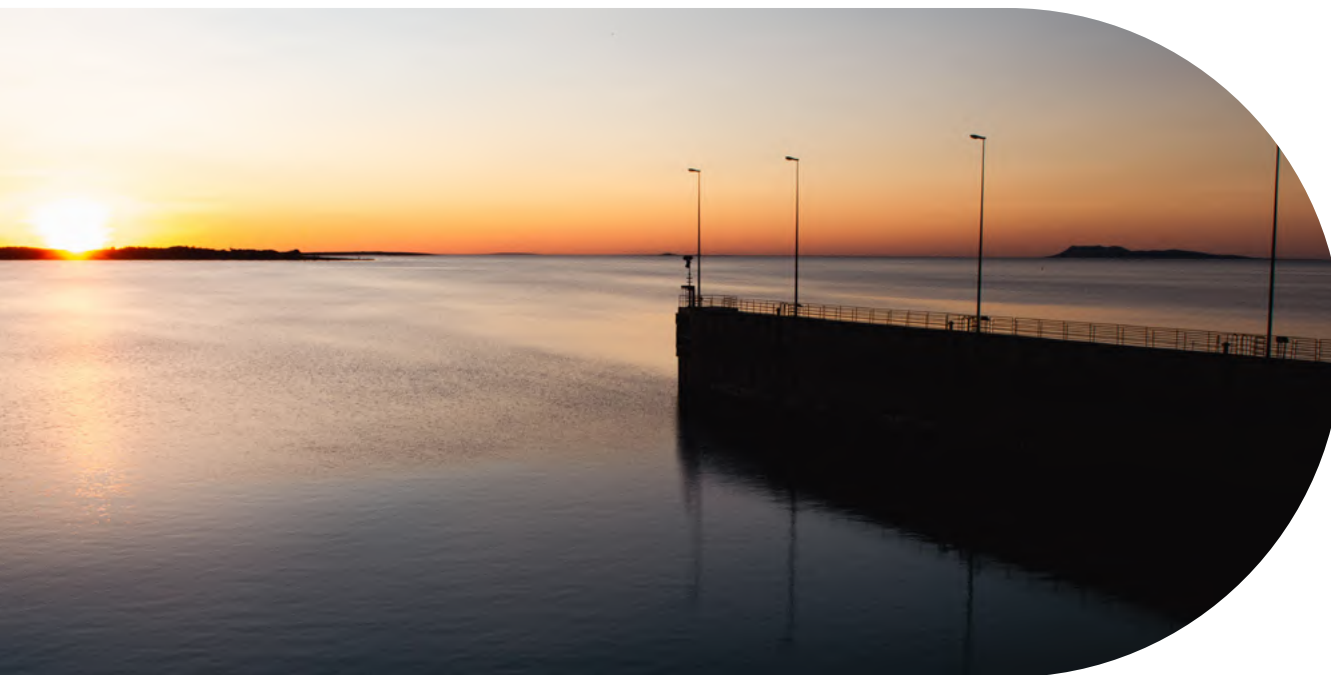
fundamental das Forças Armadas, especificamente, do então recém-criado **4º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro (4º BEC)**. Este batalhão foi transferido do Ceará para Barreiras em 3 de julho de 1972, e instalado no quartel, por ele próprio construído, no quilômetro 3 da BR-020/242, no bairro Boa Vista, em 31 de março de 1973.



Construção do 4º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro

Para viabilizar o plano do governo, no final da década de 1970 foi criado o Lago de Sobradinho, responsável por regularizar a vazão do Rio São Francisco e garantir a segurança operativa do Complexo de Paulo Afonso, cuja primeira usina foi inaugurada em 1955. O enchimento do reservatório ocorreu em 1974 e a Usina Hidrelétrica de Sobradinho entrou em operação em 1979, ampliando a geração de energia e consolidando a Chesf como protagonista do setor elétrico nordestino.

O Lago de Sobradinho é um dos maiores lagos artificiais do mundo.



PNEUS
APOSENTAM
O VAPOR E OS
TRILHOS, MAS
CRIAM NOVAS
POSSIBILIDADES

As **rodovias** se tornaram artérias vitais para conectar a região aos mercados internos e externos. Contudo, paulatinamente tiraram a importância, até o total sucateamento, de outros modais logísticos que então moviam o país, como a ferrovia e a navegação fluvial.

A **Navegação a vapor no Rio São Francisco**, que, em Barreiras, começou em 1865, um século depois – a partir de 1965 – com a abertura das rodovias ligando Barreiras a Brasília e Salvador, entrou em declínio, e praticamente se encerrou nesse período. Já a **Ferrovia Salvador–Juazeiro**,

inaugurada em 1896, que foi importantíssima para o comércio regional, no Oeste, tornou-se irrelevante nos anos de 1960, até ser oficialmente desativada em 1976.

Uma matriz logística com mais automóveis, ao contrário do transporte público de passageiros e de carga, gera demandas individuais. Com mais estradas, carros vão mais longe, e, se vão, precisam abastecer com mais frequência, e não é raro que quebrem ou acabem com um pneu furado. O mercado, claro, entendeu e viu a oportunidade.

Quem quer que tenha chegado até aqui na leitura e conheça um pouquinho da história da região, já deve estar imaginando o que veio a seguir. Mas antes de dar qualquer *spoiler*, é preciso ressaltar que não basta ter estradas para que as pessoas desejem trafegar por elas. Tem que haver, também, um bom motivo para isso.

No apagar das luzes dos anos de 1970, o lançamento do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) foi uma das principais “centelhas” que fez centenas de corajosos singrarem os rios de asfalto, desde o Sul do país até o Cerrado brasileiro. Na Bahia, a iniciativa chegou em sua segunda fase, em 1985, e incrementou o fluxo de migrantes que já começava a ganhar corpo por volta de 1980 e um pouco antes. Com o movimento de veículos aumentando nas estradas, a instalação de um posto de gasolina no entroncamento da BR-242 com a BR-020 foi providencial.



NASCE UM GIGANTE!

O **Posto Mimoso** cravou seu nome na história da região ao instalar-se ali, em 1982, por iniciativa de Arnaldo Horácio Ferreira. A partir do seu funcionamento, pouco a pouco um conglomerado de fornecedores dos mais diversos produtos e serviços foi se formando, trazendo também as suas famílias, estabelecendo moradias, e improvisando uma infraestrutura para melhorar os acessos e o provimento do básico.

Como um organismo vivo, um novo núcleo urbano foi crescendo em volta do posto, e ficou conhecido com o povoado de Mimoso do Oeste, tendo Arnaldo Horácio entrado para a história como o seu fundador. Mimoso cresceria tanto, que ser apenas um povoado não dava mais conta de todo o seu potencial. Assim, em 30 de março de 2000, pela Lei Estadual nº 7.619, sancionada pelo então governador César Borges, um novo município nascia: Luís Eduardo Magalhães.

Em pouco mais de duas décadas pós-emancipação, LEM galgou o posto de 5º maior PIB da Bahia, com um PIB per capita acima de R\$ 95 mil (2021), ancorado no agronegócio (soja, milho, algodão) e na logística do Matopiba, e em toda a cadeia de serviços envolvida no agro e fora dele. Já foi até a cidade que mais crescia no Brasil, no meio dos anos 2000, e, no recorte demográfico recente (2010–2022), teve a 3ª maior taxa de crescimento entre os municípios com mais de 100 mil habitantes no país. Mas até chegar a ser o que é atualmente, muita coisa aconteceu.

O núcleo urbano cresceu ao redor do posto, originando o povoado de Mimoso do Oeste



Acervo Raul Botelho

Foto aérea LEM início



PRODECER: A SEMENTE DO BRASIL QUE PRODUZ

27

Em 1979, um encontro feliz entre a demanda e uma potencial oferta se firmou no Brasil. O Japão, país populoso, mas limitado para a agricultura por sua condição de ilha, viu no Brasil um provável fornecedor em grande escala de um grão precioso para a sua população, a soja.

Acontece que a soja, cujo primeiro registro de lavoura comercial no Brasil data da década de 1940, só começou a escalar em terras brasileiras nos anos de 1960. Ainda assim, estava confinada à região Sul, onde o clima mais próximo ao temperado lhe era amigável. Mas o Sul não tinha mais áreas para incrementar o plantio, e, quando havia, os preços da terra eram impagáveis. Já no

Cerrado brasileiro a terra abundava, mas nenhuma agricultura parecia possível, naqueles solos pobres e ácidos.

As circunstâncias, contudo, pareciam “pedir” inexoravelmente por um acordo entre Japão e Brasil, e, para isso, dois fatores foram fundamentais. O primeiro, de conjuntura: os preços da *commodity* estavam nas alturas, desde meados da década de 1970, de modo que o governo brasileiro tinha todo o interesse em incentivar a produção da oleaginosa. O segundo, um grande avanço estrutural: a criação da Embrapa Soja, em 1975, essencial ao sucesso da empreitada de tropicalizar o grão e adaptá-lo ao Cerrado.

O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), foi a materialização desse encontro entre a futura oferta e a demanda. Para o Japão, era um grande passo no reforço à sua segurança alimentar, com o fomento à cultura de grãos, como a soja, já que, em 1973, os Estados Unidos decidiram priorizar o abastecimento interno, e o país era o principal supridor do Japão.

O objetivo do Prodecer era promover o desenvolvimento econômico e social dos Cerrados brasileiros, através de incentivos como financiamento e linhas de crédito especiais para produtores rurais interessados, com condições favoráveis de pagamento e taxas de juros mais baixas. Além disso, assistência técnica, transferência de tecnologia, entre outros. Dentre as entidades envolvidas, estavam a *Japan International Cooperation Agency (JICA)*, a Embrapa, o Senar e o Banco do Brasil, com coordenação da Companhia de Promoção Agrícola (Campo), criada para este fim.

Em 1985, teve início a segunda fase do programa, o **Prodecer II**, abrangendo sete estados e com aporte de 850 milhões de dólares. O programa foi um marco na cooperação agrícola e fundamental para o desenvolvimento dos Cerrados brasileiros.



Acervo Família Jacobsen



Acervo Família Jacobsen

PRODECER II: A HORA E A VEZ DO CERRADO DA BAHIA

O Prodecer teve ao todo três fases, mas foi a segunda, lançada em 1985, que mudou a história do Cerrado da Bahia. Também visando principalmente a produção de soja com mecanização, o Prodecer II, além do governo brasileiro e da JICA, envolveu o governo estadual.

Um grande esforço foi envidado para financiar e prover infraestrutura, com construção de estradas e redes de eletrificação, e financiamento para a construção de armazéns e silos. As bases tecnológicas do programa incluíram a introdução de sementes adaptadas ao Cerrado, o uso de fertilizantes e defensivos químicos, incorporação de calcário, para a correção do solo, assistência técnica e mecanização agrícola. Por isso, o envolvimento da Embrapa foi decisivo para a implantação, assim como o de cooperativas, como a Cotia.

COTIA NO OESTE DA BAHIA

A **Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC)** foi fundada em 1927 por imigrantes japoneses em São Paulo, e, ao longo do século XX, se tornou a maior cooperativa da América Latina. Tinha milhares de associados e foi referência em organização, comercialização e difusão tecnológica. A Cotia chegou ao Oeste da Bahia em 1985, e, assim como a Embrapa, foi estratégica na implantação do Prodecer. Uma Estação Experimental foi instalada em Mimoso do Oeste, e ali, a CAC plantou as primeiras lavouras de soja da região.

A estação era um grande centro de inovação, onde eram testadas sementes, analisadas amostras de solo e experimentadas técnicas que ajudaram a abrir caminho para a agricultura mecanizada no Cerrado baiano. Naquela época, a Cotia foi a principal entidade de representação do agricultor,

já que a Aiba só seria criada cinco anos mais tarde. Nos anos de 1990, a Cotia enfrentou uma grande crise financeira, encerrando as atividades em 1994. Seu legado pela grande revolução agrícola no Cerrado brasileiro, contudo, ficará para sempre na história.





TODA SAGA TEM SEU HERÓI

Agora que descrevemos brevemente a região e a conjuntura que permitiu, no plano político, econômico e tecnológico, que o Oeste da Bahia pudesse ser o berço de uma revolução, é hora de falar do agente que soube transformar potência em realidade. Foi ele que, além de, literalmente, erguer o Oeste do chão, veio a criar a entidade que é a razão de ser deste livro: **o produtor rural.**



Acervo Família Ranzi

A CHEGADA

Pouco mais de uma geração se passou desde que as primeiras famílias, que se mudaram de diversas regiões do Brasil para o Oeste baiano, começaram a escrever uma nova história naquela imensidão desconhecida. Grande parte destes pioneiros ainda estão (não apenas) vivos, como ativos e fazendo planos ao tempo da escrita deste registro. São protagonistas, coadjuvantes e testemunhas de uma saga que tem início e desenvolvimento, mas que se espera que nunca tenha um fim. E para isso, seus sucessores já entram em cena.

Se ouvirmos de qualquer um destes desbravadores como a história se deu, um desavisado poderia pensar que o Oeste da Bahia – e o Cerrado brasileiro como um todo – foi ocupado por uma única família. Estas pessoas deixaram a terra onde nasceram para encarar o desconhecido, cruzando quilômetros e quilômetros, sem qualquer infraestrutura e facilidades que, em nosso dia a dia, passam quase despercebidas, como água encanada, chuveiro quente, telefone, internet, paredes de tijolo e teto telhado.

De tão semelhantes que são as histórias das famílias neste grande êxodo, e os fortes vínculos de cooperação que se formaram entre elas, para superar os desafios num ambiente novo e um tanto hostil, pode-se dizer que, de certa forma, os pioneiros estabeleceram mesmo uma grande “irmandade”.

Se as motivações de cada uma dessas famílias foram diversas. Em comum, todas partiram em busca dos preços acessíveis da terra no Cerrado baiano, num momento em que as regiões agrícolas existentes à época ficavam pequenas e caras para as famílias que cresciam.

Muitos já haviam rumado para Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. Outros se aventuraram até pelo Paraguai. O ainda pouco explorado Cerrado da Bahia soava como a Terra Prometida para quem estivesse disposto a arriscar a sair, literalmente, da zona de conforto. Contar todas essas histórias é um grande e necessário desafio, mas como não são o objetivo deste livro, vamos pincelar apenas algumas.

UMA TERRA PARA CHAMAR DE SUA

Outro motivo que levou pioneiros a rumar para o Cerrado brasileiro foi a construção da usina de Itaipú a partir de 1976. Para viabilizar o reservatório, extensas áreas agricultáveis foram inundadas dos dois lados do Rio Paraná, especialmente no lado paraguaio, onde muitos produtores brasileiros cultivavam soja, milho e trigo.

Paulo e Helena Schmidt foram alguns destes agricultores que chegaram ao Oeste por conta da inundação das áreas na divisa entre Brasil e Paraguai. Por dez anos, o casal cultivou terras arrendadas no país vizinho, onde o galpão fazia as vezes de casa na maior parte do tempo. Quando não estavam na fazenda, moravam em Foz do Iguaçu. Helena, natural de Campo Novo, no Rio Grande do Sul, mudou-se para Foz no dia seguinte ao casamento, e de lá só sairia para a Bahia, novamente confiando no tino do marido, em busca de uma vida melhor e de uma terra para chamar de sua.

Paulo encarou a notícia da construção da barragem não como uma ameaça, mas como oportunidade. Após algumas pesquisas, em 1979 optou pelo Cerrado baiano, onde se dizia que o hectare podia custar tanto quanto um maço de cigarros. “Ele foi, olhou, gostou e comprou”, lembra Helena, com um sorriso.



Acervo Família Schmidt



Usina Hidrelétrica de Itaipu

Para bancar o sonho, Paulo vendeu um apartamento no centro de Foz, juntou algumas economias e comprou os primeiros seis mil hectares, que se tornaram a Fazenda das Orquídeas, na região das Placas, a 150 quilômetros de Barreiras e a 60 quilômetros de Luís Eduardo.

Familiarizado com as máquinas desde os tempos do Paraguai, Paulo aplicou esse conhecimento na Bahia. Lá, trabalhou por quase um ano com afinco, até poder levar a esposa e o filho Paulinho, então com cerca de quatro anos. Moisés, o segundo filho, viria pouco depois, mas, pela falta de estrutura local, Helena foi tê-lo no Paraná e voltou à Bahia com o bebê de apenas três meses.

No Oeste da Bahia como no Paraguai, as coisas não eram fáceis. Helena dava conta da casa improvisada, preparava a comida para a família e para os eventuais funcionários, e, quando necessário, dirigia até o riacho, 25 quilômetros dali, para buscar água em tonéis. Também ajudava a carregar e descarregar a soja, no caminhão, da lavoura para o galpão.

“Era uma vida muito dura, mas nem por um segundo nos arrependemos. Todos nós nos valíamos da solidariedade entre vizinhos. Se um trator atolava, todo mundo ajudava. Se um precisasse de óleo, o outro emprestava. Tínhamos famílias, como os Gatto, os Fontana por perto, e esse sentimento de união nos ajudava a superar os desafios. As contas pagas, a cada safra, também alimentavam a vontade de vencer”, narra Helena.



Outros dois filhos vieram, Tobias e David, que já nasceram em Barreiras, para onde o casal se mudou quando os mais velhos entraram na escola. “Na sexta-feira, íamos para a porta da escola esperar os meninos e de lá seguíamos para a fazenda, onde passávamos o fim de semana”, conta.

Paulo Schmidt, o pai, já não está fisicamente entre eles. “Mas cada um dos meus quatro filhos carrega algumas das características mais fortes dele, que era honesto, exigente, caprichoso e atencioso”, lembra. O filho Moisés acrescenta outros dois traços ao pai: persistente e visionário.

“Com o conhecimento agrícola que trouxe do Sul e do Paraguai, somado a alguma mecanização, ele começou a enxergar resultados. Meu pai sempre pensou à frente do seu tempo. Quando adquiriu uma beneficiadora de arroz, uma das primeiras da região, deu um passo decisivo. Depois vieram os primeiros armazéns de soja e o convênio com a compradora que passou a operar no armazém construído por ele. As máquinas John Deere trazidas do Paraguai foram precursoras da mecanização em larga escala. Ele foi também um dos primeiros, a introduzir o plantio direto no Cerrado baiano”, discorre Moisés, sem disfarçar a saudade nem o orgulho.

RUMO AO DESCONHECIDO

Houve pioneiros que vieram antes mesmo do Prodecir II, como foi o caso dos Zanottos, que compraram as primeiras terras em 1980. No ano seguinte, Dionísio e Ivone deixaram Corbélia, no Paraná, com a coragem, um sonho e uma filha de apenas nove meses de idade, Fernanda. Onde fincaram raízes não havia nada. Barreiras estava a apenas 160 quilômetros, mas chegar lá levava uma eternidade.

Seu Dionísio sabia que “abrir a Bahia” não seria nada fácil, afinal, os solos ácidos e arenosos, à primeira vista, não prometiam muito, mas tinham algumas vantagens, como o relevo plano, bom para trabalhar com máquinas, que já vinha apresentando sucesso em outras regiões.

Com seu trator CBT, da lendária Companhia Brasileira de Tratores, Dionísio começou os trabalhos. E neste ponto também sua história se assemelha à dos contemporâneos: corrigir o solo com calcário era crucial, mas muito caro. O jeito era começar com uma cultura menos exigente e que já garantisse de saída alguma renda: o arroz.



Trabalhando de sol a sol, morando provisoriamente na casa que trouxera desmontada do Sul, Dionísio e Ivone deram início ali ao que viria se tornar o Grupo Zanotto. Para tornar menos rude a vida de labuta, junto com outros corajosos, eles ajudaram a fundar a vila de Novo Paraná onde, aos domingos, se reuniam em missas improvisadas, que depois ganharam uma capela, e para se divertir em partidas de bocha e futebol, chimarrão e churrasco.

Quatro anos mais tarde, a fé na região e no estado era tanta, que os Zanottos tiveram ali a segunda filha, Alessandra, natural de Barreiras, e provavelmente a primeira mulher da segunda geração dos pioneiros sulistas a nascer na Bahia.

NO RASTRO DOS CORAJOSOS

Energia para o trabalho esses homens e mulheres tinham de sobra. Mas eletricidade ainda era um sonho, assim como estradas, tecnologia, conhecimento e todo o básico para começar. Odacil Ranzi lembra bem dos três dias em que passou num ônibus atolado na Serra do Barro Preto, no trecho entre Posse e Alvorada, em 1982. Com ele, a esposa e o sogro, que veio ver, pela primeira vez, onde o genro estava se metendo. Foram salvos daquela situação graças à ajuda dos soldados do quarto BEC, que trabalhavam na construção das estradas na região.

A história dos Ranzi começa em 1980, quando o jovem Odacil, aos 26 anos, ouviu o “chamado” para o Oeste da Bahia. Natural de Espumoso, no Rio Grande do Sul, formado em Economia e técnico em Contabilidade, já dava por certa sua carreira em Passo Fundo, no mesmo estado. Mas o destino tinha outros planos para ele.

Um dia, na firma em que trabalhava e que representava uma famosa marca de adubos, Odacil soube que um funcionário do quadro de gestão

simplesmente decidiu largar o emprego e partir para um lugar chamado São Desidério, na Bahia. Enquanto muitos diziam que o tal moço demissionário havia perdido o juízo, ele perdia o sono.

Odacil Ranzi não descansou até tirar duas semanas de férias e ver de perto o que levou o colega a tomar uma atitude tão radical. Em um mapa da Revista Quatro Rodas, que costumava guiar os viajantes brasileiros antes do GPS, ele estudou todas as possibilidades de chegar ao mesmo destino.

De ônibus, partiu para Brasília, no dia 30 de junho de 1980, data histórica em que o Papa João Paulo II rezou a sua primeira Missa Apostólica no Brasil. Odacil desembarcou no dia 02 de julho na Capital Federal, que ainda guardava os indícios do grande acontecimento eclesial ocorrido dias antes. Olhou as estruturas montadas pelo evento, que ainda aguardavam para ser desmontadas, rezou e, católico fervoroso que é, considerou aquele um sinal auspicioso de que estava fazendo a coisa certa. Naquela noite, dormiu na rodoviária.



Acervo Família Ranzi

No dia seguinte, Odacil chegou a Barreiras. Mas ainda precisava rumar para São Desidério, e encontrar o famoso e desconhecido ex-colega que se aventurara antes dele, cujo nome era Lourenço Inácio Kappes.

A partir daí, ele encampou uma verdadeira cruzada para achar não apenas Lourenço, com um pedaço de terra para chamar de seu. No caminho, conheceu figuras icônicas, como Constantino Catarino de Sousa, pioneiro da colonização agrícola da região, que chegara no final dos anos de 1970, e o então gerente do Banco do Brasil, Pedro Guedes,

ainda lembrado por todos os que cumpriram um caminho semelhante, como o grande apoiador dos sonhadores.

Nem precisa dizer que a empresa em que Odacil trabalhava até pegar aquele ônibus em Passo Fundo teve uma nova baixa... Com muito sacrifício, Ranzi encontrou o que procurava e foi além: fincou raízes na região, juntamente com a família, tornando-se um dos líderes do setor em seus mais de 45 anos de trajetória, tendo sido também um dos presidentes da Aiba.

UM PUNHADO DE ESPERANÇA

Amélio e Eulália Gatto tinham dez filhos e duas únicas opções: vencer ou vencer, quando compraram seus primeiros dois mil hectares no Oeste da Bahia. Até porque, a camionete que os levou até lá já ficou no destino, como parte do pagamento da área. Dos parques 70 hectares que possuíam em Espumoso, no Rio Grande do Sul, 22 hectares também entraram na negociação.

Era um passo sem volta. A Bahia foi escolhida não por preferência, mas porque cabia no orçamento. A essa altura, seis dos dez filhos saíram de casa, seja para tocar a nova empreitada, ou para reorganizar os trabalhos no Sul e dar o suporte necessário. Das filhas, duas começaram os estudos em Santa Maria, e a mais velha, Carminha, recém-casada com o jovem engenheiro Celito Misso, mudou-se para o Mato Grosso.



Acervo Família Gatto

O rumor que corria, até então, era de que o Cerrado baiano não era bom para a agricultura. Amélio estava literalmente “no escuro”, tanto pela falta de conhecimento técnico e referência, quanto pela total escassez de estrutura em terras baianas. Até que uma ideia brilhou como uma lâmpada, e ele pediu aos filhos que levassem para Espumoso um tanto de solo do Cerrado para fazer uma experiência. E assim foi feito.

A amostra de terra extraída da propriedade viajou em caixas, numa das idas e vindas do caminhãozinho da família. Guiado por um instinto inato, Amélio calculou o calcário e o fertilizante, e plantou nos caixotes um pouco de soja e um tantinho de milho. Quando as plantas começaram a nascer, sentenciou: “podem ficar aí que vai dar certo!”.

Um pouco antes, Amélio e seus filhos já seguiam o protocolo básico dos pioneiros. Em 1981, abriram um pedacinho do Cerrado e plantaram 63 hectares de arroz. No ano seguinte, confiantes no sucesso inicial, plantaram 200 hectares... e perderam tudo. Era a hora de colocar à prova os experimentos do patriarca, não sem muita luta, para conseguir crédito para comprar calcário.

Em 1983, o Condomínio Irmãos Gatto plantou sua primeira safra de soja bem-sucedida, com as sementes que trouxeram do Mato Grosso: 25 sacos de Doko, 50 sacos de IAC 8, 50 sacos de Cristalina e outros 50 de Tropical. Valter Gatto ainda lembra as produções de cor. “A Doko produziu 51 sacos e a IAC 8, entre 47 e 48 sacos. A Cristalina, nós vendemos quase tudo para fazer dinheiro e plantamos menos de dois hectares, que deram 90 sacos de soja. Uma coisa bonita de se ver”, relembra.

Os Gatto plantaram perto da rodovia, aguçando a curiosidade dos passantes que seguiam na estrada para trazer calcário de Goiás. E, ali, começou a se expressar uma vocação da família para a difusão de conhecimento, que mais tarde, com a chegada de Celito e Carminha Missio, e viria a dar início à empresa Sementes Oilema, nome que de trás para a frente homenageia o senhor Amélio, e hoje é conhecida e respeitada em todo o Brasil.



Acervo Família Gatto

CRER PARA VER

Acervo Família Casali



39

Beatriz Casali nem havia aberto os olhos, quando ouviu seu nome ecoando nas paredes do barraco improvisado com teto de pindaíba. Reconheceu a voz de Carlos e correu para acudi-lo com o coração disparado. Carlinhos estava deitado no chão, bem no local onde haviam plantado 150 hectares de arroz. Tinham vindo de tão longe, e conseguido um financiamento sofrido para abrir e cultivar aquele pedaço de chão, e talvez em um minuto a vida desse um revés e colocasse todos os sonhos por terra. Mas não. Estavam longe do fim, e a voz de Carlos repetindo, “está nascendo, está nascendo!” confirmou a vitória, e encheu de esperanças o coração da jovem gaúcha de Campo Novo, que devorava o Zero Hora todo domingo e sonhava em ser jornalista ou bioquímica.

A vocação para as Ciências Humanas não

atrapalhou a matemática, quando Beatriz e o então marido, Carlos, tiveram de escolher entre 17 hectares em Campo Novo ou – pelo mesmo valor – mil hectares na Bahia. “Tudo começou quando meu ex-sogro, Celso Casali, inspirado pelo amigo Paulo Schmidt, em 1980, viajou com a esposa, Matilde Maria, para o Oeste da Bahia, para ver as terras na região onde hoje se chama Bela Vista, na divisa do então criado estado do Tocantins”, relembra Beatriz.

No ano seguinte, no dia 9 de junho, Beatriz e Carlos partiram a bordo de uma camionete D10, com o sogro Celso Casali e um irmão dele, André, tio de Carlos, além de um primo de Carlos, com sua esposa. O veículo era movido a gasogênio - um engenho improvisado que fazia o motor respirar fogo, alimentado por carvão e insistência.



Quando passavam pelo estado de São Paulo, o imprevisto cobrou seu preço. O carvão solto na carroceria incendiou e labaredas se ergueram atrás do veículo. Os carros que passavam buzonavam, os motoristas gritavam e apontavam o perigo. Ainda assim, não voltaram. Domado o fogo, seguiram adiante, atravessando o país com a vida amarrada na carroceria, como se já soubessem que, dali em diante, cada avanço seria assim: entre risco, imprevisto e coragem. Chegaram à “Terra Prometida”, em 14 de junho de 1981, com o projeto de ficar no local por uns cinco anos.

Solidão, desconforto e trabalho duro marcaram aqueles primeiros anos da família, que nunca abandonou a fé e viu milagres acontecerem. O primeiro deles foi a água. Um bem tão escasso que tinha de ser coletado na força do braço, de uma nascente a 14 quilômetros de onde estavam estabelecidos. Beatriz tinha 700 litros de água por semana para gerenciar e dar conta de todas as demandas domésticas, inclusive, a sede. Mais adiante, com a doação de uma área pelo lendário Constantino de Souza, para a instalação de uma agrovila em lugar da promessa de um poço artesiano, as coisas deveriam melhorar. Mas a área da Bela Vista, no sopé da Serra Geral, era pobre em nascentes. A única era a que eles já conheciam, a 14 quilômetros.

“O senhor Celso e o amigo Anildo Ficagna contrataram uma empresa de Araçatuba para perfurar um poço artesiano. Era muito complicado, mas minha ex-sogra fez uma promessa para Nossa Senhora dos Navegantes, e o poço jorrou água, e abasteceu a comunidade por décadas e nunca secou. Em gratidão, construímos uma capela dedicada à padroeira, na vila”, relata Beatriz.

A religião, o futebol e o espírito de cooperação eram parte da argamassa que mantinha coesos os pioneiros da Bela Vista, que, aos domingos, reuniam-se sob a sombra de uma árvore para rezar, conversar, jogar bola e assar carne.

Beatriz Casali não colocou em prática o plano de voltar com os seus depois de cinco anos. A família se reconfigurou em laços, mas continuou unida e os negócios perseveraram até hoje. Ela ainda se lembra dos tempos em que pegava o tratorzinho CBT à noite, para gradear o terreno que seria plantado no dia seguinte. Rememora cada data e detalhe, como se tudo tivesse acontecido ainda ontem, como aquele dia em que, já com terras em seu nome, foi ao banco tentar um empréstimo e o gerente se recusou a financiar uma mulher, sem ouvir os superiores, o que lhe custou dez dias de espera. Também não se esquece de cada um que lhe deu a mão. Dentre eles, aquele que é lembrado em cada relato dos pioneiros como o grande benfeitor dos agricultores migrantes: Pedro Guedes, gerente do Banco do Brasil, que acreditou e facilitou o acesso aos recursos para financiamento e custeio dos projetos.

O medo por muito tempo seguiu de perto os passos da família, e por vezes, Beatriz até pensou em desistir, como naquele dia em que andava com o coração oprimido, pela feira de Barreiras. “Eu fui à feira, que, naquela época, ficava na parte antiga da cidade. As coisas ainda estavam só começando lá na fazenda Santa Helena. Quando voltava com as compras, caminhando, cheguei perto da Igreja de São João. Veio uma coisa no meu coração e falou: Beatriz, você chegou até aqui e daqui você não vai desistir. Fica que vai dar certo”. E deu.



Acervo Família Casali



ÁGUA E VOZ JORRARAM NO CERRADO

Quase 50 anos depois dos primeiros Horita aportarem no Brasil, a terceira geração da família chegava ao Oeste da Bahia. Nada perto das 10 mil milhas náuticas, cerca de 19 mil quilômetros, que separam o Porto de Kobe ao Porto de Santos, que Kitaru Horita, sua mulher e filhos perfizeram durante 40 dias, a bordo do navio Santos-Marú. Menos ainda, da distância cultural entre os dois países, mas, nem por isso, a saga dos irmãos Wilson, Ricardo e Walter foi menos desafiadora; e revela a mesma natureza que põe os Horita em movimento há quase uma centena de anos.

Juntamente com o pai, Satoshi, os nisseis compraram 1,2 mil hectares de terra em São Desidério e, ali, instalaram a primeira Fazenda Horita. A motivação foi a mesma de tantas outras famílias antes deles, as terras que ainda custavam pouco, comparadas ao seu estado de origem, o Paraná. Por cada hectare deste pedaço de Cerrado inicial, pagaram em torno de cinco sacas de soja.

Apesar de alguns anos mais tarde, pouca coisa havia mudado na região em relação ao que os pioneiros que chegaram no final dos anos de 1970 encontraram: mal havia hotel, estrada consolidada, energia ou comunicações. A cada dois dias, era preciso percorrer cerca de 30 quilômetros até o Rio Galheirão para buscar cinco mil litros em um caminhão-pipa. Quase um dia inteiro consumido para garantir o básico. Sem água, não havia plantio possível.

Vieram as tentativas frustradas de perfuração de um poço artesiano, e, nessa busca, muito dinheiro perdido e uma inesgotável insistência. Mas se havia uma coisa que eles aprenderam de berço, foi a insistir e persistir. O patriarca Satoshi, que aliava a esses atributos a paciência, tinha uma palavra de ordem para cada vez que algo não saía exatamente como planejado: Rainen, ou “no ano que vem”, lembrando que sempre era possível recomeçar.

Finalmente, em 1987, um poço de 310 metros alcançou o lençol freático. A água correu estrada abaixo como anúncio de vitória, pegando Walter Horita de surpresa numa das voltas de Barreiras. “Vi aquela enxurrada e deduzi na hora que havíamos conseguido”, lembra. Foram três dias de limpeza, porque, agora, os irmãos tinham água à vontade. Apesar da trabalhadeira, ninguém reclamou.

Em 1988, eles instalaram um sistema de rádio com telefone por antena, ligado a uma central em Barreiras. Uma evolução e tanto, comparado às filas na estação telefônica que tinham de enfrentar, pelo menos, uma vez por semana. O rádio diminuiu um pouco o isolamento e foi providencial para o negócio, ainda que, para falar com alguém, fosse preciso passar o número à telefonista e aguardar. As conversas seguiam em canal único, marcadas pelo ritual do “câmbio” ao fim de cada frase.

No Cerrado, então ainda chamado de “Além São Francisco”, água e voz eram mais que recursos: eram condições de sobrevivência, e indicaram que aquele lugar remoto da Bahia já estava, definitivamente, no mapa da família e do futuro agrícola da região.



CONSTRUIR O SOLO PARA CRIAR RAÍZES PROFUNDAS

Somente a coragem e a resiliência dos pioneiros não poderiam ter transformado o Cerrado da Bahia no grande polo de produção agrícola do estado. Num tempo em que havia pouca tecnologia para produzir nas condições de clima e solo da região, foi preciso uma boa dose de empirismo para descobrir como “amansar” e fazer produzir o solo brabo. Para transformar intuição em ciência adaptada à realidade local, o trabalho de técnicos e pesquisadores foi fundamental, e continua sendo. Primeiro, era preciso “construir” o solo, com o plantio dos cultivos certos, e a incorporação de elementos para fazer a terra, originalmente ácida e arenosa, produzir. Construir o solo é literalmente fomentar raízes profundas. Parece poesia, mas isso valeu tanto para as plantas quanto para a própria história daquelas famílias e do agro regional

Entre os primeiros técnicos a chegar na região está o engenheiro agrônomo José Cláudio, o “Zé Cláudio”, que chegou ao Oeste em janeiro de 1987, em um momento em que o potencial produtivo do Cerrado ainda era visto com desconfiança, inclusive por parte de órgãos oficiais de pesquisa.

Naquele período, o Cerrado baiano contava pouco mais ou pouco menos de 120 mil hectares de lavoura. A soja ainda engatinhava, cultivada majoritariamente com a variedade Cristalina, e as produtividades eram baixas. “A Cristalina ‘derrubava’ muito por falta de calcário. A gente colhia 14, 20, 30 sacos. Quando via uma lavoura de 40 sacos, era coisa de ir em dia de campo para admirar”,

diverte-se José Cláudio lembrando daquele passado, ainda tão fresco na memória.

As perdas por estiagem eram frequentes, o crédito escasso e a informação técnica limitada. Segundo Zé Cláudio, havia uma percepção generalizada de que a região não seria viável para culturas anuais. “Falava-se que aqui não tinha condição de lavoura. No máximo, pecuária extensiva e silvicultura de baixa produtividade.”

A chegada à região foi marcada pela simplicidade e pela incerteza. Recém-formado, vindo de Dianópolis (TO), Zé Cláudio trouxe consigo apenas o essencial. “Minha mudança eram os baldes de óleo com as plantas da minha mulher, o berço da minha filha e um roupeiro simples. Cheguei aqui de madrugada.” Como muitos pioneiros, a prioridade era sobreviver e aprender. “A gente lutava para ter o que comer em casa. Não existia para mim essa ideia de comprar terra. Era trabalho, tentativa e erro.”



Acervo José Cláudio Oliveira

Esse cenário começou a mudar lentamente com a introdução de práticas de correção de solo, maior uso de calcário, aprofundamento do perfil e ajustes no manejo. “O grande problema sempre foi o regime de chuva. No mesmo ano, tinha falta e excesso. A solução era raiz profunda. O perfil de solo foi o que mudou a região”, explica. A construção de um solo produtivo, no entanto, exigia tempo. “Para a soja, você precisa de cinco, seis anos para ter estabilidade. Para o algodão, pelo menos dez anos. Nunca se para de construir solo.”

Nesse processo, o cooperativismo e os programas estruturantes tiveram papel decisivo. Zé Cláudio atuou na Cooperativa Agrícola dos Gerais (Copergel) e acompanhou de perto a importância da Cooperativa Agrícola de Cotia. “A Cotia foi importantíssima. Ela organizava, trazia insumos, estruturava projetos. Quem viveu aquela época sabe o quanto ela foi fundamental.” Outro marco foi o Prodecet, Programa de Cooperação Nipo-Brasileira que introduziu um modelo completo de exploração e desenvolvimento agrícola no Cerrado. “Era um pacote inteiro: área, máquinas, casas, armazém. Serviu de exemplo para a região inteira.” Apesar desses avanços, a ignorância técnica ainda era grande. “A falta de informação era enorme. As variedades eram poucas, as doenças pouco conhecidas e o manejo era essencialmente empírico. A gente não tinha ideia do que era tudo isso. Quem acertou mais, seguiu em frente.

É nesse contexto que o associativismo ganha força e se consolida como um divisor de águas. Zé Cláudio acompanhou desde o início a criação da Aiba. “A Aiba organizou a região. Deu nome, marcou presença. Foi o divisor de águas, porque passou a existir uma entidade para defender os interesses dos produtores.” Diferente das cooperativas,



Acervo José Cláudio Oliveira

que atuavam de forma mais operacional, segundo o engenheiro, a Aiba uniu a classe e ampliou sua representatividade institucional. “Ela congregou pessoas com outro perfil, com mais capacidade de diálogo. Pessoas como o doutor Humberto. Isso fez toda a diferença.”

Com o fortalecimento institucional e o avanço tecnológico, o Cerrado baiano passou por uma transformação impressionante. Produtividades antes consideradas inalcançáveis, tornaram-se realidade. “Falava-se que milho não passava de 6 mil quilos, e a soja, de 40 sacos. Hoje se colhe 200 sacos de milho, 100 sacos de soja. E ainda nem começamos a explorar todo o potencial.” Para Zé Cláudio, o futuro passa pela diversificação e pela integração produtiva, com destaque para o etanol de milho e a criação de animais.

Ao olhar para trás, o sentimento é de admiração e respeito pela coragem coletiva. “Todo mundo sofreu. As incertezas eram enormes. Muita lavoura não crescia, ficava baixinha, era uma tristeza. Mas tinha algo maior ali. Coragem, fé e uma força que não se explica.”

NO TATO E NA INTUIÇÃO

O engenheiro agrônomo Ezelino Carvalho, que chegou à região em junho de 1984, vivenciou de perto esse período de transição e pioneirismo, quando o Cerrado ainda era pouco conhecido, a infraestrutura praticamente inexistente e a tecnologia agrícola extremamente limitada.

Natural do Rio Grande do Sul e formado pela Universidade de Passo Fundo, Ezelino relata que sua vinda para a Bahia ocorreu quase por acaso, motivada por relações profissionais e pela oportunidade de atuar em projetos agrícolas financiados pelo Banco do Brasil. “Cheguei aqui no dia 6 de junho de 1984. Troquei o frio pelo calor”, relembra. Pouco depois, estabeleceu-se definitivamente na região, onde construiu sua trajetória profissional na área técnica e de consultoria agrícola. Ao chegar ao Oeste da Bahia, Ezelino encontrou uma região em pleno início de ocupação econômica. “Não havia pacote tecnológico, não havia nada. A gente ia no tato, na intuição”, afirma.

A agricultura era fortemente dependente do crédito rural, principalmente do Banco do Brasil, e os recursos disponíveis eram escassos. Estima-se que, naquele período, a área agrícola aberta não ultrapassasse 120 mil hectares, cultivados de forma rudimentar e com baixos níveis de produtividade. Grande parte dos agricultores que migraram para a região vinha do Sul do país, especialmente do Rio Grande do Sul e do Paraná. Muitos venderam pequenas propriedades lá para adquirir grandes extensões de terra no Cerrado baiano. “Vendiam cinco, dez hectares lá no Sul

Acervo Ezelino Carvalho



Ezelino Carvalho

para comprar mil hectares aqui”, relata Ezelino. No entanto, chegavam com pouco capital, maquinário limitado e enfrentavam condições extremamente precárias de instalação. O cotidiano desses pioneiros era marcado pelo isolamento. As primeiras moradias eram improvisadas, frequentemente barracas de lona preta, e a comunicação praticamente inexistente.

Do ponto de vista agrônomo, a falta de tecnologia determinava as escolhas produtivas. Nos primeiros anos, o cultivo predominante era o arroz, considerado mais rústico e menos exigente que a soja. “Havia a teoria de que o arroz ‘amansava a terra’”, explica Ezelino, ressaltando que, na prática, essa escolha estava ligada à baixa correção do solo e ao uso insuficiente de insumos. A soja, mais exigente, apresentava rendimentos muito baixos nessas condições. “Se colhia 15, 20 sacos de soja por hectare quando dava muito. O arroz, de qualquer jeito, alguma coisa produzia.”

A partir da década de 1990, esse modelo começou a mudar. Com maior disponibilidade de recursos e avanços técnicos, o arroz foi gradualmente abandonado e a soja passou a ser cultivada diretamente, já com investimentos mais robustos em correção e preparo do solo. Segundo Ezelino,

tratava-se de uma mudança de mentalidade. “Sempre tive a teoria de que dois hectares bem plantados davam o mesmo resultado que três hectares com recurso diluído.”

O crescimento agrícola foi acompanhado por um intenso processo de urbanização. Entre 1985 e 1990, Barreiras experimentou um aumento populacional acelerado. “Todo dia chegava gente nova na cidade”, recorda Ezelino. Barreiras passou de cerca de 45 mil habitantes, em 1984, para aproximadamente 160 mil.

Ezelino teve papel ativo na criação das primeiras entidades de classe locais. Atuou como inspetor do CREA em Barreiras e participou da fundação da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Barreiras (AEAB), no final da década de 1980. Também criou um núcleo regional da Associação Brasileira das Empresas de Planejamento Agropecuário (ABEPA), que teve papel relevante na defesa dos produtores junto ao Banco do Brasil.

“A Aiba passou a ser uma entidade oficial que defendia as necessidades de uma região agrícola em franca expansão”, afirma Ezelino.



Com o tempo, a abertura da associação para agricultores de sequeiro ampliou ainda mais seu impacto na dinâmica regional.

A irrigação foi identificada por Ezelino como o primeiro grande impulso tecnológico do Oeste baiano. O cultivo irrigado, especialmente do feijão, demonstrou o potencial produtivo do Cerrado quando submetido a investimentos adequados. Posteriormente, o algodão consolidou-se como o segundo grande marco tecnológico, exigindo altos níveis de manejo e fertilidade do solo, o que acabou irradiando ganhos para outras culturas, como a soja.

Ao refletir sobre o processo histórico, Ezelino destaca que muitos insucessos nas lavouras ocorreram em função da falta de investimento tecnológico e do endividamento excessivo. “Teve muita gente que tentou crescer sem estrutura ou entrou em dívida em dólar e acabou perdendo tudo”, relata. Hoje, segundo ele, a agricultura regional enfrenta novos desafios, como a sucessão geracional e a busca pelo equilíbrio biológico do solo. “O desafio agora é garantir longevidade da produção, com rotação de culturas e manejo mais integrado”, conclui, reforçando que o futuro da agricultura, assim como seu passado, depende da união entre técnica, organização e visão coletiva.

SONHOS NÃO CONHECEM FRONTEIRA

Quando Humberto Santa Cruz chegou ao Oeste da Bahia, em 1984, a fronteira agrícola ainda era, de fato, uma fronteira, com tudo de escassez e precariedade que isso significava. Mas sua trajetória destoava da maioria dos pioneiros. Em comum, apenas a busca por terras em abundância, a preços mais que baratos, irrisórios. Humberto não atravessou o país com a casa desmontada na carroceria e muito menos dormiu em barraca de lona. Ainda assim, para um alagoano de nascimento e carioca de coração, a nova paisagem era ainda mais contrastante.

A história de Santa Cruz entrelaça-se à da Aiba. Por isso, é tão importante contá-la, para entender como e porquê surgiu esta entidade, uma das primeiras e, ainda, das mais sólidas células de representatividade do agricultor baiano. Este

relato começa antes mesmo da mudança do jovem visionário para o Cerrado da Bahia, e a fagulha que deu a partida à saga foi justamente uma crise, e a consequente oportunidade que ela gerou.

No final da década de 1970, o setor imobiliário brasileiro atravessava uma fase de retração. A euforia do “milagre econômico” dera lugar à inflação alta, crédito caro e insegurança. Neste cenário de incertezas e com o dinheiro valendo menos, a classe média adiou os planos da casa própria, impactando, por tabela, as incorporadoras. Humberto atuava numa delas, o Grupo Santa Isabel. Se o mercado não favorecia as construtoras, a saída era diversificar.



Maira de Andrada Santa Cruz e Humberto Santa Cruz



“O governo Geisel havia acabado de lançar o Proálcool e a companhia decidiu investir no que parecia ser o futuro energético do país. Em 1979, compramos 22 mil hectares no Oeste da Bahia, que viraram a Fazenda Agronol, hoje, Santa Isabel, e pertencente ao Grupo Franciosi. À época, cada hectare custou, literalmente, um maço de cigarros”, relembra.

Segundo Humberto Santa Cruz, o plano era implantar ali um projeto de cana-de-açúcar para a produção de álcool. Consultorias foram contratadas e o financiamento, aprovado. Mas, ao aprofundar os estudos, veio a constatação técnica: o clima da região tem chuvas bem definidas e seis meses de seca. Numa cultura com ciclo produtivo de 16 meses, como o da cana-de-açúcar, sem irrigar, nem pensar.

“O Proálcool não financiava sistemas de irrigação, e, mesmo que financiasse, o projeto já nasceria economicamente comprometido. Eu diria, até inviável. Mas já havíamos comprado a terra e precisávamos fazer alguma coisa com ela”, explica.

RECALCULANDO A ROTA

Naquele tempo, não eram poucos os que aceitavam o risco de assumir um endividamento ao pegar aqueles recursos para, só depois, ver como ficava. “Mas este não era o nosso estilo. Se não fosse cana-de-açúcar, seria soja. Os ‘gaúchos’ já

avançavam pelo Cerrado e estavam vendo os resultados. O solo era plano e mecanizável e o potencial para o sucesso parecia ser grande. A Embrapa começava a provar que sim”, diz.

Humberto se formou em Engenharia Civil, um curso que, em suas próprias palavras, por ser generalista, “deixa o sujeito de cabeça aberta” para se arriscar nas mais diversas frentes econômicas. Em 1980, casou-se com a jovem médica Maira de Andrada Santa Cruz, que se mudaria para a Bahia em 1985. Humberto fora designado para tocar o projeto e veio um ano antes da esposa. O casal urbano, ao contrário dos seus contemporâneos do Cerrado, não possuía tradição na agricultura.

“Meu avô teve fazenda na região de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, e um engenho de cana-de-açúcar, lá em Alagoas. Quer dizer, com muita boa vontade, podia-se dizer que eu tinha um pé no agro. Mas essa lida de fazenda não era parte da vida da gente e realmente foi difícil no início. Mas, pensando bem, até que a adequação saiu melhor do que eu esperava”.



Fazenda Agronol

HAJA PERRENGUE!

Quando chegaram ao “Além São Francisco”, Luís Eduardo Magalhães era Mimoso do Oeste: apenas uma rua, no loteamento do senhor Arnaldo Horácio, atrás do posto de gasolina que lhe dava nome. Barreiras era a base possível. Na primeira ida de Maira à região, pegaram um voo até Brasília e, de lá, sacolejaram a bordo de um carro alugado até Barreiras. Na volta, tomaram um ônibus até Ibotirama, atravessaram o São Francisco de balsa e seguiram viagem num outro ônibus, mais moderno, até Salvador.

“Não era como hoje. A gente dividia espaço com sacos de farinha, aves e cestos. Mas não tínhamos qualquer ilusão de que fosse ser diferente. Era escolha: tínhamos um objetivo”, relata.

A Agronol não se limitou ao binômio soja-milho, que marcava a expansão naquela época. Veio o café, o algodão, nos primórdios dos anos 1990, as frutas para exportação e, também, o gado. Sobre tudo, veio a irrigação. Seu primeiro pivô central foi instalado por volta de 1987. No fim da trajetória do grupo na região, já eram quarenta.

Os primórdios
da Aiba na sede
improvisada



51

UNIR PARA PROSPERAR

Foi justamente a irrigação que levou Humberto a perceber algo maior que a própria fazenda: o Oeste não possuía tradição em outorga de uso da água. Não havia regulamentação consolidada. Os produtores, em geral, captavam a água dos rios, e poucos aventavam explorar as reservas subterrâneas. O risco era evidente: bastava que um vizinho captasse água a montante para comprometer um projeto inteiro.

Mas ele não era o único com essa demanda, e, de conversa em conversa, um grupo de agricultores, nas mesmas circunstâncias, entenderam que a solução para o problema não poderia ser individual. O que veio a seguir, já é história.



A CRIAÇÃO DA
AIBA: UNIR E
ORGANIZAR
PARA CRESCER



NO PRINCÍPIO, ERA A ÁGUA...

Organizar o uso da água, apesar de ser uma necessidade individual de muitas das primeiras famílias de produtores, era um desafio coletivo. Afinal, estava na base do que haveria de sustentar a viabilidade de toda uma região num futuro não tão distante e, certamente, contribuiria e, muito, para manter harmônicas as relações de vizinhança. E sendo um problema coletivo, por mais que Humberto Santa Cruz e o grupo Santa Isabel se esforçassem, dificilmente poderiam encampar aquela batalha sozinhos. A solução foi conversar com outros agricultores e entender a dimensão da demanda.

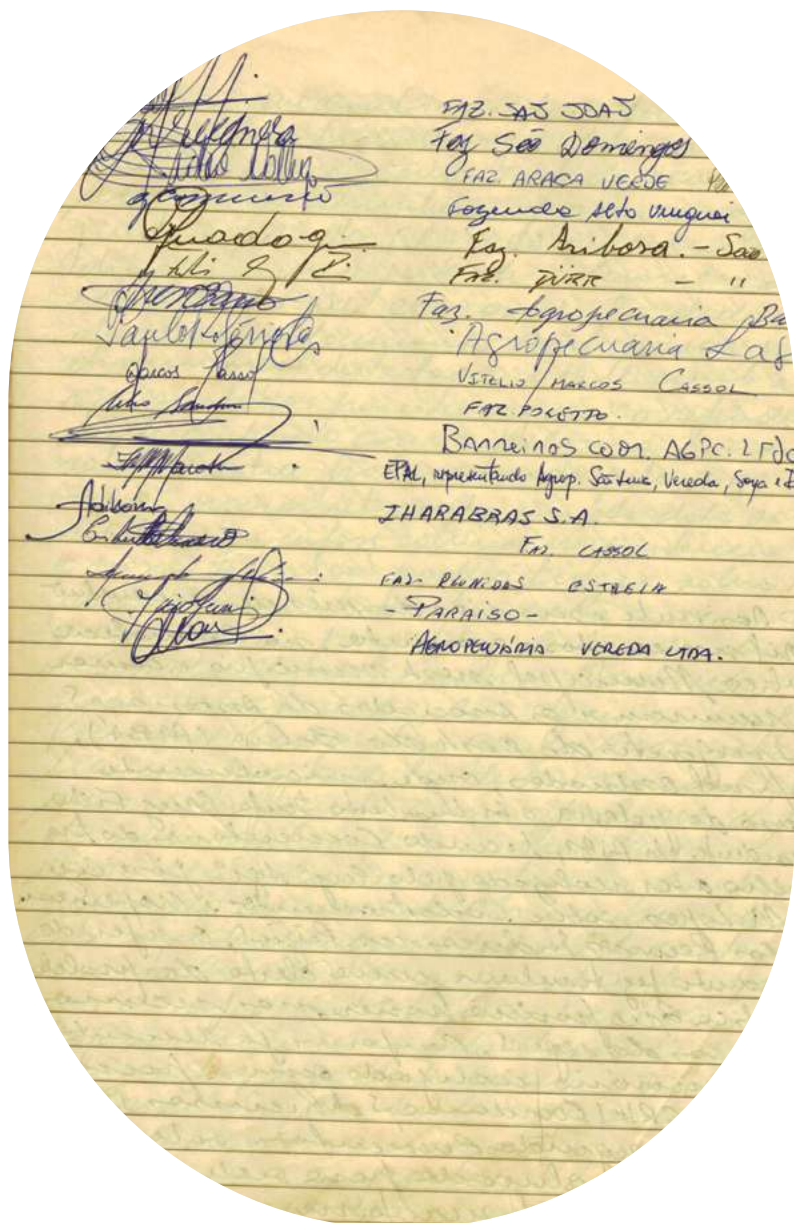


Primeira reunião para formação da Aiba



A ideia de se unirem para enfrentar o desafio foi tomando corpo até virar um consenso: criariam uma associação que defendesse este interesse. Foi assim que, mais uma vez, reuniram-se no escritório da Fazenda Agronol, no centro antigo de Barreiras, mas aquele foi um encontro realmente especial. Era uma sexta-feira quente, no dia 06 de junho de 1990, quando os 16 agricultores irrigantes presentes firmaram em ata a criação da Associação dos Irrigantes do Oeste da Bahia, a Aiba, sem grandes formalidades, apenas a palavra escrita à esferográfica numa folha de papel pautado. Um começo modesto para um grande futuro.





A Aiba nasce como Associação de Irrigantes do Oeste da Bahia em agosto de 1990

Em novembro de 1996, tornou-se Associação de Irrigantes do Oeste da Bahia

Em março de 2004, ganhou definitivamente o nome de Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia

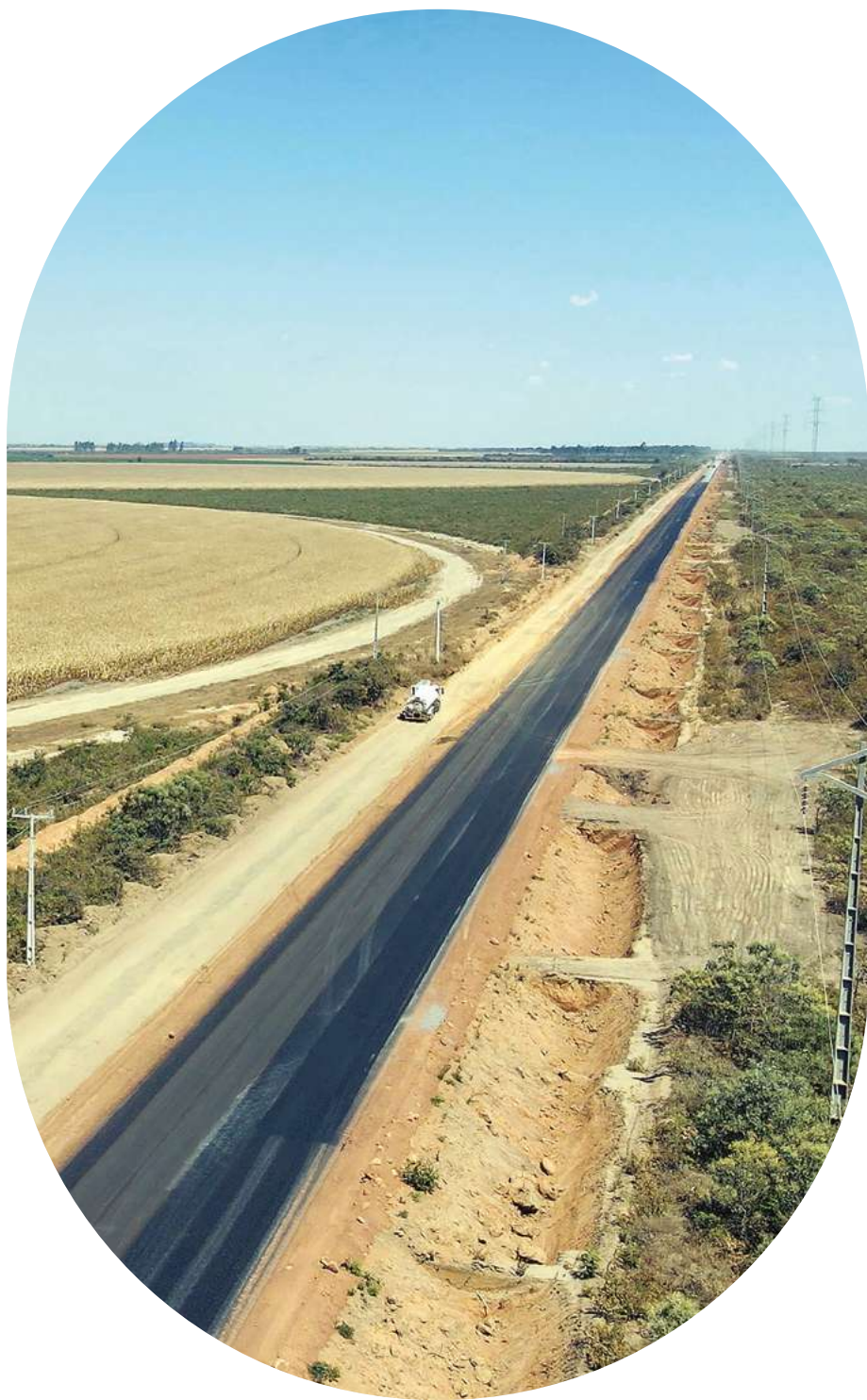
ASSINARAM:

- Adelar José Cappellesso
- Antonio Miasaki
- Armino Brugnera
- Cornélio de Piero
- Eder da Silva Nunes
- Francisco Paim
- Helmuth Rieger
- Humberto Santa Cruz Filho
- Iris Olímpio Basso
- José Mitsuro Zenin
- Kozo Hirata
- Marcos Antonio Cassol
- Nelson Astor Pooter
- Paulo Rogério Costa
- Pedro Callegari
- Ricardo Hidecazu Uemura

MUITO ALÉM DO PIVÔ

A Aiba nasceu com o intento de ordenar o uso da água e proteger os projetos já implantados. Com o tempo, porém, ficou evidente que as demandas ultrapassavam as questões de irrigação. Crédito, endividamento, infraestrutura, representação política... estes desafios eram comuns a todos os produtores, irrigantes ou não, associados ou não.

A entidade ampliou seu escopo e passou a incorporar oficialmente os agricultores, em geral. Por sugestão do então governador Paulo Souto, a associação suprimiu da razão social a referência exclusiva ao Oeste e passou a se chamar Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia, mantendo o nome Aiba, que deixa de ser uma sigla para se tornar uma verdadeira marca. A base territorial permanecia a mesma, mas a interlocução já se dava em escala estadual.



UM MÉTODO QUE SE CONSOLIDA

Com a entidade estruturada, a voz do Oeste da Bahia cruzou o Cerrado, e encontrou eco em Salvador e em Brasília. A Aiba começou a dialogar com entidades de repercussão no agro, como CNA, as federações de outros estados, e com diversos ministérios, como da Agricultura e o da Fazenda. Internamente, mantinha seus associados informados por meio de um boletim mensal que registrava negociações, avanços e impasses.










ANO 17
Nº 176
Dez/09

2009

Retrospectiva

As batalhas e conquistas destas entidades na defesa do agronegócio

- Abapa
- Aiba
- Fundação Bahia
- Fundeagro


























Também nesta edição:

- IX Encontro da Cafeicultura
- Vencedores do Prêmio de Qualidade Cafés da Bahia
- Abapa e Aiba marcam presença na Fenagro 2009
- Fenagro premia os Destaques do Oeste
- Cotonicultores baianos confraternizam com a Abrapa
- Fundação Bahia fecha parcerias importantes
- Agrifirma adere ao Fundesit

Primeiro despacho em gabinete com um presidente da República



MODELO PROATIVO

Desde o início, consolidou-se um modo próprio de atuação. Quando surgia uma demanda, ela era estudada antes de ser apresentada. Não se levava apenas o problema, mas uma proposta para sua solução. Um dos primeiros grande testes deste modelo de interlocução veio para tentar resolver o acesso ao crédito, ou melhor, à falta dele.



Reunião com o então ministro Carlos Fávaro



Acervo Raul Botelho

Visita de Ernesto Illy, da Illy Café ao Oeste da Bahia. Dentre os presentes, Raul Botelho, Nelson Carvalhaes, Humberto Santa Cruz, Jacob Lauck, Sergio Pitt, Ernesto Sabino de Freitas, Rodney Martini e Walter Horita



Reunião com o ministro Antônio Andrade (*in memoriam*)

CRÉDITO

O FUNDO DE AVAL COM O BNB E A RECONSTRUÇÃO DA CONFIANÇA

Nos anos 1990, o Banco do Nordeste havia praticamente interrompido financiamentos para o Oeste da Bahia. Projetos mal estruturados no início da fronteira agrícola resultaram em inadimplência elevada. A avaliação técnica era severa: a região era considerada de “alto risco”. Não havia parecer favorável ao financiamento de novas culturas.

A Aiba entendia as razões da (má)reputação, mas também acreditava que era possível revertê-la: e tinham pressa. Não poderiam simplesmente esperar que, de uma hora para outra, a percepção do banco mudasse. A questão é que, até para esta mudança, o BNB precisaria confiar nos produtores. E por confiar, entenda-se, financiar.

Humberto conta que a diretoria da Aiba foi à presidência do banco, em Fortaleza, apresentar dados, garantias e perspectivas produtivas. Para isso, contaram com o apoio estratégico de Paulo Sergio Ferraro, à época, um jovem no quadro do Banco do Nordeste que havia começado

Reunião com
participação de Paulo
Sergio Ferraro (BNB)



sua carreira no Oeste na Bahia, como gerente da agência do BNB em Barreiras. Mais tarde, Ferraro seria promovido a superintendente do banco para Bahia e Minas Gerais, diretor de Negócios e presidente interino.

As terras ainda tinham baixo valor de mercado; a garantia real não convencia, afinal, o hectare valia pouco mais que um maço de cigarro, na época em que a ocupação da região começou e, até então, não haviam valorizado expressivamente.

Foi então que surgiu a proposta que mudaria o rumo da negociação: a própria associação poderia avalizar coletivamente os produtores. Nascia o **Fundo de Aval**.

O acordo previa financiamentos iniciais de até cinquenta mil reais por produtor, com convalidação da Aiba. A entidade assumia o papel de avalista institucional. Não se tratava de substituir garantias, mas de compartilhar risco e responsabilidade.

“O primeiro ano transcorreu sem inadimplência. No segundo, o limite subiu para cem mil reais. No terceiro, para cento e oitenta. No quarto, para quinhentos mil. A disciplina de pagamento transformou a percepção do banco. A carteira do Oeste passou a ser vista como confiável”, lembra Sérgio Pitt, à época, vice-presidente da Aiba, e personagem importante na história da entidade, na estruturação de instrumentos para solucionar impasses financeiros, tributários e sociais.

O modelo do Fundo de Aval previa progressão: após três anos pagando corretamente, o produtor poderia acessar operações maiores com garantias próprias, já sem necessidade do aval institucional. A associação avalizava até determinado limite; acima disso, o crescimento dependia da estrutura individual do agricultor.

A região, antes classificada como inviável, demonstrava, na prática, capacidade de organização e solvência.

O ENFRENTAMENTO DO ENDIVIDAMENTO E O PESA

Enquanto algum crédito novo se reorganizava no Oeste, em todo o país permanecia o passivo antigo. O endividamento acumulado desde os anos 1980 era sufocante.

Muitos jovens agricultores talvez não se lembrem, mas a geração anterior certamente perdeu o sono com as dívidas impagáveis. Era o rescaldo do “Milagre Econômico”, quando, durante o regime militar, especialmente nas décadas de 1970 e início de 1980, o governo federal adotou uma política agressiva de expansão agrícola.

O crédito rural era abundante e fortemente subsidiado. Programas de ocupação territorial e modernização produtiva estimulavam a mecanização, a abertura de novas áreas e o aumento da

escala. O Estado assumia parte do risco e os juros reais, em muitos momentos, eram negativos. O produtor tomava crédito para comprar máquinas, expandir lavoura, implantar infraestrutura, muitas vezes com a convicção de que o próprio ambiente macroeconômico diluiria o custo da dívida.

O problema surge na virada da década. A crise da dívida externa, a explosão inflacionária e a mudança abrupta na política monetária alteraram completamente o cenário. O crédito subsidiado encolheu, os indexadores mudaram, os juros nominais dispararam e passaram a ser capitalizados sobre saldos já corrigidos pela inflação. Em um ambiente de hiperinflação, contratos eram reajustados com frequência e encargos se acumulavam.

“Você comprava um trator, e, depois de cinco anos, devia 10 tratores, por causa dos juros. Como a inflação era alta, os juros também eram. A sua moeda era soja. Você comprava um trator, vamos supor, por 100 sacos de soja, depois, devia pelo mesmo trator, 1000 sacos de soja! O produtor trabalhava para pagar aqueles sacos de soja que aquela terra produziu. Ela não produzia 10 vezes mais para pagar o trator, entendeu? Ela continuava produzindo soja. Então se você devesse em saco de soja era mais razoável, mas dever em moeda e com juros altíssimos, e, ainda por cima, juros sobre juros, era impagável. Aí a Aiba teve uma atuação espetacular”, conta Humberto Santa Cruz.



Reunião com o então ministro Roberto Rodrigues, em 2004

ARTICULAÇÃO

A Aiba intensificou sua atuação em Brasília. Participava de comissões, dialogava com lideranças de outros estados, articulava propostas técnicas de renegociação. Não se tratava apenas de pedir anistia, mas de desenhar regras compatíveis com o fluxo de caixa do produtor. De tanto andarem de gabinete em gabinete, chegavam a ser confundidos com deputados e senadores.

Humberto Santa Cruz não esconde um sorriso ao se lembrar: “Tinha deputado que não tinha ideia do que a gente estava falando. Conheci Ronaldo Caiado nessa época, ele até brincou com a gente: olha, vocês têm que arrumar um crachá aqui e ter carteira assinada. Chegam terça e saem quinta. A gente entrava na Câmara, nas comissões, no Congresso como se fosse deputado e senador”.

O Oeste da Bahia desempenhou papel decisivo no processo de equalização da dívida agrícola, tendo a Aiba atuado como agente central na articulação institucional. Foram estabelecidos diálogos e alinhamentos com entidades representativas de outros estados, como a Aprosoja e associações de grande porte, em uma mobilização conjunta que envolveu lideranças agrícolas do Paraná, Rio Grande do Sul e, especialmente, do Mato Grosso, estado que enfrentava situação ainda mais crítica, em razão do elevado endividamento decorrente da expansão de áreas, ganhos de produtividade e investimentos em maquinário.

No âmbito político, a atuação do então deputado João Leão mostrou-se estratégica: à época líder do governo e integrante da Comissão de Economia, sua interlocução no Congresso Nacional foi amplamente reconhecida e respeitada, contribuindo para viabilizar avanços nas negociações.

“Em Brasília, nesse ponto, quem nos deu apoio muito grande foi João Leão, e, dentro da Aiba, a peça fundamental Sérgio Pitt. Eu era presidente, na época, mas o Sérgio era aquela pessoa que realmente fazia todo estudo de como fazer para gente conseguir pagar essa dívida”, rememora.



A VITÓRIA

A primeira resposta institucional foi a securitização das dívidas rurais, autorizada pela Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995. Por meio dela, débitos junto ao sistema financeiro foram convertidos em títulos lastreados pelo Tesouro Nacional, alongando prazos e reorganizando encargos. Em 26 de fevereiro de 1998, o Conselho Monetário Nacional instituiu o Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), voltado principalmente a dívidas de maior valor. O PESA permitiu alongamento de até 20 anos, com encargos definidos e previsibilidade contratual, substituindo a lógica da rolagem indefinida por um cronograma estruturado. O produtor aderente quitava parcelas anuais e, cumprindo as condições pactuadas, obtinha a liquidação integral do passivo reestruturado.

“Foi certo! O produtor devia, vamos dizer, R\$ 2 milhões, mas só iria pagar 10% desse valor, em 20 anos. Se pagasse em dia, no final receberia o comprovante de que 100% da dívida estava quitada, embora só tivesse pagado 10%. O título que era emitido serviria até como moeda. Foi uma engenharia financeira muito interessante, isso valeu para o Brasil todo”, ilustra Santa Cruz.



A DIMENSÃO SOCIAL DO CRÉDITO NA REGIÃO

Embora vá ganhar um capítulo detalhado mais adiante neste livro, o Fundo para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Oeste da Bahia, o Fundesis, aparece nesta etapa da narrativa não tanto por sua importância como o instrumento de transformação social, que tem sido constatada desde a sua criação, mas por sua indissociável relação com os trabalhos desenvolvidos pela Aiba, nos primeiros anos, para facilitar o acesso do produtor rural ao crédito. O Fundesis é uma consequência disso.

Algum tempo depois de Aiba e do Banco do Nordeste firmarem o Fundo de Aval, alguns setores da sociedade regional começaram a questionar a “preferência” do BNB por direcionar recursos para financiamento e custeio dos agricultores, enquanto, segundo eles, não faziam o mesmo (pelo menos, não nas mesmas proporções) para outras atividades econômicas.



Não se tratava de preferência, mas de limitação de recursos e o BNB pontuou aqueles questionamentos aos produtores. A Aiba precisava demonstrar que, além do desenvolvimento regional que a atividade agrícola por si só já proporciona, eles também poderiam fazer “algo mais” para a melhoria de vida de pessoas que não partilham de forma tão evidente dos efeitos positivos da agricultura.

Missão dada, missão cumprida. A Aiba poderia ter simplesmente criado uma forma de doar, de tempos em tempos, recursos financeiros e gêneros para entidades do terceiro setor, mas isso não condizia com o estilo da associação. Era preciso construir uma estratégia para que o benefício gerado nas lavouras para a cidade fosse além da caridade: fosse sustentável e, portanto, duradouro.

Mais uma vez, foi preciso argumentação e engenharia financeira para criar uma solução confiável, factível e convincente a ponto de fazer o próprio banco abrir mão de parte de sua margem para o sucesso de um instrumento privado, vinculado ao próprio processo de crédito.

“Mais uma vez, procuramos o Paulo Sergio Ferraro, que à época já era superintendente do BNB, e propusemos a criação de um fundo voltado ao social, agregando valor ao próprio financiamento, e ainda colocando o banco para contribuir”, diz Sergio Pitt.

A matemática era simples: para cada operação de custeio, o produtor destinava 0,2% do valor financiado ao Fundesis. O Banco do Nordeste, ao cobrar sua taxa de análise, também destinava 0,2% ao fundo. Estabelecia-se uma contribuição compartilhada.

Foram elaboradas normativas específicas, definindo governança e critérios de aplicação. O Fundesis passou a financiar projetos sociais, educacionais e iniciativas comunitárias na região.

“Não era tributo, não era fundo público, não dependia de orçamento estatal. É um mecanismo construído pelo próprio setor produtivo para estruturar a dimensão social do crescimento”, afirma Pitt.

INFRAESTRUTURA



INFRAESTRUTURA PARA SUSTENTAR A EXPANSÃO

Foram anos de discussões, idas e vindas a Salvador e alguns embates bem difíceis no processo, para que, em 28 de maio de 2013, a Aiba pudesse celebrar a publicação do Prodeagro, que ganhou forma jurídica por meio do Decreto nº 14.500. O Prodeagro consiste na concessão de crédito fiscal às indústrias que adquirissem produtos agrícolas de produtores rurais credenciados pela Seagri, desde que destinados ao processamento industrial no Estado. Seu propósito, literalmente, é fazer o agronegócio do Oeste da Bahia ir mais longe e melhor, através da melhoria da malha rodoviária que abastece a região, e que, por anos, foi o pesadelo dos produtores, principalmente na época do escoamento da safra.

Na prática, a indústria que compra soja, milho ou café de produtor rural não constituído como pessoa jurídica, pode abater um percentual do ICMS devido. Esse crédito, porém, não é automático; ele está condicionado à aquisição regular junto a produtor credenciado, à destinação do produto à industrialização e à contribuição, em valor equivalente, a um fundo privado específico habilitado pela Seinfra e pela Seagri.

É nesse ponto que reside a essência do Prodeagro. O fundo nasce vinculado ao crédito fiscal. Para usufruir do benefício tributário, a indústria precisa aportar recursos em um fundo privado com finalidade definida: investimentos em infraestrutura logística, modernização tecnológica e, desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Não se trata de uma transferência genérica ao caixa do Estado. O mecanismo é carimbado. O crédito somente pode ser apropriado após a contribuição ao fundo, e os recursos devem ser comprovadamente aplicados nos objetivos estabelecidos, com renovação anual do termo de acordo e prestação de contas à administração pública.

A Aiba teve papel decisivo na construção desse desenho. Desde as primeiras versões, defendeu que o instrumento garantisse previsibilidade, governança compartilhada e vinculação territorial dos investimentos, e que o produtor fosse o protagonista da sua gestão. O resultado foi um arranjo institucional raro: um crédito tributário que, obrigatoriamente, se converte em investimento logístico.



CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL

Ao longo dessa trajetória, a Aiba consolidou também sua base física. Em 1996, negociou a aquisição do terreno da antiga Ceval, em Barreiras, onde instalou sua sede. O pagamento foi diluído ao longo de cinco anos, com contribuição equivalente a cinquenta sacos de soja por produtor ao ano.

Em 1999, o departamento de algodão transformou-se em Abapa, cuja estrutura estatutária foi inspirada no modelo do Mato Grosso. Vieram as discussões sobre Funrural, salário-educação, embates ambientais complexos e iniciativas estratégicas para o planejamento regional.

Em cada etapa, repetia-se o mesmo padrão: estudar o problema, formular proposta, negociar.







A tropical landscape featuring palm trees and a body of water under a blue sky with white clouds. A large, semi-transparent blue circle is centered over the image, containing the text 'A AIBA SOMOS NÓS' in white. The foreground shows a dark, textured surface, possibly a pool of water or a wet ground.

A AIBA SOMOS NÓS

69

A AIBA QUE QUEREMOS SER

Por Lizane Ferreira,
Diretora Executiva da Aiba



Quando assumi a direção executiva da Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia, a primeira coisa que fiz não foi anunciar projetos nem traçar grandes planos. A primeira coisa que fiz foi ouvir. Ouvir a casa por dentro e para entender seus processos, as pessoas, as lacunas, e ouvir, especialmente, os nossos produtores associados. Essa escuta não foi mero protocolo de gestão, mas a convicção de que nenhuma estratégia faz sentido se não partir da realidade de quem ela pretende servir.

A Aiba caminha para os 40 anos. Quase quatro décadas de uma história que eu respeito profundamente, porque cada um desses anos foi construído por pessoas que tiveram a coragem de enfrentar o que ninguém antes havia enfrentado. Foram irrigantes que desbravaram o Cerrado quando ele ainda era visto como terra inóspita, que brigaram por crédito quando os bancos viravam as costas para o Oeste da Bahia, que pavimentaram estradas, literalmente e figurativamente, para que hoje a gente pudesse trafegar por elas. Essa trajetória tem que ser honrada. A melhor forma de honrá-la é não se acomodar.





Cerrado Summit, Pré-COP30 - 2025

Não me bastava perguntar quais seriam as estratégias para fora. Era preciso antes perguntar: como está a casa? E a casa, como toda instituição de mais de 35 anos, precisava de modernização. Implementamos sistemas de gestão, padronizamos processos, renovamos a frota, estruturamos um plano de cargos e carreiras. Coisas que podem parecer internas, invisíveis ao associado, mas que são a base de tudo. Porque não se constrói uma associação de alcance nacional com processos do passado.

O primeiro ano foi, propositalmente, um ano de arrumar a casa. Mas arrumar a casa não significa paralisar o movimento. Em 2024, entregamos 135 quilômetros de estradas pavimentadas: o maior volume em um único ano na história da entidade. Trouxemos o Judiciário para a discussão do agronegócio com o Agrolex. Realizamos o Fórum de Irrigação com especialistas e universidades. E fomos ousados o suficiente para organizar o primeiro evento pré-COP fora das capitais brasileiras, o Cerrado Summit, em parceria com o Ministério da Agricultura e Pecuária, porque entendemos que o bioma em que vivemos e produzimos precisa ser discutido onde ele existe de fato, aqui, no Oeste.

Mas a transformação que mais me orgulha neste primeiro ciclo é menos visível e mais profunda: é a mudança na forma como a Aiba se relaciona com seus associados. Lançamos o programa Aiba Mais Perto do Produtor, não para levar discurso, mas para escutar. Dividimos o território em macrorregiões, formamos grupos menores e fomos ouvir quais são as dores reais de quem está no campo. Energia, outorga, crédito, legislação e tantos outros temas que lhe tiram o sono. Não chegamos com respostas prontas. Pelo contrário. A partir das respostas captadas nestes é que estamos buscando soluções.

E do que ouvimos, nasceram alguns dos projetos mais importantes que a Aiba já desenvolveu. O maior estudo de demanda energética do Oeste da Bahia - com mais de 600 respostas de produtores - que projetará nossas necessidades para os próximos dez anos, com dados técnicos robustos para apresentar à Neoenergia, ao Ministério de Minas e Energia e a quem mais precisar entender o tamanho do que estamos construindo aqui. Porque não basta dizer que crescemos 23% enquanto o Brasil cresce 5%. É preciso mostrar qual será a estratégia para crescer com base numa demanda real. Para isso, precisamos ter dados.



Na mesma linha, firmamos um acordo de cooperação técnica com o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), para a instalação de 36 agroestações meteorológicas no Oeste da Bahia. Teremos, em tempo real, dados de clima, solo, penetração de água. A cada três minutos, teremos dados atualizados numa central de monitoramento aqui na Aiba. Saímos de duas ou três estações esparsas para 36 pontos escolhidos estrategicamente. Esse é o tipo de investimento que não dá manchete, mas que transforma: o produtor terá segurança técnica no plantio, dados para processos de outorga, argumentos para diálogo com os órgãos ambientais.

Também estamos em fase de aprovação de um projeto de 80 milhões de reais junto ao comitê da Eletrobras, focado 100% em monitoramento, capacitação e modernização do uso da água, com atenção especial às comunidades ribeirinhas. Se aprovado, esse projeto nos tornará referência na América Latina em monitoramento hídrico, seguindo os preceitos da Organização Mundial de Meteorologia. Já somos reconhecidos nacionalmente pelo monitoramento do Aquífero Urucuia. Queremos ir mais longe.

Na segurança pública rural, estamos implantando 100 câmeras de monitoramento com reconhecimento automático de placas, integradas à central da Aiba e à central da Polícia Civil. Mais do que coibir crimes, esse sistema gerará dados de fluxo viário, que nos ajudarão a embasar, tecnicamente, os pleitos por parcerias público-privadas na pavimentação de rodovias. Mais 700 quilômetros já foram identificados e estão na rota de aprovação do PPI, o Programa de Parcerias e Investimentos da Casa Civil.

Tudo isso acontece enquanto nos preparamos para o próximo grande passo: o Planejamento Estratégico de longo prazo. Não estou falando de dois ou quatro anos, mas de um olhar para os próximos 10, 20, 30 anos. Porque a Aiba que estamos ajudando a construir não é a de uma gestão, mas a de um legado que tem sido cuidado e honrado desde a fundação, e que, acreditamos que ganhará ainda mais proporção, nos tornando a Aiba da Bahia inteira, e quem sabe do Matopiba. Já avançamos na Chapada Diamantina, onde praticamente não tínhamos atuação. Conquistamos uma cadeira no Comitê de Bacia do Rio São Francisco, como representantes dos irrigantes, um espaço histórico para discutir água, que é a essência do nosso trabalho.

Para sustentar essa expansão, estamos repensando a estrutura financeira da Aiba. O Prodeagro é nosso grande mantenedor, mas não podemos e não queremos depender de uma única fonte. Estamos habilitando o Instituto Aiba como Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT), junto ao Ministério de Ciência e Tecnologia, o que abre acesso à Lei do Bem e a uma série de programas de fomento. Trabalhamos a captação em fundos nacionais e internacionais. Buscamos parcerias com instituições como o Instituto SLC, e estudamos conexões com Cargill, Bunge, fundos do Banco do Brasil, do Nordeste e da Caixa. Com os dados do estudo de monitoramento do Aquífero do Urucuia, estamos nos preparando para administrar o uso e a cobrança da água quando uma eventual regulação se tornar realidade. E avançamos no credenciamento da Aiba, junto ao Ministério da Agricultura, para sermos certificadores de boas práticas, porque não há razão para depender de outras associações para isso, quando temos a expertise e a estrutura para fazer por nós mesmos.

A Bahia Farm Show, nossa feira, que completa 20 edições, também passa por ampliação. Com investimento de 12 milhões de reais, a feira cresceu 35%. Abriremos espaço para a pecuária, para a fruticultura, para o café. Porque produtor é produtor de qualquer coisa que se plante ou crie, e a Aiba existe para todos eles.

Há desafios que não posso deixar de nomear. A segurança jurídica ainda é uma ferida aberta no Oeste. Trabalhamos incansavelmente, em reuniões com presidentes de federações, com a Assembleia Legislativa, com a Procuradoria da República, para que o tema fundiário tenha uma solução permanente e justa. Os embargos ambientais afetam produtores que trabalham dentro da lei, e seguimos pressionando o Ibama, a SEMA, o INEMA e os Ministérios por providências. Não recuamos. Não nos acomodamos. Esse é o nosso papel enquanto representação: estar lá, na porta que fecha, na reunião que cancela, na viagem que parece não dar resultado, até que ela dê.

A pergunta que guia cada decisão que tomamos é simples: isso serve ao produtor associado? Ele é a razão de ser da Aiba. Tudo o que fazemos, cada projeto de monitoramento, cada quilômetro de estrada, cada reunião em Brasília, cada câmera instalada na beira de uma estrada precisa ter como destino a vida e o trabalho de quem está no campo.



Reunião em Brasília (DF) para tratar sobre o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)



MUITO ALÉM DO VOLUME

Nos capítulos anteriores, falamos sobre como se deu a ocupação do Oeste da Bahia, do protagonista das grandes mudanças que resignificaram o antigo “Além São Francisco”, do embrião da Aiba, e agora é hora de um breve panorama atual da produção agrícola da região, com base nos dados apurados pela associação até 2025.

Ao longo das décadas, a produção agropecuária no Oeste da Bahia despontou, expandiu, se consolidou e nunca parou de surpreender, tanto pela aptidão agrícola quanto pelos resultados que vêm sendo alcançados no volume, e, principalmente, na produtividade. Como causa e consequência disso, também na sustentabilidade. A produtividade é a mola mestra de uma produção sustentável e representa o espelho de decisões acertadas desde antes da lavoura até a entrega do produto. Assim, tão importante quanto dizer que o Oeste da Bahia produz muito, é ressaltar que a região, sobretudo, produz muito bem.

Algumas das chaves para resultados que impressionam dentro e fora das fronteiras são a diversificação da sua matriz produtiva e a incorporação de boas práticas sustentáveis, dentro de um sistema equilibrado e saudável, do ponto de vista ambiental, social e econômico.

Nas áreas de Cerrado do Oeste da Bahia, o trinômio soja–algodão–milho é soberano e segue como espinha dorsal da economia agrícola regional. Mas o espectro agropecuário é cada vez mais amplo, incorporando outras culturas e atividades tradicionais, como o feijão e a pecuária, e abrindo espaço para outros cultivos, capazes de gerar renda, emprego e valor agregado ao longo de todo o ano. Alguns deles, inusitados, como o trigo – cultura típica de climas temperados – e o cacau – tão característico do Sul e do Norte do país, confirmando as múltiplas possibilidades de um território agrícola dinâmico, que combina escala e eficiência com inovação e qualidade.

A PIONEIRA SOJA

Quando os primeiros números começam a ser registrados pela Aiba, no início da década de 1990, a soja já dava sinais de que seria a cultura dominante. Com apenas 280 mil hectares cultivados na safra 1990/1991, a oleaginosa produzia 410 mil toneladas, com uma produtividade ainda modesta, em torno de 24 sacas por hectare.

Ao longo dos anos seguintes, o avanço tecnológico, a adaptação de cultivares ao solo, o clima da região e a chegada de novos produtores impulsionaram um salto extraordinário. A área cultivada ultrapassou a barreira de 2,1 milhões de hectares, e a produção alcançou mais de 8,7 milhões de toneladas em algumas safras, com produtividades médias superiores a 67 sacas por hectare. Esses números colocaram a soja do Oeste da Bahia entre as mais competitivas do mundo, integrando o estado ao coração do agronegócio nacional.



O ESSENCIAL MILHO

O milho ocupa uma posição estratégica no Oeste da Bahia que vai além da sua relevância econômica. Embora contribua de forma consistente para a renda do produtor e para o abastecimento de cadeias como a de proteína animal, seu papel no sistema produtivo é igualmente determinante do ponto de vista agrícola.

Inserido na rotação de culturas, o milho atua na diversificação dos sistemas, auxilia na quebra de ciclos de pragas e doenças, e contribui para a manutenção da estrutura do solo. A produção de palhada favorece o plantio direto, a retenção de umidade e a ciclagem de nutrientes, elementos centrais para a sustentabilidade das áreas agrícolas.

No contexto do Oeste baiano, o milho se integra de forma complementar a culturas como soja, algodão e feijão, permitindo melhor uso das áreas, maior estabilidade produtiva e eficiência ao longo das safras. Mais do que uma cultura de suporte, consolida-se como componente estruturante de um modelo agrícola moderno, resiliente e de longo prazo.

Nos primeiros anos da série histórica da Aiba, a área plantada girava em torno de 120 mil hectares, com produções na casa de 500 mil toneladas e produtividade de pouco mais de 90 sacas por hectare. Hoje, a cultura se expande para mais de 195 mil hectares, com picos de produção superiores a mais de 2 milhões de toneladas. Além de abastecer o mercado interno e a cadeia de proteína animal, o milho se consolidou como parceiro estratégico da soja na rotação de culturas, ajudando a preservar a qualidade do solo e a diversificar as fontes de renda do produtor. Essa complementaridade se tornou um dos pilares da sustentabilidade agrícola regional.

O milho atua na diversificação de culturas



ALGODÃO: A FIBRA QUE RECONTOU SUA HISTÓRIA



A Bahia é o segundo maior produtor de algodão do Brasil

A Bahia é o segundo maior produtor de algodão do Brasil, graças à região Oeste, que detém mais de 90% da área plantada no estado. Seu algodão é sinônimo de qualidade, rastreabilidade, regularidade de oferta e confiança comercial. Mas o algodão é um capítulo à parte na história da agricultura brasileira – e, em especial, do Oeste da Bahia. Poucas cadeias produtivas ilustram de forma tão clara a capacidade de reinvenção do agro nacional.

No início da década de 1990, o Brasil era o segundo maior importador global de pluma, com uma cotonicultura fragmentada, baixa escala e limitada incorporação tecnológica. À época, a área plantada girava em torno de 190 mil hectares, com produção próxima de 560 mil toneladas e produtividade média em torno de 1.040 quilos de pluma por hectare.

A guinada começou com os primeiros experimentos exitosos com o cultivo em Mato Grosso, em uma iniciativa privada do empresário Olacyr de Moraes com a Embrapa. A confirmação da viabilidade do algodão no Cerrado mudou o mapa da fibra, deslocando o eixo que, por décadas, esteve nas zonas Meridional e Setentrional, respectivamente marcadas por São Paulo e Paraná, e Nordeste.

77

Nas primeiras safras, nos anos 1990, o algodão do Oeste seguia para beneficiamento em Guanambi



Acervo Abapa

Nestas áreas, onde se destacava a região de Guanambi, no Sudoeste da Bahia, a atividade, que já vinha claudicante, foi abatida pela chegada do bicudo-do-algodoeiro, em 1983. A praga não agiu sozinha na derrocada da cotonicultura no final dos anos de 1990. A conjuntura econômica nacional, marcada pela inflação galopante e os planos econômicos malsucedidos tiveram grande reponsabilidade. Já a abertura do mercado brasileiro às importações, que atingiu diretamente a indústria nacional, foi o tiro de misericórdia.

Após as primeiras evidências de que a cotonicultura poderia vingar nas áreas de Cerrado, a organização do setor produtivo e a união dos produtores foram decisivas. Uma nova mentalidade produtiva começou a se formar, tendo como marcos a criação da Abrapa, em nível nacional, e de suas associações estaduais, como a Abapa, na Bahia.

Continuamente, desde o início, incorporaram-se investimentos consistentes em pesquisa, biotecnologia, mecanização, irrigação, manejo de precisão e profissionalização da gestão, que transformaram radicalmente o perfil da atividade. Em poucas décadas, a região Oeste da Bahia se consolidou como uma das mais modernas fronteiras da cotonicultura mundial, referência em eficiência produtiva, qualidade de fibra e sustentabilidade.

Na Bahia, atualmente, a área cultivada com algodão supera os 417 mil hectares, a produção ultrapassa 850 mil toneladas e as produtividades médias mais que dobraram, alcançando patamares superiores a 2.000 quilos de pluma por hectare, o que é considerado um número recorde para a cotonicultura em sistema de sequeiro no mundo. O salto do algodão brasileiro teve impacto direto no posicionamento do país no cenário global. O Brasil deixou a condição de segundo maior importador para se tornar o maior exportador mundial de algodão, ocupando lugar estratégico no abastecimento da indústria têxtil global, e o algodão da Bahia tem importante peso neste sucesso.



FRUTOS DA CORAGEM

Nesse movimento de ampliação da matriz produtiva, a fruticultura tem papel estratégico. A presença crescente de culturas como a banana, melancia, os citros e a uva revelam não apenas a adaptação do produtor ao ambiente, mas também, a evolução do conhecimento técnico, do manejo irrigado e da integração com mercados consumidores cada vez mais exigentes. Em diferentes municípios do Oeste, a fruticultura já se consolida como vetor relevante de desenvolvimento local, com impacto direto na geração de empregos, na fixação de famílias no campo e na dinamização das economias municipais.

CAFÉ

O café arábica irrigado do Oeste da Bahia já figurou entre um dos mais importantes itens da matriz produtiva da região. Chegou a ocupar cerca de 15 mil hectares de área plantada, mas perdeu espaço ao longo do tempo, por questões de mercado e da dinâmica da atividade. Enquanto soja, milho e algodão são culturas anuais, o café é perene, o que torna as decisões do produtor menos flexíveis aos movimentos do mercado. Atualmente, os cafezais do Oeste somam em torno de 6,5 mil hectares de lavouras, mas vêm retomando fôlego. Em 2019, foi integrado à lista dos Cafés Brasileiros com Indicação Geográfica (IG) do MRE, na qual figura como “Indicação de Procedência (IP)”, sendo o único representante do estado presente.



79



Produção atende ao mercado interno

BANANA

A banana, por exemplo, deixou de ser uma cultura obscura para se tornar protagonista em áreas irrigadas, com ganhos expressivos de produtividade e regularidade de oferta. A produção atende ao mercado interno e dialoga com centros consumidores importantes, mostrando que o Oeste também é competitivo em cadeias tradicionalmente associadas a outras regiões do país.

Com manejo
adaptado à região,
o cacau despontou
na região Oeste



CACAU

O cacau talvez seja o símbolo mais emblemático dessa nova fase. Fruto típico de ambientes florestais úmidos, associado historicamente à Mata Atlântica e à Amazônia, ele encontrou no Oeste da Bahia um território de experimentação bem-sucedida. Como o algodão, ele também sofreu um grande revés histórico. O fruto que fez a riqueza da aristocracia rural baiana, retratada em grande estilo na literatura de Jorge Amado, experimentou uma crise fatal, com a chegada da vassoura-de-bruxa, doença causada por um fungo que dizimou as lavouras no estado e praticamente inviabilizou a atividade.

Plantar cacau no Oeste da Bahia, sem o sombreamento natural da mata, era um desafio que beirava sandice, na opinião de muitos. Com ajustes tecnológicos, manejo adequado e inovação nos sistemas produtivos, a cultura rompeu paradigmas e passou a ocupar áreas antes consideradas improváveis para a sua ocupação. Hoje, mais do que uma aposta, o cacau já se apresenta como alternativa concreta de diversificação, com potencial produtivo, qualidade reconhecida e conexão com mercados diferenciados.

TRIGO

A simples ideia de produzir trigo no Cerrado da Bahia não parecia nem mesmo digna de atenção, pela própria natureza da cultura. Nada que a boa pesquisa científica para a agricultura tropical não desse conta, após muito trabalho e investimento. A cultura dá seus primeiros passos na região. A área inicial de cerca de sete mil hectares já dobrou, e a produção registrada, em 2024, chegou a 80 mil toneladas. As produtividades oscilam safra a safra, entre 36 e 90 sacas por hectare, reflexo das dificuldades de adaptação da cultura, mas também, da insistência e capacidade de inovação dos agricultores.

Esse avanço não ocorre por acaso. Ele é resultado de um ambiente institucional favorável, de investimentos em pesquisa, da troca de conhecimento entre produtores e técnicos, e da disposição permanente para testar, aprender e ajustar rotas. A diversificação produtiva do Oeste da Bahia não substitui as grandes *commodities*, mas as complementa, fortalece a resiliência do sistema agrícola e amplia as possibilidades de futuro.



PECUÁRIA E AVES: TRADIÇÃO, INTEGRAÇÃO E AGREGAÇÃO DE VALOR

A pecuária bovina ocupa um lugar histórico no Oeste da Bahia, antecedendo a própria consolidação da agricultura mecanizada e permanecendo, até hoje, como componente essencial da economia regional. Longe de ser suplantada pela expansão das lavouras, a atividade tem passado por um processo de reorganização e intensificação, alinhando-se a sistemas produtivos mais eficientes e integrados.

Distribuída em grandes municípios pecuários, a região concentra uma parcela expressiva do rebanho bovino do estado, configurando-se como importante fornecedora de animais para a cadeia de carne. A produção se dá, majoritariamente, na pecuária de corte, com crescente adoção de

sistemas semi-intensivos e intensivos, incluindo confinamento e semiconfinamento, o que tem elevado a produtividade por área e a eficiência dos sistemas.

A integração entre lavoura e pecuária é um dos traços mais marcantes dessa evolução. O uso estratégico de áreas agrícolas na entressafra, a recuperação de pastagens e o aproveitamento de grãos e subprodutos da agricultura reforçam a complementaridade entre as atividades, contribuindo para a diversificação da renda do produtor e para a sustentabilidade do modelo produtivo regional. Nesse contexto, a pecuária deixa de ser uma atividade isolada e passa a integrar um sistema agrícola mais amplo, equilibrado e resiliente.



A avicultura tem forte impacto na
geração de empregos

A AVICULTURA TEM FORTE IMPACTO NA GERAÇÃO DE EMPREGOS

A avicultura, por sua vez, representa um movimento mais recente, porém altamente estratégico, de agregação de valor à produção agrícola do Oeste da Bahia. A instalação de grandes projetos empresariais inaugurou uma nova etapa de verticalização das cadeias produtivas, ancorada na ampla disponibilidade regional de milho e soja, base da alimentação animal. Trata-se de uma atividade estruturada, intensiva em tecnologia e com forte impacto na geração de empregos, na organização logística e na dinamização das economias locais.

Embora os abates de bovinos e de aves não se concentrem necessariamente dentro da própria região, em função da localização dos frigoríficos e das estratégias industriais, o Oeste da Bahia se consolida como território de origem de matéria-prima essencial para a cadeia de proteína animal. Ao integrar produção agrícola, pecuária e avicultura, a região amplia sua relevância econômica e reafirma sua capacidade de evoluir de forma sistêmica, conectando eficiência produtiva, diversificação e visão de longo prazo.



BIOENERGIA: A NOVA FRONTEIRA DO ETANOL

A diversificação produtiva do Oeste da Bahia também avança no campo da bioenergia, com a incorporação de cultivos como o sorgo como matéria-prima para a produção de etanol. Cultura reconhecida pela rusticidade, pela eficiência no uso da água e pela boa adaptação às condições do Cerrado, o sorgo amplia as possibilidades do sistema agrícola regional, especialmente em janelas estratégicas do calendário agrícola.

A previsão de instalação de projetos industriais voltados à produção de etanol a partir do sorgo e do milho, marca uma nova etapa de agregação de valor à produção local. Ao transformar grãos produzidos na própria região em biocombustível, esse modelo fortalece a integração entre agricultura e indústria, gera empregos, dinamiza a economia e reduz a dependência de cadeias externas.

Além do etanol, o processo industrial gera coprodutos que retornam ao sistema produtivo, especialmente para a alimentação animal, reforçando a lógica de circularidade e eficiência.



O sorgo é uma das culturas que mais têm crescido na região

ARQUITETURA DO
DESENVOLVIMENTO:
PROJETOS QUE
MOLDAM O FUTURO

INTRODUÇÃO

Ao longo de 35 anos, a Aiba aprimorou a capacidade de transformar desafios em projetos e visão em ação estruturada. O que começou com a missão de organizar o uso da água na região tornou-se uma agenda ampla de iniciativas que moldaram o desenvolvimento do Oeste baiano e consolidaram um modelo de agro comprometido com eficiência, inovação e responsabilidade.

Cada programa criado, cada parceria firmada e cada investimento realizado compõem uma arquitetura de soluções pensadas para sustentar o presente e preparar o futuro. Não se trata apenas de crescimento produtivo, mas de construção institucional, uma rede articulada que conecta produtores, poder público, universidades, centros de pesquisa e a sociedade em torno de objetivos comuns.

Os resultados dessa atuação ultrapassam os números expressivos das lavouras e das cadeias produtivas que a elas se entrelaçam. Revelam-se na consolidação de estratégias de longo prazo, nos investimentos em ciência e tecnologia, no fortalecimento da infraestrutura e da logística, na adoção de práticas sustentáveis e na formação de pessoas. São pilares que sustentam a competitividade regional e reafirmam que desenvolvimento consistente exige planejamento, cooperação e compromisso permanente.

É nesse contexto que foram elaborados os principais projetos e ações que traduzem, em ações concretas, a missão da Aiba. Iniciativas que dão forma à sua história e que continuam a escrever, diariamente, o futuro da região, do estado e do país.



INSTITUTO AIBA - COMPROMISSO QUE CONECTA CAMPO E SOCIEDADE

Em 2014, um novo capítulo foi escrito na história da Associação, com o nascimento do Instituto Aiba (IAiba). O instituto representou a consolidação de compromissos que já pulsavam na atuação da entidade. Deu forma institucional a práticas em expansão, organizou iniciativas antes dispersas e estruturou uma governança capaz de ampliar horizontes. Desde então, tornou-se uma ponte entre o setor produtivo, a sociedade civil, o poder público e as instituições de ensino e pesquisa, como um espaço em que responsabilidade social e estratégia caminham juntas.

Da fundação do IAiba até 2026, já foram investidos mais de **R\$ 20 milhões** em ações sociais e socioambientais, com o apoio a mais de **380 projetos**, alcançando diretamente mais de **400 mil pessoas**. As iniciativas coordenadas e apoiadas pelo instituto estão estruturadas em múltiplas frentes: Desenvolvimento humano, Inclusão social, Educação ambiental, Geração de emprego e renda, e Transformação comunitária, sempre almejando o benefício coletivo e a sustentabilidade de longo prazo. Esses pilares orientam seus programas e ações.

Fundamental para a manutenção e o avanço do agronegócio regional, o **Programa de Estudo do Potencial Hídrico do Oeste da Bahia** é uma dessas iniciativas. Voltado ao estudo, monitoramento e gestão sustentável das águas superficiais e subterrâneas do Oeste baiano, o programa subsidia políticas públicas e promove o uso responsável dos recursos hídricos. O instituto também investe

em outras ações ligadas à gestão, preservação e monitoramento das águas, como o Plano de Manejo e o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio de Janeiro, o **Programa Nascentes do Oeste e o apoio à gestão de bacias hidrográficas**.

Com a missão de ampliar e difundir o resultado de décadas de pesquisa e aprendizado, o instituto desenvolve o Programa de Transferência de Tecnologia, voltado à capacitação, ao apoio técnico e à difusão de tecnologias para a agricultura familiar e de pequena escala, promovendo inclusão produtiva e desenvolvimento rural sustentável. Atualmente, a iniciativa contempla 23 pequenos produtores nos municípios de São Desidério e Correntina, além de duas escolas técnicas em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

Capacitação técnica e extensão rural (IAiba Capacita)



Outro eixo relevante de atuação do IAiba é a cooperação com universidades e centros de pesquisa, fomentando o ensino, a produção científica, a inovação, e a difusão do conhecimento aplicado ao agronegócio e ao meio ambiente. O instituto mantém, ainda, **Acordo de Cooperação Científica e Acadêmica com a Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima (Unicorp)**, vinculada ao Tribunal de Justiça da Bahia, integrando conhecimento técnico, científico e jurídico entre o Poder Judiciário e o setor produtivo. A iniciativa cria um canal permanente de diálogo voltado à inovação, à legalidade e à sustentabilidade, promovendo formação, capacitação e fortalecimento institucional.



Acordo de cooperação científica com Unicorp

Por meio do programa **Capacitação Técnica e Extensão Rural (IAiba Capacita)**, o instituto promove treinamentos voltados à qualificação de colaboradores e profissionais de propriedades rurais. Em parceria com a **União dos Escoteiros do Brasil (UEB)**, desenvolve ainda o **Programa Escoteiros Raízes do Agro**, iniciativa voltada à formação cidadã, à educação ambiental e à integração entre o agronegócio e a juventude, com a participação de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos.

Grupo de Escoteiros Raízes do Agro



A **Fazenda Modelo Paulo Mizote** e o **Fundo para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bahia (Fundesis)** são outros dois importantes programas que integram a área de atuação do instituto. Pela relevância e complexidade, ambos ganharão capítulos próprios, assim como o **Estudo do Potencial Hídrico do Oeste da Bahia** e o **Programa de Proteção de Nascentes**, terão destaque especial na seção dedicada às águas, o patrimônio hídrico da região.

A diversidade e a amplitude das iniciativas demonstram como o conjunto de projetos mantido pelo IAiba ultrapassa os limites da fazenda e se conecta diretamente à vida regional. São crianças, jovens, produtores, comunidades rurais, instituições sociais e municípios inteiros beneficiados por ações que combinam responsabilidade social, conservação ambiental e desenvolvimento econômico.

Em reconhecimento à sua atuação, que vem transformando positivamente a realidade socioeconômica das comunidades impactadas pela atividade agrícola, o instituto foi declarado de Utilidade Pública pela Assembleia Legislativa do Estado, por meio da Lei nº 14.024, de 13 de novembro de 2018, promulgada na mesma data.





Já são mais de 355 projetos aprovados e mais de 230 mil pessoas alcançadas



PROSPERIDADE COMPARTILHADA

Conforme já abordado em capítulo anterior, o Fundo para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bahia (Fundesis), instituído em 2006, constitui o braço social da Aiba. O Fundesis organiza e direciona investimentos da produção para alcançar pessoas, comunidades e territórios, por meio de diferentes projetos. Com a criação do Instituto Aiba, em 2014, o Fundo ganhou nova estrutura, governança fortalecida e capacidade ampliada de planejamento. Mais do que integrar uma nova arquitetura institucional, passou a operar com visão estratégica de longo prazo.

O Fundesis é um fundo de coparticipação entre produtores e duas das mais importantes instituições financiadoras do agro no Oeste da Bahia, o Banco do Nordeste e a cooperativa Sicredi. A beleza do fundo já começa da sua própria engrenagem, uma vez que é atrelado às operações de crédito para os produtores, através das quais tanto os bancos quanto os tomadores do crédito, voluntariamente, abrem mão de uma pequena fração do montante, que será direcionada a este “caixa”, gerenciado pela Aiba por meio do Instituto Aiba. Isso garante sua sustentabilidade em longo prazo.



De 2006 até 2021, o Fundesis contou apenas com a parceria do BNB. A partir de 2021, ganhou um novo reforço, com a entrada do Sicredi, ampliando seu alcance nas áreas de influência de cada uma destas instituições financeiras.

Já são mais de **355 projetos aprovados, mais de 230 mil pessoas alcançadas e investimentos superiores a R\$ 17 milhões ao longo de quase duas décadas**. Estes números traduzem confiança e, sobretudo, transformação social.

Nesta nova fase, o Fundo consolidou editais públicos de chamamento, fortaleceu parcerias institucionais e profissionalizou seus processos de seleção e monitoramento. Cada etapa aprimorada representa mais transparência, eficiência e maior capacidade de multiplicar resultados.

Como está definido em seus editais, o objetivo do fundo é financiar projetos de interesse coletivo que promovam o Desenvolvimento Social Integrado e Sustentável nos municípios da área de abrangência da **Cooperativa Sicredi: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Santa Rita de Cássia e Formosa do Rio Preto**.

Por meio do **Banco do Nordeste**, podem ser contemplados **todos os municípios do Oeste da Bahia** que apresentem projetos voltados às seguintes áreas: Educação; Esporte e Cultura; Inclusão Social e Digital; Programas de Saúde Preventiva e Emergencial; Geração de Renda e Empreendedorismo; Preservação e Educação Ambiental; Defesa Fitossanitária e Agricultura Sustentável; e Segurança.

Podem se habilitar ao financiamento Organizações da Sociedade Civil (OSCs) sem fins lucrativos, constituídas juridicamente há pelo menos três anos, com experiência comprovada na execução de projetos sociais. As instituições devem dispor de estrutura física adequada, equipamentos, equipe técnica qualificada e capacidade operacional comprovada para assegurar a execução, a sustentabilidade e a possível ampliação do projeto proposto.

Os critérios que norteiam os editais do Fundesis consideram a relevância regional da instituição a ser contemplada; sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do Oeste da Bahia; a qualificação geral e o caráter inovador do projeto apresentado; além da clareza e pertinência dos objetivos, metas e resultados previstos. Outros parâmetros levam em conta a probabilidade de alcance dos objetivos no prazo estabelecido; a capacidade de contribuir para a redução de desigualdades regionais; bem como a experiência dos executores e a competência da equipe envolvida nos temas propostos.

Os resultados alcançados pelos projetos beneficiados pelo Fundesis ao longo de quase duas décadas constituem a principal evidência do sucesso do fundo. Um desses exemplos é a Associação Beneficente Cristã Mão Amiga, sediada no bairro Jardim das Oliveiras, na periferia do município de Luís Eduardo Magalhães. O trabalho da instituição é voltado para crianças em situação de vulnerabilidade social, oferecendo nivelamento e alfabetização escolar, cursos profissionalizantes, práticas esportivas e outras atividades culturais, promovendo inclusão e dignidade social. O Fundesis está entre os primeiros parceiros da associação, assegurando recursos em diferentes editais para investimentos na requalificação e melhoria de sua infraestrutura, com a adequação de banheiros, estruturação da cozinha, além da criação de um ambiente mais acolhedor, com climatização e equipamentos para as salas de atendimento multiprofissional.





No município de Formosa do Rio Preto, a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae)**, através do Fundesis, conseguiu erguer uma sede própria e implantar diversas melhorias, como a instalação de piscina para hidroterapia e de sistema de energia solar. Os recursos asseguraram ainda a implantação de uma Sala de Costura e de um Laboratório de Informática, ampliando o atendimento às mães das crianças e jovens assistidos, e fortalecendo o papel da instituição na promoção da inclusão e da autonomia das famílias.

Voltado ao atendimento de dependentes químicos, o **Centro Terapêutico Povoado Grapiúna**, localizado em Barreiras, também integra o conjunto de instituições apoiadas pelo Fundesis. Os recursos provenientes dos editais foram destinados à construção e qualificação da estrutura física da unidade, com a implantação de dormitórios, salas de recreação, administração e atendimento psicológico, além de depósito, lavanderia, banheiros, cozinha e refeitório. As melhorias fortaleceram a capacidade de acolhimento, e contribuíram para oferecer um ambiente mais adequado ao processo de recuperação e reinserção social dos assistidos.

A diversidade dos projetos contemplados reforça o compromisso do fundo com o desenvolvimento integrado da região. Para a Aiba, o impacto mais relevante do fundo está justamente na continuidade e no fortalecimento das iniciativas apoiadas que garantem transformações duradouras nas comunidades.

Apae - Formosa do Rio Preto



Centro Terapêutico Povoado Grapiúna



PROGRAMA JOVEM APRENDIZ RURAL

Quem conhece a história do Oeste da Bahia sabe que o desenvolvimento da região pode muito bem ser medido em hectares cultivados, índices de produtividade e toneladas que cruzam estradas para ganhar o mundo. Mas ele se revela, especialmente, nas trajetórias de vidas que florescem a partir da terra. O verdadeiro crescimento não está apenas na safra que se colhe, e sim nas pessoas que se formam, nas oportunidades que se abrem e nos caminhos que se constroem a partir do campo. É nesse encontro entre desempenho produtivo e formação humana que nasce a **Fazenda Modelo Paulo Mizote**, um projeto emblemático da Aiba, cujo nome homenageia um dos mais relevantes agricultores pioneiros da região. Natural de Araçatuba (SP), como outros desbravadores, Mizote chegou ao Oeste da Bahia na década de 80, após deixar a carreira de engenheiro mecânico para seguir a vocação de agricultor e se tornou uma das lideranças locais do setor.

Em atividade desde 2013, em Barreiras, a Fazenda Modelo é mantida pelos produtores rurais e nasceu como resposta a um dos maiores desafios do setor produtivo: formar pessoas capazes de acompanhar a crescente complexidade tecnológica e operacional da agricultura regional. Idealizada pela Aiba, a iniciativa ganhou ainda mais solidez com a criação do Instituto Aiba, passando a integrar uma estratégia institucional estruturada, voltada à formação profissional, à inovação e à responsabilidade socioambiental.



Hoje o projeto está sob gestão do IAiba e é uma referência em qualificação para o agro do Oeste. A proposta é clara desde o início das atividades: preparar profissionais para o presente sem perder de vista o futuro. Com o **Programa Jovem Aprendiz Rural**, o projeto oferece um ambiente de aprendizagem prática, onde teoria e campo se encontram. Mais que estudar a atividade agropecuária, os participantes a vivenciam. Cada conceito aprendido em sala de aula encontra aplicação direta no cotidiano da produção.

Voltado a jovens entre 18 e 24 anos, o programa desenvolve um ciclo formativo de aproximadamente dez meses, alinhado às diretrizes da **Lei do Aprendiz (Lei nº 10.097/2000)**. Para além de simplesmente atender a uma exigência legal, a iniciativa promove a inserção responsável e qualificada no mercado de trabalho, combinando formação técnica, acompanhamento pedagógico e experiência prática.



A Fazenda Modelo Paulo Mizote está em pleno funcionamento. Em seus campos cultivados, salas de aula, laboratórios e estruturas produtivas, os jovens participam ativamente de todas as etapas do ciclo agrícola: do preparo do solo ao plantio, do manejo das culturas à irrigação, do monitoramento fitossanitário à colheita e à organização da produção. Cada etapa é aprendido, cada tarefa é construção de competência e autonomia.

Ao longo de sua trajetória, a Fazenda Modelo já certificou mais de mil jovens, muitos deles absorvidos pelo mercado de trabalho local e regional, já ao concluir sua formação. Outros seguiram para o ensino superior, para cursos técnicos avançados ou iniciaram empreendimentos próprios ligados ao meio rural.

Outro aspecto que fortalece o alcance da iniciativa é sua ampla rede de parcerias institucionais. O projeto envolve organizações como o Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras (SPRB), Senar/Bahia, Centro Territorial de Educação Profissional (Cetep), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), Fundação Banco do Brasil, Ministério Público do Trabalho, Associação Baiana

dos Produtores de Algodão (Abapa), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão (Fundegro), Programa para o Desenvolvimento da Agropecuária (Prodeagro), além de empresas do setor agrícola. Essa interação garante o financiamento das atividades por meio de editais, recursos dos produtores e doações de equipamentos, e permite a constante atualização técnica e metodológica do projeto.

A estrutura da Fazenda Modelo abriga, ainda, um complexo de produção de alimentos, com cultivo de hortaliças, mandioca, batata-doce e outras culturas adaptadas ao calendário agrícola regional. Parte significativa da produção é destinada à doação para instituições sociais, como o Hospital do Oeste e o Abrigo dos Idosos de Barreiras, reforçando o caráter solidário da iniciativa e contribuindo para a segurança alimentar da comunidade.

Além dos jovens aprendizes, a fazenda recebe estudantes de escolas técnicas, universidades, produtores rurais e pesquisadores, funcionando como um laboratório a céu aberto para troca de experiências, demonstração de tecnologias e disseminação de boas práticas agrícolas.

OPERAÇÃO SAFRA: SEGURANÇA PARA PRODUZIR E AVANÇAR

A velocidade com a qual se desenvolveu o agronegócio no Oeste da Bahia trouxe consigo novos desafios. À medida que a produção expandia e as tecnologias se sofisticavam, tornava-se indispensável garantir que toda essa engrenagem funcionasse com segurança, ordem e previsibilidade. Desse contexto nasceu, em 2014, a Operação Safra, uma iniciativa que se consolidou como peça-chave para o pleno funcionamento da cadeia produtiva regional. Trata-se de uma grande força-tarefa para coibir a criminalidade na região em um dos momentos cruciais do calendário agrícola, o plantio, etapa que requer o uso intensivo de insumos agrícolas, como defensivos químicos e outras tecnologias de grande valor comercial, e, portanto, muito atraentes para criminosos. Os efeitos deste esforço conjunto vão muito além da segurança do patrimônio e da integridade física dos envolvidos na produção, para abarcar toda a região: seus moradores e visitantes.

A postos nesta missão estão a Polícia Militar da Bahia, por meio do Comando de Policiamento da Região Oeste (CPRO), do Comando de Policiamento em Missões Especiais (CPME), com a atuação da Companhia Independente de Policiamento Especializado do Cerrado (Cipe Cerrado), além do Comando de Policiamento Rodoviário, com a Companhia Independente de Policiamento



A iniciativa se tornou
peça-chave para
funcionamento da
cadeia produtiva



Rodoviário de Barreiras. Sob a coordenação do CPRO, atuam ainda a CIPT/O – Rondesp Oeste e as 30ª, 83ª, 85ª e 86ª Companhias Independentes da PM, contando com o apoio institucional da Aiba.

A operação acontece durante seis meses, geralmente, entre setembro ou outubro de um ano, até março do ano seguinte. Neste período, esforços extras são mobilizados nos principais municípios produtores de grãos e fibras da região: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Cocos, Correntina, Coribe, Baianópolis, Jaborandi, Riachão das Neves e Santa Maria da Vitória.

A Operação Safra funciona como uma rede integrada: nenhuma instituição atua isoladamente. Cada parceiro soma experiência, estrutura e conhecimento para compor o ambiente que permite um plantio seguro.

TECNOLOGIA NA PALMA DA MÃO

O aperfeiçoamento contínuo é uma de suas marcas. Na lógica da integração tecnológica, a Aiba passou a utilizar, desde 2021, o **aplicativo da Operação Safra**, uma ferramenta digital criada em parceria com a Polícia Militar. Com o objetivo de reforçar a segurança rural, e coibir roubos e furtos durante o período da colheita, o app permite o mapeamento georreferenciado das propriedades, o registro organizado das áreas produtivas e o acionamento rápido da polícia em situações de risco. Utilizado tanto por produtores quanto pelas equipes policiais, o sistema fortalece a comunicação direta, agiliza respostas e amplia a capacidade de monitoramento territorial.

Mais recentemente, a Aiba introduziu um importante diferencial tecnológico: a utilização de sistemas Starlink para comunicação direta entre as viaturas e a instalação de câmeras de monitoramento em pontos estratégicos da região, ampliando a capacidade de resposta da Polícia Militar. A modernização fortalece o caráter preventivo da ação e amplia sua dimensão comunitária.

Outra inovação é o **monitoramento em tempo real**, que permite o reconhecimento imediato de veículos e pessoas. A implantação de **QR Codes** nas fazendas facilitou a identificação dos produtores durante abordagens policiais, conferindo mais agilidade e segurança. Todas as informações coletadas são transmitidas instantaneamente aos centros de controle da Polícia Militar, aperfeiçoando a inteligência operacional.



Entrega de receptor de internet banda larga via satélite

O fortalecimento institucional também avançou, por meio de termo de cooperação técnica firmado entre Adab, Aiba e Polícia Militar. Pelo acordo, a Aiba assegurou a doação de caminhonetes para reforçar o policiamento, enquanto a Adab atua no controle fitossanitário e na fiscalização do trânsito de produtos agrícolas e defensivos. Segurança patrimonial e sanitária passam, assim, a caminhar juntas, protegendo o sistema produtivo em sua totalidade.

Conectando a operação às demandas do campo, a Aiba desempenha papel fundamental. Os produtores deixam de ser somente beneficiários e tornam-se parceiros ativos, contribuindo com informações estratégicas, apoio logístico e articulação local.

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Pavimentação
asfáltica com
recursos do
Prodeagro



Quem conhece o pesadelo que é se ver preso num atoleiro, sabe o que é desespero. Adicione a isso uma localização erma, no meio do nada e sem internet ou sinal de comunicação, e some chuva, sol e noite. Agora, tem-se uma noção do que era escoar a produção e insumos agrícolas ou simplesmente trafegar nas rodovias do Oeste da Bahia, não muito tempo atrás.

Para além do risco físico e patrimonial, a precariedade logística representava aumento nos custos em toda a cadeia produtiva, e especialmente para o agricultor, com manutenções frequentes de veículos e máquinas, fretes mais altos e atrasos na movimentação de cargas.

Manter estradas em boa condição em regiões como o Oeste da Bahia pode ser desafiador. Para se ter ideia, apenas no município de Formosa do Rio Preto, na chamada região da “Garganta”, uma área de 290 mil hectares, trafegam a cada safra,

em média, 42 mil caminhões bitrens, carregados com insumos, como adubo e calcário, além da produção de soja, milho e algodão.

O bitrem é um veículo pesado, composto por um cavalo e dois reboques, e tem capacidade de transportar cargas de até 74 toneladas. Mas eles não são os únicos a passar pelas estradas de lá. Ainda há os caminhões tanques de diesel, e um sem-fim de outros tipos e mais os veículos de passageiros que também precisam utilizar essas estradas. Com a produção aumentando a cada safra, seja pelo incremento da demanda ou mesmo da produtividade das lavouras, a tendência é que estes números possam crescer ainda mais.

Na impossibilidade de calibrar a urgência do agro com a capacidade de resposta do poder público, os agricultores do Oeste da Bahia, mais uma vez precisaram construir, literalmente, uma solução para melhorar a situação das estradas no Oeste da Bahia.

Começaram por cuidar das estradas vicinais, aquelas que ligam as fazendas à rodovia estadual ou federal. A iniciativa começou com a Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), com recursos do Instituto Brasileiro do Algodão (IBA). Naquele momento, a iniciativa visava a requalificação, sem asfaltamento. Mesmo assim, já melhorava bastante a vida dos produtores. A partir de 2018, a Aiba, com aporte do Prodeagro, se engajou ao projeto e uma nova era de trabalhos começou, com a pavimentação asfáltica das vias, que podem ser vicinais, municipais e estaduais. Para ter acesso à benfeitoria, os produtores das áreas-alvo se organizam em uma associação específica para esta finalidade. Essa associação ficará responsável pela captação e gestão dos recursos para a obra, por contratar projeto executivo, além de cuidar dos eventuais licenciamentos necessários.

Atualmente, 60% dos recursos investidos vêm do produtor e 40% são aporte do Prodeagro. A Aiba cuida da administração, controle e governança do projeto, e a Abapa é a entidade contratada para prover as máquinas. Ao todo, 12 estradas já foram asfaltadas desde 2018, e duas desde 2025.

Os impactos desses investimentos reverberam em toda a cadeia: melhoram a fluidez do trânsito rural, protegem trabalhadores e motoristas, reduzem riscos logísticos e fortalecem a capacidade de planejamento.



Asfalto para o agro baiano rodar melhor

Os benefícios, no entanto, extrapolam o universo do agronegócio. Estradas pavimentadas e pontes seguras transformam o cotidiano de quem vive e empreende no Oeste baiano. Trabalhadores, estudantes, comerciantes e famílias passam a circular com mais segurança e regularidade; escolas, hospitais e mercados tornam-se mais acessíveis; pequenos e médios negócios ganham em eficiência e expansão de mercado. A infraestrutura, nesse contexto, deixa de ser apenas suporte produtivo e se consolida como vetor de desenvolvimento social.



A iniciativa já soma **511 quilômetros pavimentados e 12 pontes construídas**, alcançando praticamente todos os municípios do Oeste baiano. Outros **800 quilômetros estão programados em parceria com produtores**, com a meta de ampliar progressivamente a capacidade anual de execução.

Em diversas localidades, o asfalto significou retorno imediato ao produtor. A redução no custo do frete, especialmente para quem transporta a produção até unidades de processamento ou diretamente aos portos, reflete-se em maior competitividade e previsibilidade financeira.

Essa evolução é sustentada por uma rotina permanente de articulação entre produtores e poder público. O diálogo com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e com a Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinfra) mantém-se constante, sobretudo diante de demandas emergenciais ou necessidades de manutenção.

“Não se trata apenas de ampliar a malha viária, mas de consolidar as bases estruturais que sustentam o crescimento do Oeste”, explica o presidente da Aiba, Moisés Schmidt.



Projeto Identificação, Preservação e Recuperação de Nascentes

SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE: GESTÃO CONSCIENTE DOS RECURSOS

Produzir com responsabilidade começa pela preservação das bases que tornam a própria lavoura possível. No Oeste baiano, sustentabilidade sempre foi uma diretriz estratégica. A Aiba soube traduzir seu compromisso ambiental em ações que integram técnica, gestão e cooperação institucional, reafirmando que o agro protege aquilo que sustenta a vida: a água, o solo, a biodiversidade e as pessoas.

A estratégia foi organizar essa atuação em frentes complementares. Apoio à Regularização Ambiental, Gestão de Resíduos Sólidos, monitoramento de Focos de Calor e as iniciativas para a proteção das águas, com o já reconhecido Projeto Identificação, Preservação e Recuperação de Nascentes, e os estudos e monitoramento do Aquífero Urucuia, compõem esse conjunto estruturado de iniciativas.

Tratam-se de pilares articulados que orientam e fortalecem o setor produtivo, demonstrando que a agricultura só se mantém vigorosa quando avança de forma técnica, responsável e alinhada à conservação ambiental.



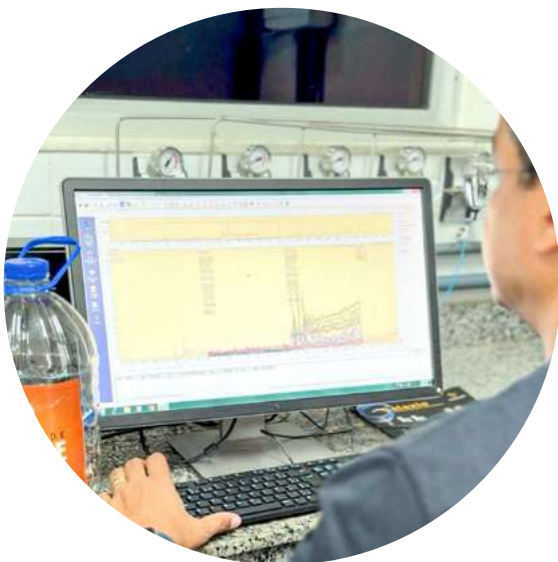
Reserva Legal (RL)

REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

Ao longo dos anos, a regularização ambiental tornou-se uma das principais demandas do setor produtivo. Mais que cumprir as exigências legais, compreender que conformidade e sustentabilidade caminham juntas, reduzindo riscos, oferecendo previsibilidade jurídica e assegurando condições adequadas para a produção de longo prazo.

Com essa visão, a Aiba estruturou o projeto de **Apoio à Regularização Ambiental**. A iniciativa apoia o produtor rural no atendimento às exigências legais. O trabalho inclui orientação sobre licenciamento ambiental, outorgas de uso da água, autorizações de supressão vegetal, cumprimento de condicionantes e atendimento a notificações de órgãos reguladores. Também envolve produção de materiais técnicos, realização de eventos e reuniões, além de atendimento direto aos associados.

Parcerias permanentes com órgãos ambientais estaduais e federais, instituições técnicas e entidades de pesquisa ampliam o alcance da iniciativa, formando uma rede de apoio que fortalece todo o território.



Programa de Coleta de Pilhas e Baterias

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Organizar de maneira eficiente os resíduos gerados nas propriedades rurais é um desafio primordial, no qual o Oeste tem se destacado na solução, a partir da consolidação de uma mentalidade sustentável no produtor, que entende e deseja que sua atividade perdure no tempo e no espaço ao longo das gerações vindouras.

A Aiba tem sido uma parceira constante do associado nesta meta, e desenvolveu o **Programa de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS)**. A iniciativa nasceu da necessidade de estruturar fluxos, orientar práticas e consolidar a cultura da responsabilidade socioambiental no campo.

A atuação ocorre por meio de orientação técnica aos produtores, articulação com sistemas de logística reversa, apoio à implantação de planos de gestão e integração com cooperativas e empresas especializadas. O foco recai sobre resíduos de maior impacto, como embalagens de defensivos agrícolas, resíduos perigosos, materiais recicláveis e resíduos sólidos comuns.

Os resultados são observados na redução do descarte irregular, no aumento da reciclagem e na melhoria das condições ambientais das propriedades. Em sintonia com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e diretrizes estaduais, o programa posiciona o Oeste baiano entre as regiões que mais avançam nessa área. As metas para os próximos anos incluem ampliar a cobertura, fortalecer a educação ambiental e incorporar novas tecnologias, consolidando um modelo moderno e responsável de gestão de resíduos no agro.

FOCOS DE CALOR

As mudanças climáticas e os eventos extremos tornaram o risco de incêndios e queimadas um dos temas mais sensíveis do Cerrado. Estiagens prolongadas e ventos intensos elevam a vulnerabilidade de áreas produtivas, reservas legais, Áreas de Proteção Permanente e comunidades.

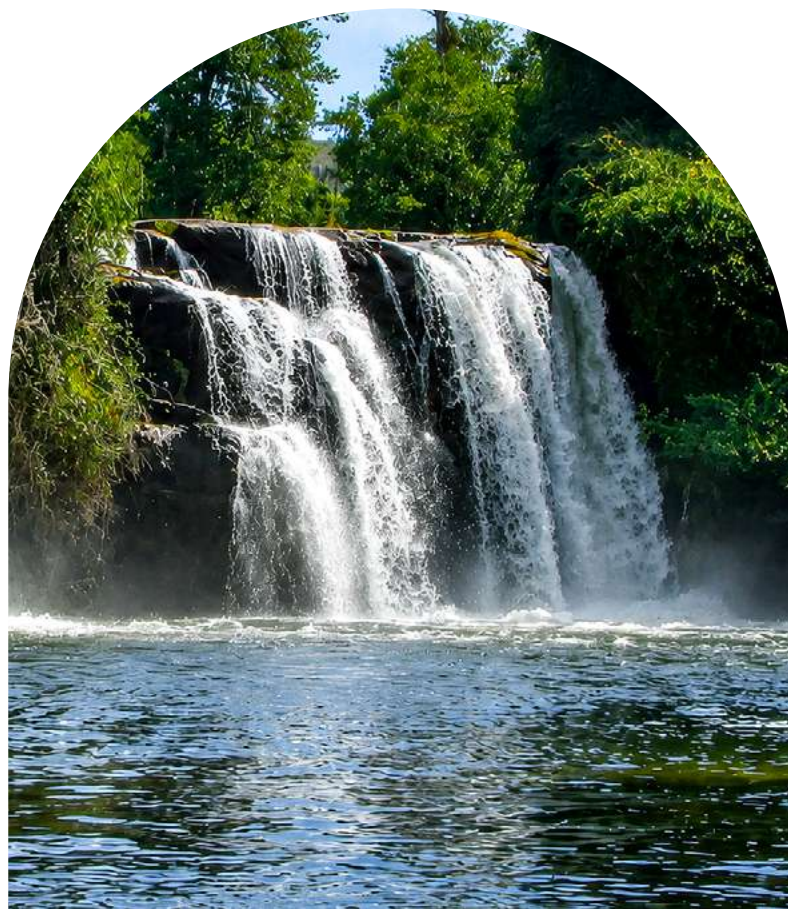
Foi nesse contexto que surgiu o projeto **Focos de Calor**, voltado à prevenção, ao monitoramento e à mitigação de riscos. A iniciativa utiliza sistemas de monitoramento remoto, dados de satélite e plataformas especializadas, integrando alertas ambientais que permitem respostas rápidas e coordenadas. A articulação envolve produtores, brigadistas, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e órgãos de fiscalização, reunindo informações em tempo real.

Campanhas educativas, orientação técnica e diálogo institucional permanente completam a estratégia, formando um modelo de gestão que combina tecnologia, prevenção e cooperação.

ÁGUA: A ORIGEM DA AIBA E UMA ETERNA PRIORIDADE

Desde que os seres humanos deram início à agricultura às margens dos rios, a segurança hídrica se impôs como um desafio a ser continuamente superado para viabilizar a colheita e garantir o melhor desempenho da lavoura.

Era também isso que os agricultores pioneiros tinham em mente quando se articularam para criar a Aiba: garantir a oferta segura de água, não apenas naquele momento, mas ao longo do tempo, mesmo quando eles já não estivessem mais em cena. Quase quatro décadas depois, a preocupação com a água continua sendo um tema central que, assim como um rio, perpassa todas as frentes de trabalho da entidade, seja com mais ou com menos intensidade. O que mudou foi a complexidade e o arsenal tecnológico para suportar a inteligência na construção de soluções.



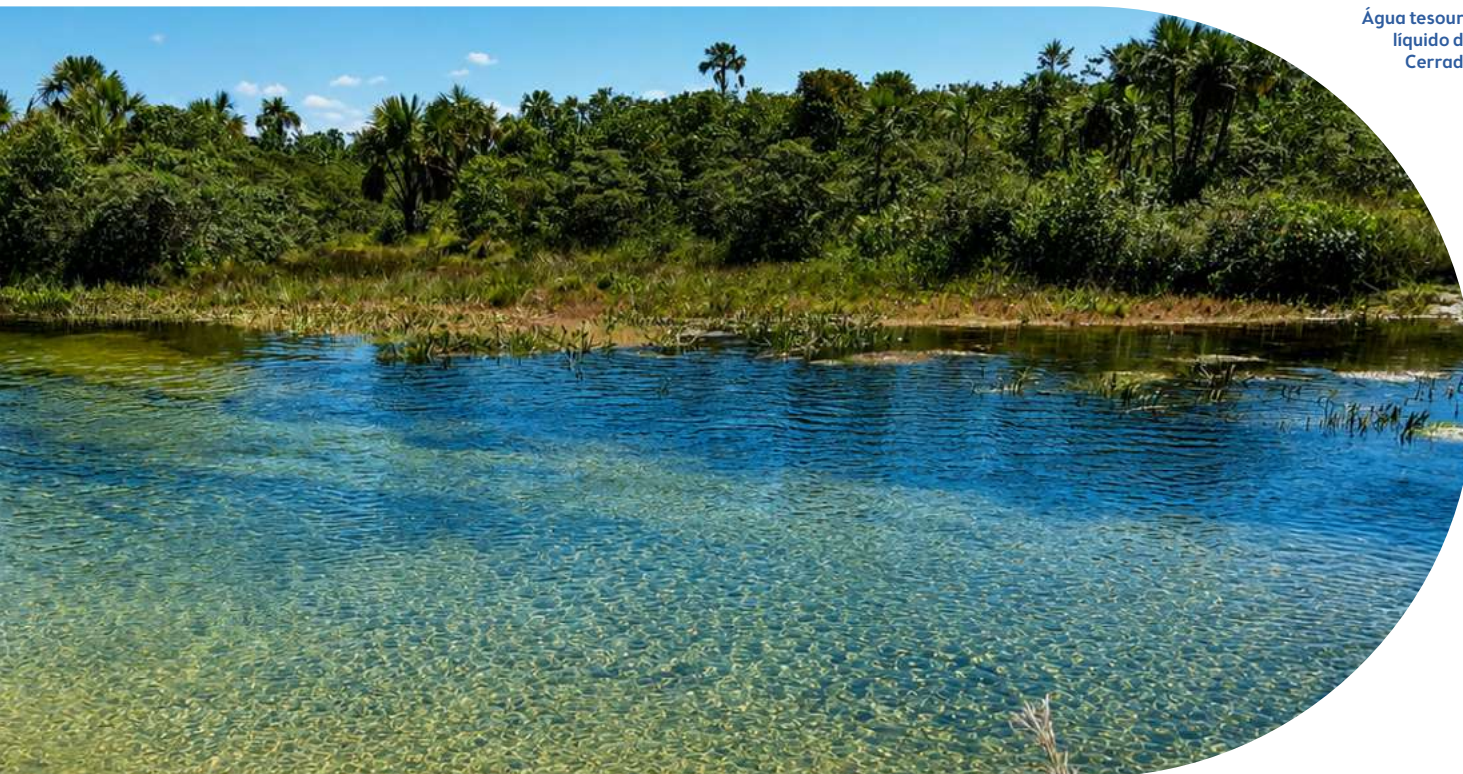


Conhecer para bem usar

A busca permanente por conhecimento técnico capaz de orientar o uso responsável dos recursos naturais, em um território marcado pela presença de importantes sistemas hídricos superficiais e subterrâneos, assim como a compreensão da dinâmica da água, tornou-se condição essencial para assegurar a produção agrícola e preservar o equilíbrio ambiental. A geração de informações científicas confiáveis passou a desempenhar papel decisivo na qualificação da tomada de decisões e no fortalecimento da gestão dos recursos hídricos.

Foi com esse propósito que, em 2017, a Aiba, por meio do Programa para o Desenvolvimento da Agropecuária (Prodeagro), estruturou uma ampla agenda de pesquisas, sob a responsabilidade técnica da Universidade Federal de Viçosa (UFV). O resultado foi o Projeto de Estudo do Potencial Hídrico da Região Oeste da Bahia: quantificação e monitoramento da disponibilidade dos recursos do Aquífero Urucuia e das águas superficiais nas bacias dos rios Grande, Corrente e Carinhanha. Um trabalho reconhecido por sua importância atualmente, mas que um dia será lembrado na história como um marco para a agricultura regional.





O AQUÍFERO

Ocupando uma área estimada de **14 milhões de hectares**, o aquífero constitui um dos mais relevantes reservatórios subterrâneos de água do país. Localizado majoritariamente no Oeste baiano, na margem esquerda do Rio São Francisco, ultrapassa os limites do estado e se estende pelo extremo norte de Minas Gerais, leste de Goiás e Tocantins, além do sul do Piauí e do Maranhão.

As águas armazenadas em suas formações geológicas alimentam nascentes e cursos d'água ao longo de todo o ano, contribuindo de forma decisiva para a manutenção das vazões de importantes bacias hidrográficas, especialmente nos períodos de estiagem. Denominado “Chapadão do Urucuia”, o território baiano concentra cerca de 80% da área de abrangência do aquífero. Esse expressivo potencial hídrico possibilitou o uso da água para a produção de alimentos e impulsionou a transformação da região em um dos principais polos agrícolas do mundo, com extensas áreas de cultivo irrigado de soja, algodão e milho, além de perímetros destinados à fruticultura.

Suas águas também contribuem para a perenização dos rios Grande e Corrente e para o reforço da vazão do Rio São Francisco, garantindo o abastecimento humano, a manutenção do equilíbrio ambiental e o suporte a cerca de 250 mil hectares de agricultura irrigada, diretamente associados ao sistema hídrico regional, mais da metade abastecida por água subterrânea.

A pesquisa compreende um estudo integrado da disponibilidade hídrica superficial e subterrânea, incluindo sua modelagem, bem como a análise da evolução do clima, do uso do solo e da irrigação ao longo de 30 anos na região. Concluído em 2021, o projeto também contemplou o desenvolvimento de sistemas destinados à organização, ao processamento e à visualização dos dados em ambiente digital.

O principal objetivo do estudo é contribuir para o desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada no Oeste da Bahia, por meio da geração de informações técnicas e científicas integradas sobre a disponibilidade de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, em escala temporal e regional. Os dados produzidos tornaram-se fundamentais para subsidiar a atuação da Aiba nas discussões sobre estratégias e ações voltadas ao desenvolvimento da agricultura irrigada com segurança hídrica, envolvendo gestores das esferas municipal, estadual e federal, além de comitês de bacias hidrográficas, universidades, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil.



“Algum tempo antes dessa palestra, eu havia concluído minha especialização em irrigação na mesma universidade, e o professor Everardo Mantovani me chamou para falar para um grupo de alunos que estavam para se formar. Depois da apresentação, relatei ao professor o nosso desconhecimento acerca do que tínhamos ou não de água sob os nossos pés, e o desafio de formar um grupo de técnicos, professores e cientistas para diagnosticar, mapear e ver, de fato, qual o potencial do aquífero Urucuia”, relembra Busato.



Estudo do Urucuia levou a Aiba para Nebraska, nos Estados Unidos. Na foto Celestino Zanella e Prof. Everardo Mantovani, dentre outros

O primeiro passo nessa direção foi em 2016, quando o então presidente da Aiba, **Júlio César Busato**, foi convidado para ministrar uma palestra na Universidade Federal de Viçosa, cujo tema era Gestão Sustentável da Água, ocasião em que falou sobre os cuidados adotados com a irrigação e os desafios da sustentabilidade nas fronteiras agrícolas.

Busato argumenta que o conhecimento do potencial do Urucuia é essencial para a tomada de decisão do produtor rural, em face dos altos custos de irrigação. “Imagina furar um poço e depois ficar sem água? O investimento se perde!”, exemplifica.

O grupo de trabalho, além dos professores da UFV, incluiria pesquisadores de universidades baianas, da Universidade de Nebraska, nos Estados Unidos, além de técnicos da Aiba, da Abapa, da Fundação Bahia e do Governo do Estado da Bahia, por meio da Sema, Inema e Seagri, além da CPRM e dos comitês das bacias dos rios Grande e Corrente.

Júlio conta que recebeu amplo apoio do então governador Rui Costa, e que o GT foi a Nebraska em viagens de *benchmark* para entender como os americanos, que têm um manancial de águas subterrâneas muito parecido com o Urucuia, lidavam com essas questões há cerca de sessenta anos.

A busca por referências internacionais impulsionou a realização de quatro missões técnicas ao estado de Nebraska, reconhecido mundialmente por seus sistemas avançados de monitoramento hídrico e gestão de aquíferos.

As missões possibilitaram intercâmbio com centros de excelência e o conhecimento de modelos consolidados de governança e tecnologia aplicados à gestão da água. A troca de experiências contribuiu diretamente para o aprimoramento das estratégias adotadas no Oeste da Bahia, fortalecendo a base técnica do sistema de monitoramento hídrico implantado na região.

“Foi uma grande escola para nós. Quando o nosso diagnóstico chegou, a surpresa também foi grande. Que riqueza incrível embaixo dos nossos pés, e nós não tínhamos a mínima ideia de onde estávamos pisando”, rememora.

Monitoramento do aquífero



Prof. Everardo Mantovani

O que eles descobriram com o estudo foi que era possível irrigar cerca de 680 mil hectares com as águas do Urucuia. Na época, a região irrigava 200 mil hectares. Com os dados, o Oeste da Bahia poderia crescer de forma sustentável e usar a água do subsolo com inteligência e boa gestão. Já o Governo da Bahia, pode planejar e organizar a autorização das outorgas, com segurança, tanto para o poder público quanto para o produtor rural.

Atualmente (2026), a irrigação está presente em, aproximadamente, 400 mil hectares da região. Júlio Busato é ainda mais otimista em relação ao potencial do Urucuia.



“Em Nebraska, eles têm uma situação muito semelhante à nossa, mas contam com a metade da nossa disponibilidade de chuvas e, ainda assim, irrigam 3,5 milhões de hectares. Acredito que nós poderemos pensar em chegar a um milhão de hectares sem nenhum problema, mas quem dirá isso é o sistema de monitoramento, que calcula o quanto foi captado e de quanto foi a recarga. Estamos agora na segunda fase do projeto, que é de monitoramento, e toda ação vai depender da observação”, argumenta Busato.





MONITORAMENTO INTEGRADO

Após o levantamento e a sistematização das informações do estudo, foi elaborado um projeto de monitoramento, com a implantação de um sistema de acompanhamento da vazão dos cursos de água, da profundidade do aquífero, do uso de água pelos diversos setores (outorgas) e da entrada de água no sistema (chuva). A implantação do sistema foi iniciada em 2023, com a Aiba à frente da gestão e participação da UFV, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (Sema) e do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (Inema).

Pela sua robustez, o **Projeto Integrado de Monitoramento dos Recursos Hídricos da Região Oeste da Bahia** é considerado um dos marcos estratégicos da atuação da Aiba na área ambiental. Ele consolidou uma nova etapa na compreensão e no acompanhamento das águas superficiais e subterrâneas da região, fundamentada em dados científicos sólidos para sustentar o desenvolvimento da agricultura irrigada em bases cada vez mais sustentáveis.

A combinação de iniciativas estabeleceu um novo patamar de transparência, inteligência territorial e cooperação institucional na gestão da água. Mais do que a instalação de equipamentos, a ação instituiu um modelo de gestão fundamentado em ciência, monitoramento contínuo e compartilhamento de informações.

Com finalização prevista para 2027, a implantação da rede integrada de monitoramento resultará em um sistema composto por 19 estações fluviométricas telemétricas para monitoramento de vazão e chuva, 28 plataformas automáticas de monitoramento do nível do Aquífero Urucuia e um sistema informatizado de gestão com dados em tempo real sobre águas superficiais, águas subterrâneas, clima e captação para irrigação, integrado aos sistemas estaduais e federais de recursos hídricos.

A ampliação da rede de monitoramento traz ganhos significativos na precisão das análises hidrológicas, permitindo acompanhar com maior detalhamento as vazões mínimas dos rios, o comportamento do aquífero e as relações entre clima, recarga e disponibilidade hídrica.

REFERÊNCIA NACIONAL

Os dados produzidos pelo estudo liderado pela Aiba também foram fundamentais para subsidiar a aplicação de instrumentos previstos na Lei nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Entre os principais desdobramentos desse processo, destacam-se a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos das bacias dos rios Grande e Corrente e o enquadramento dos corpos hídricos - instrumento que estabelece metas de qualidade da água e orienta o uso sustentável dos recursos ao longo do tempo. Os planos funcionam como documentos norteadores das ações dos Comitês de Bacias Hidrográficas, servindo de referência estratégica para a definição de prioridades, metas, programas e investimentos.

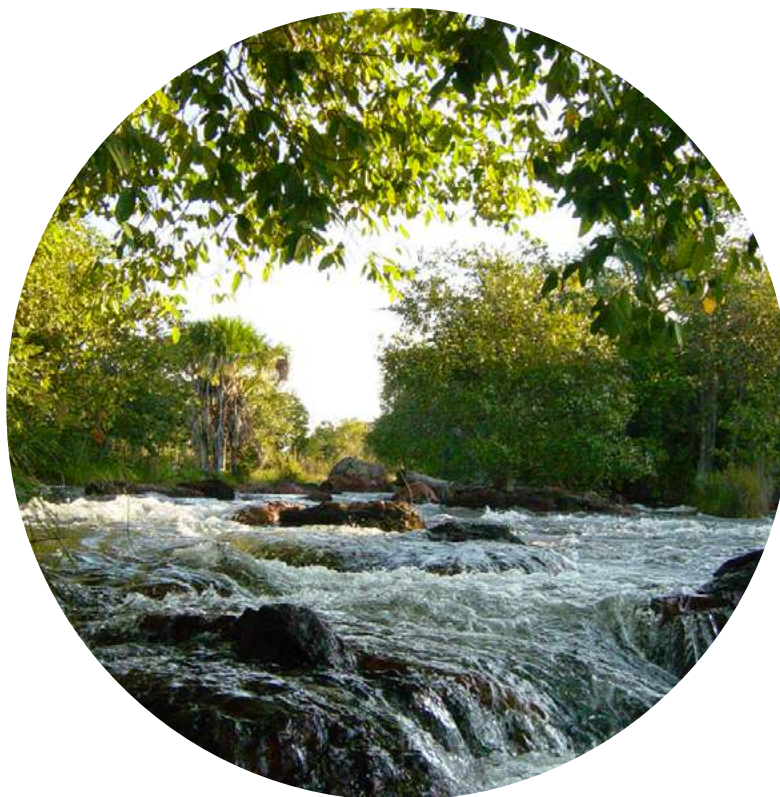
Desse contexto, surgiu o Projeto Identificação, Preservação e Recuperação de Nascentes na Região Oeste da Bahia, fruto da parceria entre a Aiba e a Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), com apoio do Instituto Brasileiro do Algodão (IBA). O projeto promove intervenções voltadas à conservação e à recomposição da vegetação em Áreas de Preservação Permanente (APPs), no entorno de nascentes, veredas e margens de cursos d'água, contribuindo para a proteção dos mananciais e para a manutenção do equilíbrio ambiental nos municípios da região.

Crescer com sustentabilidade também exige um avanço constante na busca por conhecimento técnico, capaz de orientar o uso responsável dos recursos naturais. Em um território marcado pela presença de importantes sistemas hídricos superficiais e subterrâneos, compreender a dinâmica da água tornou-se essencial para garantir a produção agrícola e preservar o equilíbrio ambiental. Nesse cenário, o Aquífero Urucuia ocupa posição central. Um dos mais relevantes reservatórios subterrâneos de água do país, com cerca de 14 milhões de hectares de extensão, ele sustenta nascentes e cursos d'água que alimentam importantes bacias hidrográficas, contribuindo para a perenização dos rios Grande e Corrente, para o reforço da vazão do Rio São Francisco e para o abastecimento humano e agrícola da região.



Com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre esse patrimônio hídrico e fortalecer a governança da água, a Aiba, por meio do Programa para o Desenvolvimento da Agropecuária (Prodeagro), em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e instituições públicas, desenvolveu o Estudo do Potencial Hídrico da Região Oeste da Bahia. A iniciativa permitiu quantificar e monitorar a disponibilidade de água do Aquífero Urucuia e das bacias dos rios Grande, Corrente e Carinhanha, gerando dados científicos essenciais para o planejamento da agricultura irrigada.

Os resultados do estudo subsidiaram a implantação de um sistema integrado de monitoramento hídrico, consolidando um modelo de gestão baseado em ciência, transparência e cooperação institucional. Esse esforço contribuiu para o fortalecimento da segurança hídrica regional e para a consolidação do Oeste baiano como o maior polo de agricultura irrigada do Brasil.



Programa está recuperando
mais de 200 nascentes



PROTEÇÃO DE NASCENTES: TRABALHO COLETIVO PARA A RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

O investimento em ideias inovadoras para crescer com segurança, que faz parte da trajetória da Aiba desde sua fundação, orientou a criação do Programa de **Identificação, Proteção e Recuperação de Nascentes na Região Oeste da Bahia**.

Lançado formalmente em julho de 2018, em parceria com a Abapa, o programa passou a atuar em 14 municípios do Oeste baiano: Angical, Baianópolis, Barreiras, Cocos, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, Santana, São Desidério e Tabocas do Brejo Velho. Eles aderiram à iniciativa por meio da assinatura de termos de cooperação técnica.

Desde então, a mobilização de produtores, técnicos e comunidades locais tem produzido resultados expressivos contabilizados até o primeiro trimestre de 2026: **mais de 200 nascentes recuperadas, ampliação de vazões em até quatro vezes e cerca de 200 hectares de vegetação restaurada em áreas estratégicas para a conservação dos recursos hídricos.**

PRÊMIO ANA

O reconhecimento nacional veio dois anos após o início das atividades, com a conquista, na edição de 2020, do Prêmio concedido pela **Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)**, na categoria Organizações Cíveis. Naquele período, a premiação registrou número recorde de inscrições: foram 695 iniciativas concorrendo em oito categorias, que incluíram Comunicação, Educação, Empresas de Médio e Grande Porte, Entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), Governo, Pesquisa e Inovação Tecnológica, além de Organizações Cíveis. O anúncio dos vencedores ocorreu em março de 2021, em Brasília, em cerimônia realizada sem público, em razão da pandemia.

Ao integrar conhecimento técnico, mobilização comunitária e intervenção direta no território, o programa desenvolve um conjunto articulado de ações voltadas à proteção das nascentes e à conservação das bacias hidrográficas da região. As atividades incluem a identificação e o diagnóstico de nascentes, veredas e áreas prioritárias para intervenção, além da realização de capacitações teóricas e práticas sobre diferentes métodos de proteção e recuperação de nascentes, envolvendo produtores rurais, ribeirinhos e técnicos. Até o início de 2026, mais de 1000 agricultores e técnicos já passaram pelas atividades de capacitação.



Prêmio conferido pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)



O projeto também promove palestras e oficinas de educação ambiental em comunidades e escolas localizadas nas áreas de atuação, abordando a importância da preservação e do uso sustentável dos recursos naturais, especialmente da água. Paralelamente, são realizadas intervenções para a recuperação de APPs no entorno de nascentes e ao longo dos cursos d'água, fortalecendo a rede natural de drenagem das bacias dos rios Grande, Corrente e Carinhanha. Com isso, a iniciativa contribui para ampliar a disponibilidade e melhorar a qualidade da água no Oeste da Bahia, reforçando a segurança hídrica da região e o compromisso da Aiba com uma agricultura produtiva e ambientalmente responsável.

PARCERIAS: MUDAS PARA MUDAR O MUNDO

Ainda como parte das ações do projeto, a Aiba e a Abapa, em parceria com empresas da região, entre elas a SLC Agrícola, disponibilizam mudas de espécies nativas do Cerrado para o plantio em áreas destinadas à recuperação e ao enriquecimento vegetal. O projeto também viabiliza a aquisição de insumos essenciais para a recuperação e o isolamento das áreas trabalhadas, como materiais para cercamento, permitindo retirar ou reduzir fatores de degradação.

A medida impede o acesso de animais domésticos, evita o pisoteio e a compactação do solo e contribui para conter processos erosivos e o assoreamento dos cursos d'água e das APPs. Dessa forma, as ações fortalecem a capacidade de regeneração dos ecossistemas e ampliam a proteção dos recursos hídricos.



115

Plantio de mudas de espécies
nativas do Cerrado pelo Projeto
Nascentes do Oeste



IRRIGAÇÃO EFICIENTE

A expansão da agricultura irrigada no Oeste da Bahia foi acompanhada por um esforço crescente de aperfeiçoamento técnico voltado ao uso eficiente da água. Um dos pilares desse processo é o planejamento e o manejo adequado da irrigação. Produtores da região têm incorporado ferramentas de monitoramento da umidade do solo por meio de sensores, como tensiômetros e sondas capacitivas, que permitem acompanhar em tempo real as condições hídricas do solo.

As informações obtidas são complementadas por dados gerados por estações meteorológicas, utilizados para calcular a evapotranspiração das culturas e determinar a lâmina de irrigação mais adequada em cada momento do ciclo produtivo. Com base nesses indicadores, a irrigação pode ser programada de forma mais precisa, respeitando as diferentes fases de desenvolvimento das plantas e priorizando horários de menor perda por evaporação, como o início da manhã ou o período noturno.

Paralelamente, a incorporação de tecnologias mais eficientes tem contribuído para elevar o padrão de gestão da água nas propriedades rurais. Sistemas de irrigação localizada, como gotejamento e microaspersão, permitem aplicar água diretamente na zona radicular das plantas, reduzindo desperdícios e aumentando a eficiência do processo. Nos sistemas por pivô central, o avanço da agricultura de precisão possibilitou a adoção de tecnologias como o controle de taxa variável (VRI), que ajusta automaticamente a quantidade de água aplicada em diferentes áreas do talhão, de acordo com as características do solo e das culturas.

Outro aspecto essencial para o bom desempenho dos sistemas de irrigação é a manutenção e a gestão adequada dos equipamentos. A realização periódica de revisões em bombas, tubulações e emissores evita perdas decorrentes de vazamentos ou entupimentos, enquanto a calibração dos equipamentos garante maior uniformidade na distribuição da água. Avaliações técnicas da uniformidade de aplicação, expressas por indicadores como o coeficiente de uniformidade, contribuem para assegurar que a irrigação ocorra de forma equilibrada em toda a área cultivada.



117



A eficiência no uso da água também depende diretamente da conservação do solo. Práticas como o plantio direto e a manutenção de cobertura vegetal com palhada ajudam a reduzir a evaporação e a preservar a umidade do solo por mais tempo. O manejo adequado da fertilidade e da matéria orgânica melhora a estrutura do solo e aumenta sua capacidade de retenção de água, enquanto técnicas de conservação, como curvas de nível e terraceamento, contribuem para reduzir a erosão e favorecer a infiltração hídrica. Nesse conjunto de medidas, também se insere a proteção de nascentes e de Áreas de Preservação Permanente, fundamentais para a manutenção do equilíbrio dos sistemas hídricos regionais.

Essas práticas vêm sendo cada vez mais integradas a estratégias mais amplas de gestão ambiental nas propriedades rurais. Entre as iniciativas adotadas estão a captação e o armazenamento de água da chuva em reservatórios, o uso de fontes renováveis de energia, como sistemas solares para bombeamento e, quando tecnicamente viável, o reaproveitamento de água em determinadas etapas do processo produtivo. O monitoramento contínuo do consumo hídrico e a adoção de indicadores de eficiência também têm contribuído para tornar o uso da água mais transparente e mensurável.

A incorporação de ferramentas da agricultura de precisão reforça ainda mais esse processo de modernização. O mapeamento detalhado de solos e de produtividade permite identificar diferenças dentro da própria área cultivada, orientando decisões mais ajustadas sobre irrigação e manejo. Ao mesmo tempo, tecnologias de sensoriamento remoto, por meio de imagens de satélite ou drones, possibilitam detectar precocemente sinais de estresse hídrico nas lavouras, permitindo intervenções mais rápidas e direcionadas.

Nesse conjunto de práticas e tecnologias, a irrigação deixa de ser apenas um instrumento de aumento da produtividade para se consolidar como um componente estratégico da gestão sustentável da água, contribuindo para garantir segurança hídrica, eficiência produtiva e equilíbrio ambiental no desenvolvimento da agricultura regional.

Plantio direto
na palha





CAPACIDADE DE ARTICULAÇÃO: ATUAÇÃO INSTITUCIONAL NA GESTÃO DAS ÁGUAS

Além das ações técnicas e dos projetos voltados ao monitoramento e à conservação dos recursos hídricos, a atuação da Aiba também se estende aos espaços institucionais de debate e formulação de políticas públicas relacionadas ao uso da água. **A participação ativa em comitês de bacias, conselhos estaduais e fóruns nacionais** integra a estratégia da entidade de contribuir para uma governança hídrica mais transparente, equilibrada e baseada em critérios técnicos.

No âmbito regional, a entidade mantém presença constante nos principais colegiados responsáveis pela gestão das bacias hidrográficas do Oeste baiano. A Aiba possui assento no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (CBH Grande) desde 2008 e, atualmente, exerce a função de secretaria do colegiado, participando diretamente da coordenação das discussões e da organização dos trabalhos do comitê.



Reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande

A instituição também participa do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Corrente (CBH Corrente), por meio do Instituto Aiba, além de integrar o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) desde sua criação, em 2005. Esses colegiados são frequentemente definidos como os “parlamentos das águas”, reunindo representantes de usuários, poder público e sociedade civil para discutir o planejamento, o uso e a conservação dos recursos hídricos em suas respectivas bacias.

A atuação da Aiba também se estende a instâncias mais amplas de articulação, como o Fórum Baiano de Comitês de Bacias Hidrográficas, espaço que reúne representantes dos diferentes comitês do estado para fortalecer o intercâmbio de experiências e o alinhamento de estratégias voltadas à gestão das águas.

No campo das políticas públicas estaduais, a entidade participa de órgãos colegiados responsáveis pela formulação e acompanhamento das diretrizes ambientais e de recursos hídricos da Bahia, como o Conselho Estadual do Meio Ambiente da Bahia (Cepam) e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Bahia (Conerh). Nesses espaços, representantes do setor produtivo dialogam com órgãos governamentais e instituições da sociedade civil na construção de normas, programas e instrumentos de gestão ambiental.

A presença institucional da Aiba também alcança fóruns de abrangência nacional dedicados ao debate sobre irrigação, segurança hídrica e governança da água. Entre eles estão o Fórum Nacional de Irrigação e o Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob), além da participação em grupos de trabalho vinculados ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, que discutem estratégias para o desenvolvimento da irrigação e a gestão sustentável dos recursos hídricos no país.

Complementando essa atuação, representantes da instituição também integram câmaras técnicas e grupos de trabalho voltados à análise de temas específicos, como a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC) e a Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), instâncias responsáveis por avaliar instrumentos de gestão da água, critérios de concessão de uso e aspectos regulatórios.

Encontro com
conselhos gestores
de Unidades de
Conservação



121

A participação em conselhos gestores de unidades de conservação constitui outro eixo relevante dessa agenda institucional. A Aiba integra os colegiados responsáveis pela gestão de áreas protegidas estratégicas para a conservação dos recursos naturais no Oeste baiano, como as Áreas de Proteção Ambiental das bacias do Rio de Janeiro, do Rio Preto e de São Desidério, além da Estação Ecológica de Formosa do Rio Preto. Esses espaços reúnem representantes do poder público, da sociedade civil e do setor produtivo para discutir ações de preservação ambiental, ordenamento territorial e uso sustentável dos recursos naturais.





HUMBERTO SANTA CRUZ

Presidente da Aiba de 1990 a 2008

“Quando olho para a trajetória da Aiba, vejo uma entidade que nasceu da necessidade de unir produtores em torno de objetivos comuns. Sempre acreditei que ninguém construiria uma região sozinho. A força da Aiba esteve justamente em organizar pessoas, representar o setor e ajudar o Oeste da Bahia a ganhar voz, respeitabilidade e capacidade de articulação.

Tenho orgulho de ver que a Aiba cresceu junto com a região e acompanhou todas as transformações da agricultura. Ao longo desse caminho, a entidade soube defender os interesses do produtor, incentivar a pesquisa, apoiar a expansão da infraestrutura e contribuir para que o Oeste da Bahia se tornasse uma referência agrícola reconhecida dentro e fora do país.

Vejo o futuro da Aiba com muito otimismo. A agricultura vive um novo tempo, com inovação, inteligência artificial, automação e uma juventude cada vez mais preparada para assumir responsabilidades. Tenho certeza de que essa nova geração continuará fortalecendo a entidade e ajudando a manter o Oeste baiano como exemplo de agricultura moderna, sustentável e conectada com o mundo.”



JOÃO CARLOS JACOBSEN RODRIGUES

Presidente da Aiba de 04/06/2008 até 03/11/2008

“A Aiba foi um diferencial não apenas para os produtores rurais, mas para toda a região Oeste da Bahia. Sempre acreditei muito na força do associativismo e na capacidade que uma entidade organizada tem de melhorar a vida das pessoas. Participei da Aiba durante muitos anos como vice-presidente e tive a oportunidade de assumir a presidência em um período de transição. Foi uma experiência muito rica, porque me permitiu enxergar ainda mais de perto a dimensão do trabalho realizado pela associação, desde as demandas mais simples do cotidiano até questões estruturantes, como energia, infraestrutura e a relação institucional com os governos.

Uma das contribuições mais importantes da Aiba foi justamente aproximar o Oeste baiano dos centros de decisão. A região estava muito distante da capital, tanto geograficamente quanto politicamente, e era fundamental mostrar ao poder público o tamanho do desenvolvimento que estava acontecendo aqui. A associação ajudou a construir essa interlocução, contribuiu para avanços em áreas como regularização fundiária e ambiental e acabou influenciando também outras regiões do Matopiba, que passaram a seguir caminhos semelhantes aos que deram certo no Oeste da Bahia.

Hoje vejo a Aiba vivendo um momento muito importante de renovação. A alternância das lideranças fortaleceu a entidade e abriu espaço para uma geração mais jovem, preparada para lidar com transformações extremamente rápidas na agricultura. Inteligência artificial, automação, novas tecnologias e novos modelos de gestão já fazem parte da realidade do campo. Tenho certeza de que a associação continuará evoluindo e ajudando a manter o Oeste da Bahia como uma região diferenciada, inovadora e cada vez mais conectada com o futuro.”



WALTER YUKIO HORITA

Presidente da Aiba em 2009/2010 e 2011/2012

“A Aiba sempre procurou atuar de forma propositiva, levando aos governos não apenas os problemas da região, mas também, caminhos possíveis para os solucionar. O Oeste da Bahia está geograficamente muito distante da capital, mas havia, no momento da fundação, uma outra distância, que era a de compreensão sobre o que representava uma agricultura altamente tecnificada, demandante de inovação, pesquisa e infraestrutura. A associação teve um papel importante justamente nessa interlocução, ajudando a aproximar essas realidades.

Muitos programas e projetos relevantes nasceram dentro desse espírito de planejamento compartilhado e visão de longo prazo. Sempre acreditei que uma entidade de classe só consegue se sustentar ao longo do tempo quando está apoiada em pilares sólidos, garantindo suporte e segurança aos seus membros.

A Aiba nasceu, cresceu, consolidou sua representatividade e, na minha visão, está preparada para enfrentar os desafios que surgirem daqui para frente. Acredito que a entidade seguirá forte enquanto mantiver sua essência, que é representar seus associados e contribuir para o desenvolvimento regional de forma responsável e duradoura.”



JÚLIO CÉZAR BUSATO

Presidente da Aiba em 2013/2014 e 2015/2016

“Eu vejo a Aiba como uma entidade que ajudou o Oeste da Bahia a se organizar e a acreditar na própria força. Quando chegamos aqui, em 1987, não existia praticamente nada. Era uma região isolada, sem infraestrutura, sem representação e sem interlocução com o poder público. A Aiba surgiu para unir produtores que tinham problemas em comum e, que entenderam cedo, que somente organizados conseguiriam construir alguma coisa duradoura.

Ao longo do tempo, a associação ganhou maturidade e passou a atuar em temas que foram muito além da porteira. Estradas, energia, irrigação, pesquisa, meio ambiente, segurança jurídica, comunicação com a sociedade. Tenho muito orgulho de ter participado de uma entidade que nunca ficou parada no tempo e que sempre procurou enxergar os desafios antes que eles chegassem. O estudo do Aquífero Urucuia talvez seja um dos maiores exemplos disso. Era preciso conhecer, entender e planejar para que a irrigação pudesse crescer com segurança, responsabilidade e visão de futuro.

Acredito muito no futuro da Aiba porque ela continua sendo uma entidade viva, respeitada e próxima dos produtores. Nenhuma associação se sustenta apenas por estatuto ou estrutura. Ela precisa de participação, renovação e sentimento de pertencimento. Acho que o grande desafio das próximas gerações será justamente continuar trazendo pessoas para dentro desse projeto coletivo que ajudou a transformar o Oeste da Bahia em uma referência agrícola reconhecida no Brasil e no mundo.”



CELESTINO ZANELLA

Presidente da Aiba em 2017/2018 e 2019/2020

“Quando cheguei ao Oeste da Bahia, vim com um objetivo muito claro de trabalhar com irrigação. E, naturalmente, a Aiba acabou entrando na minha vida desde cedo, porque era a entidade que reunia produtores que acreditavam no potencial desta região. Com o passar dos anos, fui acompanhando de perto o trabalho das diferentes diretorias e entendendo que a força da Aiba sempre esteve na continuidade. Cada gestão enfrentou desafios diferentes, mas nunca houve rupturas. O trabalho foi sendo construído ao longo do tempo, etapa por etapa, sempre olhando para frente.

Tenho convicção de que uma das grandes contribuições da associação foi ajudar a transformar conhecimento em desenvolvimento regional. O estudo do Aquífero Urucuia talvez seja um dos exemplos mais importantes disso. A partir do momento em que começamos a compreender melhor o potencial hídrico da região, passamos a ter mais segurança para planejar o futuro da irrigação. Ao mesmo tempo, a Aiba ampliou sua atuação em áreas como infraestrutura, fitossanidade, estradas vicinais e projetos sociais, mostrando que o desenvolvimento do Oeste depende de uma visão ampla e integrada.

Também vivi, como presidente, um período extremamente desafiador durante a pandemia. Mesmo diante das incertezas daquele momento, o agro continuou trabalhando, produzindo e sustentando a economia regional. Isso mostrou mais uma vez a capacidade de adaptação e a força do produtor rural. Tenho muito orgulho de ter participado de uma entidade que sempre procurou agir com responsabilidade, equilíbrio e proximidade com seus associados.

Vejo o futuro da Aiba com enorme otimismo. A região ainda tem um potencial extraordinário de crescimento, especialmente nas áreas irrigadas, na agroindustrialização e na diversificação da produção. Acho que as próximas gerações viverão um Oeste da Bahia ainda mais desenvolvido, conectado e competitivo. E tenho certeza de que a Aiba continuará tendo um papel decisivo nesse processo, ajudando a preparar a região para os desafios e oportunidades das próximas décadas.”



ODACIL RANZI

Presidente da Aiba em 2021/2022 e 2023/2024

“Recebi a Aiba em um momento extremamente desafiador, ainda no meio da pandemia da Covid-19. A Bahia Farm Show havia sido cancelada pela primeira vez em sua história e existia uma insegurança muito grande em toda a sociedade. Mesmo assim, a Aiba nunca baixou a guarda. Junto com a Abapa, nossos associados e parceiros, conseguimos mobilizar recursos, equipamentos e apoio para hospitais, universidades e entidades da região. Foi um momento em que o agro mostrou sua capacidade de agir rapidamente e de olhar também para as necessidades da comunidade.

A pandemia acabou fortalecendo ainda mais a relação da associação com a sociedade. As pessoas perceberam que o produtor rural não estava preocupado apenas em continuar produzindo, mas também, em colaborar com quem mais precisava naquele momento difícil. Ao mesmo tempo, dentro das propriedades, seguimos trabalhando com responsabilidade para garantir abastecimento, empregos e continuidade da atividade agrícola. Tenho muito orgulho da forma como o Oeste da Bahia enfrentou aquele período difícil, que começou no mandato anterior, do Celestino Zanella.

A Aiba sempre procurou atuar de forma institucional, mantendo diálogo aberto com diferentes governos e construindo soluções importantes para a região. Tivemos avanços relevantes em áreas como segurança jurídica, infraestrutura e tributação, além de momentos históricos, como a pacificação da fronteira entre Bahia e Tocantins. Também vimos a Bahia Farm Show alcançar uma dimensão ainda maior, ampliando seu espaço, atraindo novos expositores e consolidando-se definitivamente como uma das grandes feiras agrícolas do país. Tenho certeza de que a Aiba seguirá cumprindo seu papel de representar os produtores e contribuir para o desenvolvimento do Oeste baiano por muitas décadas.”





BAHIA FARM SHOW: DUAS DÉCADAS DE SUCESSO

129

A MAIS PERFEITA TRADUÇÃO DO NOSSO AGRO



As palavras coragem e audácia aparecem diversas vezes neste livro. Sem elas, não haveria muito sobre o que escrever, tampouco uma história do que se orgulhar. Elas definem a centelha que moveu os pioneiros ao Oeste da Bahia e continuam acompanhando cada episódio que se seguiu no indiscutível desenvolvimento e consolidação do Cerrado baiano. A criação da Aiba é um marco desse processo e a Bahia Farm Show, um de seus desdobramentos mais visíveis.

Foi preciso coragem para começar e, mais ainda, para recomeçar, porque a Bahia Farm Show também é sobre isto: se reinventar. “Coração forte”, base do significado etimológico da palavra coragem, nunca faltou aos pioneiros. Por isso mesmo, a Bahia Farm Show existe e é um sucesso.

A primeira edição da feira aconteceu em 2004, mas ainda não se chamava Bahia Farm Show, e sim Agrishow LEM. Como o próprio nome sugere, era uma franquia da famosa mostra paulista do agro. Esta história, contudo, começa bem antes. Remonta ao início dos anos 2000, quando o distrito de Mimoso do Oeste se emancipa de Barreiras, para se tornar o município de Luís Eduardo Magalhães. Para os produtores, mesmo os que não moravam em LEM, a nova cidade era um motivo de orgulho, uma vez que veio depois e, justamente, por causa deles.



Agrishow 2004 - LEM



Agrishow 2005 - LEM

Produtores contam que havia uma ânsia de levar para LEM tudo o que funcionava em realidades parecidas no Brasil Central. Prédios administrativos imponentes, condomínios residenciais e comerciais bonitos, redes de *fast food*, alternativas de lazer, um shopping center e, é claro, uma grande feira agrícola.

Naqueles primeiros anos do milênio, o agro do Oeste já despertava curiosidade dentro e fora do Brasil em razão do alto nível tecnológico empregado nas lavouras, assim como pelas produtividades igualmente impressionantes, tendo como lastro um novo modelo de produção no estado, pautado pela sustentabilidade agrônômica, econômica, social e ambiental. Este novo *modus operandi* acabou se revelando a chave para um sistema de produção equilibrado.

Luís Eduardo Magalhães despontava como uma “agrometrópole”, e todo um ecossistema derivado das necessidades das lavouras se formava à sua volta. Nada mais natural do que a criação de uma **vitrine representativa** - o suficiente para espelhar a efervescente dinâmica regional. Mais do que isso, um local no qual o produtor rural pudesse, a um só tempo, conhecer as novidades do mercado, desfrutar de condições especiais de acesso ao crédito, socializar, aprender com especialistas e vislumbrar os novos rumos para o seu negócio com boas informações para a sua tomada de decisões. Tudo isso pertinho de casa e dentro de uma janela compatível com o calendário agrícola.

Por este motivo, desde 2002, a Aiba, em parceria com a Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães participavam com um estande da Agrishow Máquinas, o maior evento do agro brasileiro, em Ribeirão Preto (SP). A ideia era levar para a mostra nacional um pouco da realidade do Oeste baiano, e atrair atenção e investidores para lá. Quiseram as conjunturas que LEM já aparecesse no radar dos realizadores da Agrishow, a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). A cada nova presença da Aiba e da PMLEM na feira paulista, o relacionamento se estreitava, até a decisão de realizar a primeira Agrishow LEM, em 2004.

A feira foi realizada no espaço onde hoje está situado o prédio da Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães, e recebeu milhares de pessoas e **quase 200 expositores** de todo o Brasil, que participaram do evento mostrando o que havia de mais moderno em tecnologia agrícola. Não havia asfalto, a internet era incipiente, mas a animação dos produtores, expositores e público era proporcional ao tamanho da novidade. Tudo isso sem o apelo de atrações de entretenimento, como shows e festas. Uma decisão que permaneceu ao longo de todas as edições. A feira seria, antes de tudo, um ambiente de negócios, relacionamento e difusão de conhecimento.

No ano de 2006, por uma série de fatores no setor agrícola brasileiro, a Agrishow LEM não ocorreu. Ela voltaria em 2007, mas naquele momento sua base já começava a mudar. O Sistema Agrishow/Abimaq, que detém os direitos da marca, havia passado por uma alternância de diretoria que questionava os riscos tributários de manter o evento franqueado.



Agrishow 2007 - LEM



Logo antiga



Logo atual

Do outro lado, os produtores do Oeste, representados por suas entidades, sentiam o peso dos custos administrativos do evento, que passavam pelo pagamento à associação nacional, e pela chancela e gestão da feira. Sem desgastes ou rupturas abruptas, as partes entenderam que depois de três edições de sucesso, era hora de parar.

A decisão final coube ao Sistema Agrishow/Abimaq, que anunciou nacionalmente que seguiria concentrada apenas na feira matriz, de Ribeirão Preto, cancelando também as franquias de Rio Verde e Rondonópolis, em Mato Grosso. Para a Aiba e as entidades realizadoras do evento no Oeste, seus times e mesmo os associados das instituições, ficou um gosto de quero mais.

Durante três edições, os quadros da Aiba, encarregados de trabalhar no evento, aprenderam com a equipe da Abimaq a colocar de pé a Agrishow LEM. O que fazer com o conhecimento acumulado e com todo o capital de imagem da região, gerado ao longo das três edições? Num ato de coragem, os produtores encamparam o desafio de continuar.

Foi preciso achar um nome, criar uma marca e convencer os parceiros a abraçar a empreitada. Depois de muitos debates e *brainstorming* – e 172 opções diferentes! – eis que o definitivo surgiu, que é atribuído a uma sugestão do então prefeito de Luís Eduardo Magalhães, Oziel Oliveira. Sonoro, moderno e fácil de emplacar, combinava em tudo com a atmosfera da pulsante LEM e do Oeste.

A marca foi uma criação caseira, que representava ao mesmo tempo, a soja (o grão dourado) e o sol so Cerrado. No decorrer dos anos, a logo foi sendo elaborada até chegar em sua versão atual.



NASCE UM SUCESSO

No dia 03 de junho de 2008, o que parecia um sonho, virou realidade. A Bahia Farm Show, a mostra de tecnologia e negócios do Oeste da Bahia, não nasceu; “estреou”, como boa baiana que é. Ganhou ampla divulgação na mídia nacional e mandou ao mercado uma mensagem de otimismo, num momento em que o agro brasileiro amargava anos de situações adversas. Na base deste sucesso: Aiba, Abapa, Assomiba, Fundação Bahia e a Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães.

O então governador do estado, Jaques Wagner até transferiu, temporariamente, para a feira o seu governo, e os secretários de estado despacharam no complexo até o dia 07 de junho.



GIGANTE PELA PRÓPRIA NATUREZA

O Complexo Bahia Farm Show foi preparado para garantir o conforto e a segurança dos expositores, visitantes e autoridades na feira: secretaria de eventos, centro de imprensa, auditório, ambulatório, sanitários, pavilhão coberto, restaurante, e, o Centro de Pesquisa e Tecnologia do Oeste (CPTO), da Fundação Bahia, com cerca de 120 hectares irrigados por um pivô central, quatro laboratórios para fitopatologia, entomologia, sementes e deslintamento de algodão, além de auditório, refeitório e toda uma infraestrutura, na qual, a pesquisa científica para o agro é o centro de atenções.



135



PARCEIROS DESDE A ORIGEM

A Bahia Farm Show surgiu da força do associativismo no Oeste da Bahia e segue crescendo apoiada em instituições que ajudaram a transformar a região em uma referência nacional de produção agrícola. Realizada pela Aiba, a feira conta, desde sua trajetória inicial, com o apoio da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), da Associação dos Revendedores e Representantes de Máquinas, Equipamentos e Implementos Agrícolas do Oeste da Bahia (Assomiba) e da Fundação Bahia. Mais do que parceiras institucionais, são entidades que ajudaram a construir o ambiente de inovação, organização e desenvolvimento que hoje caracteriza o agro regional.

A Abapa representa uma das cadeias produtivas mais tecnificadas do agro brasileiro. O algodão consolidou no Oeste da Bahia uma cultura de investimento intensivo em pesquisa, qualificação, rastreabilidade, sustentabilidade e tecnologia aplicada ao campo. Isso contribuiu para elevar o nível técnico da produção regional e da própria Bahia Farm Show, que se tornou uma vitrine das transformações do agro brasileiro nas últimas décadas.



A Assomiba acompanha de perto essa evolução. Reunindo empresas ligadas ao setor de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, a entidade tem papel importante na aproximação entre produtores e as tecnologias disponíveis no mercado, e de ser a voz do expositor no evento. Em uma região marcada pela rápida incorporação de inovação no campo, a associação ajuda a fortalecer a conexão entre indústria, concessionárias, assistência técnica e produtor rural, contribuindo para que a feira se mantenha como um dos principais espaços de difusão tecnológica do país.

Já a Fundação Bahia representa o elo entre ciência e produção agrícola. Referência em pesquisa no Matopiba, a instituição desenvolve estudos voltados às condições do Cerrado, mantendo campos experimentais e o Centro de Pesquisa e Tecnologia do Oeste da Bahia (CPTO). Seu trabalho contribui para o desenvolvimento de soluções ligadas à produtividade, manejo, fitossanidade e adaptação de cultivares, ajudando a sustentar o avanço agrícola da região.



A Prefeitura de LEM, embora não entre como “apoio” dentre as logomarcas que a chancelam, sempre foi um parceiro fundamental à realização do evento.

LINHA DO TEMPO

2008

03 a 07 de junho

Nasce a marca Bahia Farm Show, num movimento audacioso e coletivo entre produtores rurais, entidades do agro, expositores e a Prefeitura de Luís Eduardo Magalhães. O Brasil consolidava naquele momento sua posição como potência agrícola global, impulsionado pelo avanço das *commodities* e pela crescente demanda asiática, especialmente da China. No campo, sementes transgênicas e agricultura de precisão ainda eram novidades para muitos produtores, mas já sinalizavam uma profunda transformação tecnológica no Cerrado. A mostra ocorreu numa área de 34,5 mil metros quadrados, já no atual Complexo Bahia Farm Show, recebendo quase 27 mil visitantes.



2009

02 a 09 de junho

O complexo ganhou mais comodidade com investimentos em infraestrutura. Em meio à recuperação econômica global após a crise financeira de 2008, o agro brasileiro demonstrava resiliência e reforçava seu protagonismo na economia nacional. Ficava claro para o mercado que a Bahia Farm Show havia chegado para permanecer entre as grandes vitrines de tecnologia agrícola e negócios do país. Mais de 32 mil visitantes passaram pelo complexo, enquanto 117 expositores garantiram presença no evento.



2010

01 a 05 de junho

A feira se consolida no calendário do agro brasileiro como vitrine da produtividade e da modernização do campo. O avanço das máquinas agrícolas, da conectividade via GPS e das primeiras ferramentas mais robustas de agricultura de precisão começava a mudar o perfil das fazendas brasileiras. A Bahia Farm Show acompanhou esse movimento, ampliando melhorias no complexo. Foram 60 mil metros quadrados de área de exposição e mais de 38,5 mil visitantes ao longo dos cinco dias de evento.



2011

31 de maio a 04 de junho

Com mais de 44 mil visitantes, 63,2 mil metros quadrados e participação superior a 170 expositores, a Bahia Farm Show ganha musculatura. O Matopiba começava a se consolidar nacionalmente como nova fronteira agrícola brasileira, despertando atenção de investidores, *trading* e fabricantes globais de máquinas e insumos.



2012

29 de maio a 02 de junho

Mais do que uma feira de exposição, a Bahia Farm Show fortalece seu papel como difusora de tecnologia, capacitação e conhecimento técnico. Em um cenário de crescente profissionalização do agro brasileiro, o evento registra expansão entre 15% e 20% na área de expositores. Mais de 50 mil pessoas visitaram o complexo, que reuniu mais de 180 expositores e cerca de 400 marcas.



2013

28 de maio a 01 de junho

Naquele ano, duas preocupações dominavam o campo brasileiro: os impactos da estiagem prolongada que atingia a Bahia e a chegada da lagarta *Helicoverpa armigera*, considerada uma das maiores crises fitossanitárias da agricultura nacional, responsável por prejuízos bilionários em diferentes culturas. Os temas mobilizaram debates técnicos, empresas e produtores dentro da feira, que reafirmou seu papel como espaço de busca por soluções, tecnologia e articulação do setor. A edição reuniu 194 expositores, ocupou 84 mil metros quadrados e recebeu mais de 63 mil visitantes.



2014

27 a 31 de maio

Mesmo em meio ao agravamento da seca histórica que atingia a Bahia e grande parte do Nordeste, a Bahia Farm Show manteve sua trajetória de crescimento e consolidação. O agro brasileiro vivia um período de forte transformação tecnológica, com o avanço da biotecnologia, do manejo integrado e da conectividade no campo, enquanto produtores enfrentavam os desafios climáticos e a crescente preocupação com segurança hídrica. Com uma década de experiência acumulada desde os tempos da Agrishow LEM, a feira já demonstrava maturidade organizacional e relevância nacional. A edição registrou público recorde de mais de 71 mil visitantes, em uma área de 92 mil metros quadrados, reunindo mais de 600 marcas e 190 expositores.



2015

02 a 06 de junho

Em um ano marcado por instabilidades econômicas e políticas no Brasil, o agronegócio manteve-se como um dos principais sustentáculos da economia nacional. A Bahia Farm Show acompanhou esse protagonismo e ocupou uma área total de 144 mil metros quadrados, recebendo 210 expositores e cerca de 75 mil visitantes.



2016

24 a 28 de maio

Mesmo em meio à recessão econômica brasileira, a Bahia Farm Show manteve trajetória de crescimento. A agricultura de precisão avançava rapidamente, com maior adoção de drones, softwares de gestão e monitoramento remoto das lavouras. A estrutura do complexo cresceu 7,5%, atingindo 105 mil metros quadrados, com destaque para novas ilhas e pistas de *test drive*. O evento recebeu cerca de 60 mil visitantes e movimentou mais de R\$ 1 bilhão em negócios.



2017

30 de maio a 03 de junho

A feira supera pela primeira vez a marca de R\$ 1,5 bilhão em negócios e confirma um ciclo consistente de expansão. O Matopiba já aparecia definitivamente no radar internacional como uma das regiões mais promissoras para produção de alimentos e fibras. A edição reuniu 200 expositores, cerca de 600 marcas e recebeu mais de 63 mil visitantes.



2018

29 de maio a 02 de junho

Os olhos do mundo se voltavam para a Bahia Farm Show, em um período de forte internacionalização do agro brasileiro. A edição reuniu 210 empresas expositoras, incluindo participantes estrangeiros, totalizando mais de mil marcas representadas. Os negócios se aproximaram de R\$ 2 bilhões. O ano, porém, foi marcado pela greve nacional dos caminhoneiros, que ameaçou inviabilizar a realização da feira e expôs a dependência logística do país. A decisão de adiar o evento preservou sua credibilidade e reforçou sua maturidade institucional. O complexo recebeu cerca de 57,5 mil visitantes.



2019

28 de maio a 01 de junho

Com 260 expositores, quase 68,2 mil visitantes e cerca de R\$ 1,9 bilhão em negócios, a Bahia Farm Show reforça sua importância como plataforma de relacionamento, tecnologia e negócios do agro brasileiro. A digitalização do campo avançava rapidamente, impulsionada pelo crescimento das *agtechs* e pela conectividade rural.



2020

A pandemia da Covid-19 colocou o mundo em *lockdown* e interrompeu cadeias globais, deslocamentos e grandes eventos. Seguindo rigorosamente as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), a Bahia Farm Show cancelou sua edição presencial pela primeira vez na história.

COMUNICADO IMPORTANTE

A organização da Bahia Farm Show vem a público informar que, em virtude do estado de calamidade pública, ocasionado pela pandemia do coronavírus, foi postergada a realização da feira, prevista para acontecer de 26 a 30 de maio de 2020, no município de Luís Eduardo Magalhães, no oeste da Bahia. A Aiba, entidade realizadora da feira, analisa junto aos apoiadores, expositores e patrocinadores uma nova data, a ser anunciada oportunamente, assim que o cenário nacional se normalizar.

A nossa decisão atende às orientações das autoridades competentes e está em consonância com o posicionamento dos organizadores dos demais eventos de grande porte, sejam eles do segmento agrícola ou não. Permaneceremos em alerta e constante vigilância, acompanhando os desdobramentos desta pandemia e adotando todas as medidas cabíveis para garantir a segurança da população, com a responsabilidade e transparência que a situação exige.


Celestino Zanella
Presidente



2021

25 a 29 de maio

A feira se adapta ao contexto da pandemia e realiza edição em plataforma digital, mantendo ativa sua conexão com produtores, empresas e instituições. O período acelerou processos de digitalização no agro, ampliando o uso de ferramentas remotas, conectividade e soluções baseadas em dados.



2022

31 de maio a 04 de junho

No chamado “novo normal”, a Bahia Farm Show retorna ao formato presencial com forte expansão física e comercial. A área passa de 144 mil para 191 mil metros quadrados, refletindo a alta demanda reprimida após dois anos sem encontros presenciais. Com crescimento de 36% no número de empresas, a feira reúne 354 expositores e 1.250 marcas. O evento recebeu cerca de 70 mil visitantes, em um momento de valorização global das *commodities* agrícolas e preocupação internacional com segurança alimentar.



2023

06 a 10 de junho

Em sintonia com o amadurecimento econômico e produtivo do Matopiba, a Bahia Farm Show segue em rota acelerada de crescimento. A feira alcança 215 mil metros quadrados, aumento de 17% em relação ao ano anterior, reúne 420 expositores e recebe mais de 100 mil visitantes. A sustentabilidade, a rastreabilidade e as práticas ESG ganham espaço cada vez mais central no debate do agro global.



2024

11 a 15 de junho

Com mais de 111 mil visitantes, 420 empresas expositoras e volume superior a R\$ 10,9 bilhões em negócios, a Bahia Farm Show consolida um novo teto de escala. Em um cenário de crescente demanda mundial por alimentos, fibras e energia renovável, a feira reforça sua posição entre os principais eventos do agronegócio brasileiro. O complexo alcança 246 mil metros quadrados.



2025

09 a 14 de junho

A 19ª edição aprofunda a integração entre agro, inovação e tecnologia. Inteligência artificial, agricultura de precisão, energia renovável, conectividade e *startups* passam a ocupar espaço cada vez mais relevante dentro da feira, refletindo a transformação digital do setor. O evento reuniu 434 expositores, mais de 1.125 marcas e recebeu 162.370 visitantes. Foram gerados mais de 8 mil empregos diretos e indiretos. A presença internacional também se ampliou, com expositores e representantes de países como Canadá, França, Argentina, Nigéria, Estados Unidos, Japão, Irlanda e China.



2026

08 a 13 de junho

A Bahia Farm Show chega à sua 20ª edição consolidada como uma das maiores vitrines de tecnologia agrícola e negócios do Norte/Nordeste, e do Brasil. Em duas décadas, acompanhou e, muitas vezes, antecipou as grandes transformações do agro brasileiro, da mecanização avançada aos transgênicos, da agricultura de precisão à inteligência artificial. O complexo passa por sua maior expansão física, alcançando 38 hectares, o equivalente a 380 mil metros quadrados, após crescimento de 35%. A feira supera a marca de 500 expositores, amplia sua capacidade de estacionamento para 10 mil veículos e muda a entrada principal de lugar, promovendo mais segurança e praticidade de acesso. Com investimentos estimados em R\$ 180 milhões, a edição histórica incorpora novas soluções de mobilidade elétrica, aplicativo com mapa interativo em tempo real e central de monitoramento 24 horas com reconhecimento facial, refletindo um agro cada vez mais conectado, tecnológico e integrado às demandas globais de eficiência, sustentabilidade e segurança alimentar.



CRESCENDO JUNTOS

Vinte edições depois, é difícil delimitar onde termina a Bahia Farm Show e onde começa Luís Eduardo Magalhães, tamanha é a inter-relação entre a feira e o município. Ambos cresceram juntos. A Bahia Farm Show movimenta a economia regional e de todo o Matopiba. De acordo com a Associação Comercial e Empresarial de Luís Eduardo Magalhães (Acelem), durante o período da feira, o município registra um incremento econômico em torno de 30%, impulsionado pela contratação de serviços e pelo consumo dos visitantes.

A rede hoteleira, os setores de alimentação e bebidas, além de empresas aéreas, rodoviárias e de locação de veículos, entre muitos outros segmentos, vivem uma espécie de alta temporada, que começa antes mesmo da abertura oficial e se estende para além do encerramento do evento. Ainda segundo a Acelem, a Bahia Farm Show movimenta a geração de aproximadamente três mil empregos diretos e outros cinco mil indiretos.



BAHIA FARM SHOW 2026

*A vigésima e histórica
edição em números*

Área total do parque:

380.000 m²

**ampliação de 35% do
parque, ante 2025**

Número de expositores:

mais de 500

**mais de 1.400
marcas presentes**

Público total estimado:

mais de 162 mil

Capacidade de estacionamento

10 mil automóveis

**Segurança e monitoramento
por reconhecimento facial em**

100% do complexo

Conectividade

A conectividade no complexo foi reforçada com cerca de seis quilômetros de fibra óptica, além da instalação de aproximadamente 40 quilômetros de cabos elétricos, entre redes aéreas e subterrâneas.

**Para o pequeno, o médio
e o grande produtor!**



DEMOCRÁTICA

Quem vê as máquinas gigantes e as tecnologias de última geração, pode logo pensar “isso é coisa pro grande”. É também. Mas a Bahia Farm Show, a cada edição, tem ampliado o leque de possibilidades para os pequenos e médios, e, em 2026, dedicou a estes uma área mais que especial, e reforçou a presença das caravanas de pequenos agricultores, que ganharam protagonismo na edição histórica.

O pavilhão da agricultura de pequeno e médio porte foi reposicionado para a área em frente à entrada principal do evento, ganhando destaque e facilitando o acesso do público aos seus muitos produtos. De acordo com a organização da feira, a mudança de local do pavilhão se alinha à mensagem-chave da Aiba, em seus 35 anos de existência: “Somos um só”, que vai desde o agro à sociedade, seja no campo ou na cidade.

As caravanas cumprem um papel estratégico na difusão de tecnologia. Ao proporcionar contato direto com soluções, máquinas, insumos e práticas sustentáveis, o programa promove intercâmbio de conhecimento e aproxima produtores e estudantes das principais tendências do setor. Elas também criam oportunidades de negócios, com o acesso ao crédito e relacionamento com empresas expositoras.

DA PRIMEIRA À 20ª EDIÇÃO: SOMOS UM SÓ AGRO

A Bahia Farm Show evoluiu com o agro, ganhou infraestrutura robusta, paisagismo e uma série de facilidades para a segurança e o conforto de expositores e visitantes. A cada ano, a feira se supera em números e aprimoramentos, o que faz dela não apenas uma das maiores, como uma das melhores mostras de tecnologia agrícola do país.

Desde a primeira edição, são muitos os visitantes ilustres que passam pelo complexo, incluindo dois presidentes da República, além de ministros, secretários de estado, políticos empresários de diversas regiões do país. Cada presidente da Aiba, desde então, teve a oportunidade de, pelo menos uma vez, presidir a feira, imprimindo em cada evolução a sua marca.



2008



Humberto Santa
Cruz Filho



“A maior parte da mão de obra e empresários envolvidos com o evento é formada por pessoas que moram no estado.”

2009



Walter Horita



“Vivemos momentos difíceis em todo o mundo, e a nossa região, produtora e exportadora de commodities agrícolas, foi afetada. Apesar disso, decidimos realizar o evento. Será uma oportunidade de discutir caminhos para o agronegócio.”

2010



Walter Horita



“A feira com certeza será maior do que a do ano passado. A tendência é que os R\$ 214 milhões movimentados em 2009 sejam superados, caso se confirme a boa expectativa de colheita nesta safra.”

2011



Walter Horita



“Batemos recordes de produção e produtividade nas lavouras nesta safra, e estes resultados refletiram na BFS. O produtor se capitalizou e reinvestiu suas margens no negócio, ampliando áreas plantadas e adquirindo mais tecnologias.”

2012



Walter Horita



“Tratores, cultivadores e forrageiras são alguns exemplos de tecnologias disponíveis ao pequeno produtor. Além disso, os bancos oficiais, como o Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Bradesco e Desembahia, apresentaram suas linhas de financiamento para este público.”

2013



Júlio César
Busato



“Nossa expectativa de superar o valor de R\$ 595 milhões das vendas da Bahia Farm Show de 2012 se concretizou, ao se realizarem, nesta edição, negócios em torno de R\$ 640 milhões.”

2014



Júlio César
Busato



“O sucesso da feira é resultado do trabalho de toda a cadeia produtiva, desde os produtores rurais, às empresas fornecedoras de máquinas e tecnologias agrícolas, passando pelas instituições financeiras.”

2015



Júlio César
Busato



“A feira representa o esforço e engajamento dos produtores pela busca de tecnologia para produzir mais em menos área. E aqui, bem perto, eles terão à disposição o que há de mais moderno em tecnologia e novidades em máquinas e implementos.”

2016



Júlio César
Busato



“Acreditávamos que o aumento do volume de negócios ia acontecer somente na irrigação, mas aconteceu também no setor de automóveis, de fertilizantes e de sementes, e na pecuária.”

2017



Celestino
Zanella



“Estamos confiantes no sucesso da edição 2017 da Bahia Farm. A região Oeste deve colher mais de 7,7 milhões de toneladas de grãos, certamente os reflexos dessa boa safra serão estendidos para os resultados da Feira.”

2018



Celestino
Zanella



“Todos passamos, nos últimos cinco anos, por uma recessão financeira e hídrica que poderia ter derrubado a agricultura, mas nos reinventamos e investimos em tecnologia e capacitação para plantar”

2019



Celestino
Zanella



“A Bahia Farm Show não é um espaço apenas para compra e venda, ela também é palco para pesquisas e troca de conhecimento, trazendo resultados positivos para comerciantes e para o público, em geral.”

2021



Odacil Ranzi



“Trata-se de uma excelente oportunidade para difundir os conhecimentos e as experiências que têm levado a Bahia ao posto de campeão de produtividade de soja, milho e algodão, se transformando em exemplo para o país.”

2022



Odacil Ranzi



“A Bahia Farm é o momento em que toda a cadeia produtiva do agronegócio se une com foco no desenvolvimento regional. Os leilões chegaram e só somaram para ajudar a tornar a Bahia Farm ainda maior.”

2023



Odacil Ranzi



“Estamos acompanhando os resultados das feiras realizadas no Brasil, todos muito expressivos. Acreditamos que a Bahia Farm Show seguirá esta dinâmica, com a concretização de negócios promissores e satisfatórios para todas as 420 empresas que estarão presentes.”

2024



Odacil Ranzi



“O produtor é otimista e continua acreditando na terra, e em tecnologia em todas as etapas da produção, do plantio à colheita. Ele prestigia a Bahia Farm por saber que aqui terá toda a condição de fechar bons negócios.”

2025



Moisés
Schmidt



“Nosso objetivo é ampliar ainda mais o público participante da feira, no ano em que a Aiba completa 35 anos. Queremos mostrar o que o agronegócio tem de mais inovador e sustentável, destacando o papel do Matopiba na produção nacional.”

2026

Em 2026, a Bahia Farm Show completou 20 edições, sendo realizada entre os dias 08 e 13 de junho, realizada pela Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), com apoio da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), Fundação Bahia e Associação dos Revendedores de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Oeste da Bahia (Assomiba).

A primeira novidade desta edição histórica foi o incremento na área do evento. De acordo com a Aiba, este ano, o Complexo Bahia Farm Show teve ampliação de 35%, ante 2025, chegando a 38 hectares. Ao todo, foram cerca de 500 expositores e 1400 marcas.



Selo comemorativo da 20ª edição



“Nosso objetivo foi que a BFS fosse uma experiência positiva e marcante para todos que passaram por ela, sejam visitantes, expositores, trabalhadores ou parceiros. Por isso, nesta edição histórica de 20 anos, realizamos investimentos importantes na ampliação e na qualificação de toda a infraestrutura do complexo, sempre com foco em segurança, conforto, conectividade e eficiência. O agro é um setor que se move rapidamente e as feiras agrícolas continuam sendo um espaço fundamental para que o agricultor conheça novas tecnologias, compare soluções e tome decisões importantes para os seus negócios. A presença de visitantes e mídia de diversas partes do mundo dão uma ideia da importância deste evento e da nossa região do Matopiba. A feira é parte do legado dos pioneiros da região para as gerações seguintes, como a dele, que começa a assumir o bastão”. Moisés Schmidt



Juan Pablo Manoppella

UMA PEÇA FUNDAMENTAL

A Bahia Farm Show é um marco entre as conquistas da Aiba, e cada pessoa que trabalhou por ela deixou a sua marca. Algumas também deixaram saudade, como Juan Pablo Manoppella.

Quando a Aiba decidiu assumir integralmente a realização da feira, já sem o guarda-chuva da Agrishow, o nome do Pablo foi o primeiro a ser confirmado no time. Ele havia ajudado a implantar a primeira edição, em 2004, e seguiu emprestando ao evento sua competência e seu estilo inconfundível até a última edição como franquia, em 2007. Não pensou duas vezes ao aceitar o convite para continuar.

Tecnicamente, sua função era a área comercial. Na prática, ia muito além: contribuía com o conceito do evento, as estratégias de marketing, a infraestrutura, a segurança, a contratação de serviços. Enxergava o todo e entregava tudo o que podia. Era reconhecido por todos os times que passaram pela BFS como alguém de grande caráter, coração generoso e presença que fazia diferença onde quer que estivesse.

No dia 8 de junho de 2015, durante a 8ª edição da Bahia Farm Show, Pablo teve um derrame que o levou dias depois. Partiu ao finalizar mais uma edição da feira que ajudou a construir.

LONGE DOS HOLOFOTES, MAS ESSENCIAIS: 20 EDIÇÕES E TRÊS COORDENADORES

Ao longo de duas décadas, a Bahia Farm Show calibrou e turbinou suas engrenagens operacionais, como uma grande estrutura viva, na qual cada detalhe importa e os bastidores silenciosos sustentam aquilo que o público vê pronto, grandioso e impecável. Como numa orquestra, diferentes fases exigiram diferentes conduções. Mudaram os contextos, cresceram os desafios, aumentaram as responsabilidades, mas permaneceu a necessidade de alguém atento ao que quase ninguém percebe: o coordenador da feira. Foram três até 2026. Em comum, a sensação de terem participado de algo que ultrapassou o tamanho de um evento e passou a integrar a própria história do Oeste da Bahia.



“Quando assumimos a feira fora da estrutura da Agrishow, o maior desafio era fazer o mercado acreditar que ela continuaria existindo e teria força própria. Até então, muita coisa vinha da Abimaq, especialmente a parte comercial e de relacionamento com expositores. De repente, a responsabilidade inteira passou para a Aiba. Precisávamos construir credibilidade praticamente do zero. Tivemos a preocupação de manter pessoas que já conheciam a dinâmica da feira e criar uma governança compartilhada, envolvendo entidades e revendas locais. O parque também foi crescendo aos poucos, dentro da nossa realidade, sem dar passos maiores que a perna. Olhando hoje, vejo que conseguimos transformar uma feira que corria risco de ruptura em um projeto sólido, respeitado e com identidade própria. Talvez o maior orgulho seja perceber que ela ganhou vida além das pessoas que a conduziram”.

ALEX RASIA
Coordenador da BFS
de 2008 a 2012



“Eu não vinha do universo das feiras. Fui aprendendo no processo, sempre muito próxima da diretoria, da equipe e da realidade do campo. Acho que minha gestão foi marcada muito por decisões difíceis e tomadas sob pressão. Tivemos momentos extremamente delicados, como a seca e, principalmente, a greve dos caminhoneiros de 2018, quando a realização da feira ficou ameaçada. Adiar um evento daquele tamanho não era simples, mas construímos a decisão junto com os expositores e isso preservou a confiança no projeto. Também tenho orgulho de ter participado da expansão do parque e da profissionalização da governança, sempre com muito cuidado institucional. A feira nunca foi obra de uma pessoa só. Talvez por isso ela tenha crescido tanto. Cada gestão foi acrescentando algo, e me sinto feliz de ter contribuído para consolidar esse caminho”.

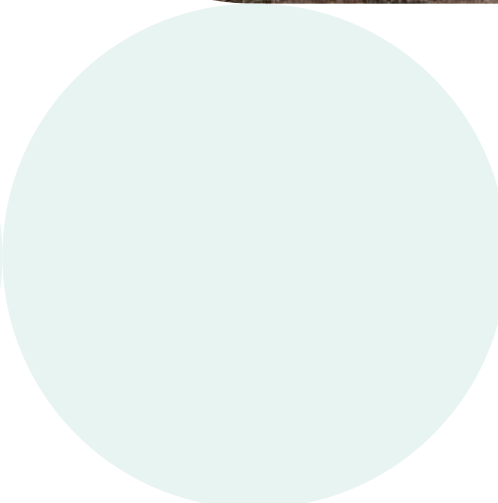
ROSI CERRATO
Coordenadora da BFS
de 2013 a 2019



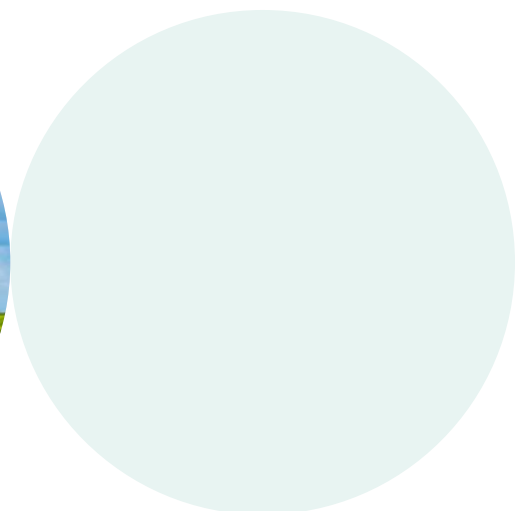
“Recebi uma feira já consolidada, mas vivendo um momento de enorme transformação. A pandemia exigiu uma adaptação rápida e nos levou para o ambiente digital, algo totalmente novo para todos nós. Depois veio a retomada, com uma demanda gigantesca por espaços e participação. A partir dali, entendemos que precisávamos ampliar o parque, melhorar fluxos, investir em segurança, conectividade e experiência do público. Também começamos a olhar com mais atenção para pequenos e médios produtores, fortalecendo caravanas e ampliando o acesso à feira. Acho que esse é um dos grandes diferenciais da Bahia Farm Show: ela consegue reunir produtores de diferentes tamanhos no mesmo ambiente, todos acessando tecnologia, conhecimento e oportunidades. Quando olho para trás, vejo uma feira mais moderna, mais estruturada e ainda mais integrada ao papel que o agro exerce no Matopiba”.

ALAN MALINSKI
Coordenador da BFS
de 2021 a 2026















Catarina Guedes

Autora

Catarina Guedes é jornalista e escritora. Nasceu em Salvador, em 1974. Graduiu-se pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), tem MBA em Mídia e Comunicação Integrada, pela Faculdade Ruy Barbosa e especialização em Marketing para o Agronegócio, pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Ao longo da sua atuação profissional, trabalhou em redações diversas, em televisão, rádio e jornal, atuando, também, como *freelancer*, em revistas e sites nacionais. Em 2007, fundou a **Agripress Comunicação Empresarial**, assessoria de comunicação segmentada no “agro”. Em 2015, lançou-se como escritora, com o romance *road book* “Isadora, sua camisola La Perla e a BR”; em 2018, publicou “Sobre poeira e sol e uma certa calça floral”, continuação da série “Isadora e a BR”. Em 2022, pela Associação Brasileira dos Produtores de Algodão, lançou o livro “Algodão – O fio da história no Brasil”. Tem diversos trabalhos e personagens infantojuvenis, com destaque para o personagem “Alaor, o agricultor”, utilizado em ações educativas voltadas à conscientização para a importância do agro, em cartilhas, *cartoons* e *games*.

